



Fundação Casa de Rui Barbosa

Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos

Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Priscila Soares Vaisman

**Difusão em arquivos: uma reflexão sobre o Serviço de Arquivo Histórico e
Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições**

Rio de Janeiro

2021

Priscila Soares Vaisman

**Difusão em arquivos: uma reflexão sobre o Serviço de Arquivo Histórico e
Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de concentração: Linha de pesquisa 2 — Práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio material e imaterial.

Orientador: Prof. Dr. José Almino de Alencar e Silva Neto

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
FCRB

V132d Vaisman, Priscila Soares
Difusão em arquivos: uma reflexão sobre o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições / Priscila Soares Vaisman. – Rio de Janeiro, 2021.
134 f.

Orientador: Prof. Dr. José Almino de Alencar e Silva Neto.
Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Programa de pós-graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021.

1. Arquivologia. 2. Documentos arquivísticos. 3. Arquivos - Exposições. 4. Fundação Casa de Rui Barbosa. Serviço de Arquivo Histórico e Institucional. I. Alencar e Silva Neto, José Almino, orient. II. Título.

CDD: 025.174

Responsável pela catalogação:
Bibliotecária – Carolina Carvalho Sena CRB 6329

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Priscila Soares Vaisman

**Difusão em arquivos: uma reflexão sobre o Serviço de Arquivo Histórico e
Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de concentração: Linha de pesquisa 2 — Práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio material e imaterial.

Aprovada em 20 de maio de 2021.

Orientador:

Prof. Dr. José Almino de Alencar e Silva Neto (Orientador)
Fundação Casa de Rui Barbosa

Banca examinadora:

Prof^a. Dr. Antonio Herculano Lopes
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr^a. Soraia Farias Reolon
Fundação Casa de Rui Barbosa – Suplente

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Flávio Leal da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Suplente

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

A Maria das Dores Soares Malvestiti,
que sempre incentivou meus sonhos e projetos.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria das Dores. Agradeço pelo amor incondicional que sempre me dedicou e pelo apoio durante toda a minha vida acadêmica.

Ao Pedro, pela paciência, pelas conversas e trocas de ideia ao longo da escrita desse trabalho.

Ao meu orientador José Almino de Alencar e Silva Neto, por suas observações fundamentais, seu bom humor e sua atitude sempre solícita, à despeito de qualquer desafio que estivesse enfrentando nos últimos meses.

Aos professores e pesquisadores Antonio Herculano Lopes, Flávio Leal da Silva, Paulo Knauss de Mendonça, Paulo Henrique Cassimiro e Soraia Farias Reolon, por aceitarem avaliar este trabalho e por dividirem generosamente comigo os seus conhecimentos.

Às amigas do coração Miriam, Alice, Maria Thereza, Maria Clara e Erinalva, pelo companheirismo de sempre. Ao amigo Marcelo pelas dicas e trocas de ideias sempre que eu preciso.

Aos colegas de trabalho e amigos que a FCRB me deu.

Aos colegas do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, por demonstrarem interesse por esse trabalho e por dividirem seus conhecimentos arquivísticos. À Lucia Maria Velloso de Oliveira e Leila Estephânio de Moura, por terem me proporcionado a possibilidade de desenvolver trabalhos voltados para a difusão.

Aos meus colegas de turma no mestrado, pelo companheirismo e por dividirem conhecimentos, experiências e angústias nessa jornada.

RESUMO

VAISMAN, Priscila Soares. *Difusão em arquivos: uma reflexão sobre o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições*. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) — Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2021.

A presente pesquisa analisa a temática da difusão dos arquivos, observando como campo empírico as exposições e mostras documentais realizadas pelo Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. Trata-se de iniciativa que disponibiliza ao público visitante parte dos documentos que constituem o acervo arquivístico custodiado pela instituição. A literatura arquivística indica que a reunião de documentos em narrativas expositivas possibilita que se amplie a divulgação e a popularização desses arquivos. Diante disso, esta pesquisa propõe-se a realizar um diagnóstico que compreenda de que forma estas mostras documentais são organizadas, além de evidenciar algumas de suas principais características. Serão identificadas formas possíveis de melhoria e aprimoramento dessas atividades, resultando na proposição de diretrizes para a promoção de exposições na instituição. Para viabilizar os objetivos da pesquisa, foi utilizada, essencialmente, a análise documental dos registros técnicos e administrativos produzidos pela Fundação Casa de Rui Barbosa acrescida de um levantamento bibliográfico.

Palavras-chave: Difusão. Difusão em arquivos. Exposição. Arquivos.

ABSTRACT

VAISMAN, Priscila Soares. *Outreach program in archives: a reflection about the Serviço de Arquivo Histórico e Institucional of Fundação Casa de Rui Barbosa and its exhibitions*. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) — Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2021.

The present research analyzes the theme of the outreach program of archives, observing as an empirical field the document exhibitions held by the Serviço de Arquivo Histórico e Institucional of the Fundação Casa de Rui Barbosa. It is an initiative that makes available to the public visitor part of the documents that comprise the archival collection guarded by the institution. Archival literature indicates that the gathering of documents in expository narratives allows the expansion of the dissemination and popularization of these archives. Therefore, this research proposes to carry out a diagnosis that understands how these document exhibitions are organized, in addition to highlighting some of their main characteristics. Possible ways of improving and enhance these activities will be identified, resulting in the proposition of guidelines for the promotion of exhibitions at the institution. To make the research objectives feasible, it was used, essentially, the documental analysis of the technical and administrative records produced by the Fundação Casa de Rui Barbosa plus a bibliographic survey.

Keywords: Outreach program. Outreach program in archives. Exhibitions. Archives.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1	Resultados da consulta ao <i>Catálogo de Teses e Dissertações</i>	18
Tabela 2	Características da difusão em dicionários e glossários especializados.....	26
Tabela 3	Pesquisa nos relatórios de atividades.....	52
Gráfico 1	Quantidade de exposições por ano.....	54
Gráfico 2	Quantidade de exposições por tema.....	63
Gráfico 3	Porcentagem de exposições por tema.....	64
Tabela 4	Lista de exposições com participação do SAHI.....	65
Tabela 5	Comparativo de exposições SAHI x Total.....	67
Gráfico 4	Comparativo de exposições SAHI x Total.....	69
Gráfico 5	Quantidade de exposições com participação do SAHI por tema.....	70
Gráfico 6	Porcentagem de exposições com participação do SAHI por tema.....	70
Gráfico 7	Média de público das exposições com participação do SAHI por tema.....	73
Tabela 6	Quantidade de visitantes das exposições com participação do SAHI.....	87
Tabela 7	Duração das exposições.....	91

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	A DIFUSÃO E SUA TRAJETÓRIA NA HISTÓRIA DOS ARQUIVOS.....	22
1.1	Alguns aspectos conceituais e terminológicos da difusão nos arquivos.....	23
1.2	Mudanças no acesso, funções e uso dos arquivos.....	33
1.3	Apontamentos sobre exposições.....	39
1.4	Exposições e arquivos.....	43
2	O SERVIÇO DE ARQUIVO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL.....	46
3	LEVANTAMENTO DAS EXPOSIÇÕES REALIZADAS NA FCRB.....	51
3.1	A pesquisa nos relatórios de atividades.....	53
3.2	Exposições com participação do SAHI.....	65
4	AS EXPOSIÇÕES DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DO SAHI (1987-2018)	75
4.1	Uma proposta de diagnóstico: apresentação.....	75
4.2	Políticas e diretrizes institucionais.....	77
4.3	Temas.....	79
4.4	Acervo.....	80
4.5	Equipe/Profissionais.....	82
4.6	Recursos expográficos.....	84
4.7	Recursos financeiros.....	85
4.8	Divulgação.....	85
4.9	Público.....	86
4.10	Desdobramentos.....	89
4.11	Conservação dos documentos.....	90
4.12	Duração.....	90
4.13	Local.....	92
4.14	Acessibilidade.....	93
4.15	Diretrizes para a promoção de exposições na FCRB.....	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIAS.....	102
	ANEXO A.....	115

APÊNDICE A	116
APÊNDICE B	117
APÊNDICE C	120
APÊNDICE D	124
APÊNDICE E	128
APÊNDICE F	130
APÊNDICE G	134

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa explora o tema da difusão dos arquivos. Por difusão, entendem-se aqui as ações promovidas pelos arquivos com o objetivo de tornarem-se mais próximos das comunidades onde estão inseridos. Além disso, são ações que buscam atingir um público menos habitual dos arquivos que, normalmente, é restrito aos usuários de perfil acadêmico, principalmente historiadores. Nesta pesquisa, foram observadas, como campo empírico, as exposições de documentos arquivísticos empreendidas pelo Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

A FCRB é uma instituição pública federal, vinculada ao Ministério do Turismo, que tem por finalidade o “desenvolvimento da cultura, por meio da pesquisa, do ensino, da preservação de acervos e da produção e da difusão de conhecimento” (BRASIL, 2017), além da divulgação e promoção da vida e da obra do seu patrono Rui Barbosa.¹ Dentre as principais atividades desempenhadas pela instituição, desde sua inauguração, em 1930,² até os dias atuais, incluem-se a manutenção, a preservação e a difusão dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos que estão sob a sua custódia (BRASIL, 1966), com vistas a contribuir “para o desenvolvimento e a afirmação da cultura brasileira” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2018, p. 8).

Na estrutura organizacional da FCRB, o SAHI, subordinado ao Centro de Memória e Informação, é o setor responsável pela gestão, o processamento técnico, a preservação e a promoção dos documentos arquivísticos sob sua guarda (BRASIL, 2017). O SAHI surgiu a partir da aquisição do arquivo pessoal de Rui Barbosa pelo Estado brasileiro, sendo este, portanto, o primeiro conjunto arquivístico da instituição (OLIVEIRA, 2008, p. 17). Com o passar dos anos, outros arquivos e coleções foram incorporados ao acervo do setor. Hoje, além do arquivo do patrono da instituição, o setor abriga documentos de personagens e de famílias “relevantes para a História do Brasil, que contribuem para o estudo da sociedade e comunidades no país, ou que tenham representatividade no círculo historiográfico” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2015a, p. 2). Aos arquivos históricos soma-se

¹ Rui Barbosa (1849-1923) atuou como jurista, jornalista e político, especialmente na causa abolicionista. Ingressou na política no ano de 1878, quando foi eleito deputado. Ocupou os cargos de ministro da Fazenda e da Justiça durante o governo provisório, presidido por Deodoro da Fonseca. Foi responsável pela produção de um conjunto expressivo de trabalhos relevantes para a história do país como, por exemplo, a revisão da primeira constituição republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a elaboração do projeto da emancipação dos escravizados sexagenários.

² A instituição foi inaugurada a 13 de agosto de 1930, pelo então presidente Washington Luís. Sua origem, contudo, remonta ao ano de 1928, quando se criou um museu-biblioteca, sob a denominação Casa de Rui Barbosa.

o fundo arquivístico institucional, que reúne os documentos administrativos produzidos, recebidos e acumulados pela FCRB, desde a sua criação.

Além dessas funções, o SAHI também possui a competência de “promover atividades de natureza científica, acadêmica e cultural, visando inclusive à qualificação profissional, em sua área de atuação” (BRASIL, 2017). Nesse escopo, o setor empreende, também, ações de difusão, como o oferecimento de visitas guiadas, cursos e eventos acadêmicos, a organização de publicações, o desenvolvimento de *site* temático voltado para os temas escravidão, abolição e pós-abolição³ e a promoção de exposições ou pequenas mostras de documentos.⁴ Essas ações são voltadas para estudantes, pesquisadores, outras instituições científicas, acadêmicas, governamentais e não governamentais e para a sociedade em geral (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2018, p.11).

A difusão dos arquivos, área de interesse desta pesquisa, pode se concretizar de distintas formas. A arquivista e historiadora Susana Vela Palomares (2001, p. 159) compila uma extensa lista e explica as características de diversos tipos de atividades de difusão que podem ser desenvolvidas pelos arquivos: visitas guiadas, reuniões ou encontros sociais, oficinas temáticas, cursos, publicações de natureza técnica ou mais generalistas, exposições permanentes ou temporárias, materiais didáticos, dramatizações, vídeos, concursos para jovens pesquisadores, comercialização de produtos, entre outras. Assim, independentemente do(s) tipo(s) de atividade de difusão pela qual se opte, prevalece a tarefa de despertar o interesse social para os arquivos e de evidenciar a relação existente entre os mesmos, a memória em seu sentido amplo e a cultura (CHAVES, 2017a, p. 13). A difusão promove “o reconhecimento e a identificação das relações entre conjuntos documentais, comunidades, cidades e favorece a manifestação da diversidade cultural” (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2018, p. 20). Funciona, assim, como uma ferramenta de projeção por meio da qual o arquivo e seus documentos vêm a tornar-se conhecidos perante o meio social, atraindo novos usuários e estabelecendo o vínculo sociedade-arquivo (RAMÍREZ, 2009, p. 191).

Nesse sentido, com relação às atividades desenvolvidas pelo SAHI, optou-se, nesta pesquisa, por observar apenas as exposições, mas sem perder de vista que elas se

³ O *site* Escravidão, Abolição e Pós-Abolição foi lançado pelo SAHI em 23 de novembro de 2015 com o objetivo de divulgar um conjunto de fontes primárias e secundárias sobre esses temas. Disponibiliza documentos históricos digitalizados, textos, *links* de outros projetos, além de jogos e catálogos de exposições.

⁴ O dicionário *Houaiss* define os verbetes “exposição” como “conjunto de objetos similares, expostos para visita pública” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1289), e “mostra” como “exposição, geralmente de caráter artístico, histórico etc., que reúne uma coleção de obras afins para apresentação pública” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1967). Nesta pesquisa, esses termos serão utilizados como sinônimos.

configuram em apenas um tipo de ação de difusão entre muitos possíveis. Essas exposições, nas quais os documentos de arquivo figuram como protagonistas, têm sido organizadas pelo SAHI com o intuito de disponibilizar “documentos originais de arquivos ou de coleções pessoais, criando a oportunidade para que o público possa ter acesso à forma de viver, de falar e de registrar períodos históricos distintos” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2015b, p. 45). A realização das exposições é uma ação que está alinhada com as funções institucionais da FCRB, detalhadas na Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966. Esse instrumento legal indica como sendo um dever institucional a promoção de atividades que “visem à difusão da cultura e da pesquisa” (BRASIL, 1966). No último relatório de atividades publicado pela instituição, que reúne as ações empreendidas de 2015 a 2018, a difusão foi novamente apontada como uma das suas principais funções finalísticas, evidenciando a ligação existente entre essa prática e a missão institucional. Inserida no macroprocesso finalístico⁵ denominado de “relação com a sociedade”, os produtos e serviços da difusão são descritos no documento como “palestras, exposições, mostras, seminários, eventos culturais e artísticos, publicações e comunicação social” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, [2019], p. 21) e têm caráter científico, acadêmico e cultural. O público-alvo dessas ações é identificado como sendo composto pela sociedade em geral e por pesquisadores, estudantes, instituições científicas, acadêmicas, governamentais e não-governamentais.

No entanto, apesar de estarem afinadas com a missão institucional e de incluírem-se dentro de uma das funções finalísticas da FCRB, as exposições realizadas pelo SAHI ainda não foram objeto de uma reflexão sobre a sua organização, os seus objetivos, suas temáticas, os recursos empregados, e tampouco foi realizada qualquer tipo de pesquisa para analisar as impressões do público visitante. Diante disso, esta pesquisa visa refletir sobre tais pontos, tendo como pergunta norteadora: qual o desempenho das exposições de documentos arquivísticos, organizadas pelo SAHI, como instrumentos difusores da FCRB, do SAHI e de seus acervos?

Na tentativa de compreender os limites e possibilidades dessa prática, a pesquisa busca realizar um diagnóstico das iniciativas de difusão do setor, especificamente das ações voltadas para as exposições, identificando os eventos, atividades e projetos empreendidos desde o ano de 1987 até o ano 2018.

⁵ De acordo com o *Relatório de atividades 2015-2018*, os macroprocessos finalísticos que norteiam as ações da FCRB são os seguintes: pesquisa, ensino, preservação e relação com a sociedade.

A escolha do recorte temporal decorre do entendimento de que o ano de 1987 representa um marco para o SAHI, visto que nesse ano encerrou-se a reorganização e a descrição do arquivo de Rui Barbosa (MELLO; MENDONÇA, 1997, p. 39) e que, somente após a conclusão deste trabalho, o SAHI, “inicialmente chamado de Setor de Arquivo Histórico” (OLIVEIRA, 2015, p. 118), pôde explorar novas formas de atuação e expandir suas ações. A partir do recorte proposto, destaca-se que o plano de trabalho da FCRB, elaborado em 1987 para o ano seguinte, já continha o projeto de uma exposição didática permanente sobre a vida de Rui Barbosa, a ser organizada pelo Setor de Arquivo (anexo A). O projeto de exposição foi concebido de forma a integrar as atividades de pesquisa, identificação e descrição dos documentos e funcionaria tanto para “divulgação do acervo do fundo Rui Barbosa” como para “enriquecer e complementar as visitas feitas ao museu” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1988, p. 65). Naquele momento, por falta de recursos orçamentários, a exposição não foi realizada, mas a existência do projeto é um dado significativo. O ano de 2018, como data limite, por sua vez, foi escolhido em virtude de ser o último período sobre o qual a instituição emitiu um relatório de atividades formal.

Assim, a pesquisa tem por objetivo mais geral realizar um diagnóstico das ações voltadas para as exposições de documentos arquivísticos, empreendidas pelo SAHI, analisando-as enquanto instrumentos difusores da FCRB, do SAHI e de seu acervo. Como objetivos específicos incluem-se: identificar a documentação administrativa que foi produzida a partir da organização das exposições, analisar e quantificar as ações do SAHI, relativas às exposições de documentos, observando suas principais características, temas abordados e os fundos/coleções documentais utilizados, quantificar o público visitante das exposições e analisar suas impressões, a partir das informações registradas nos livros de visitantes das exposições, identificar os recursos utilizados para a divulgação das exposições e as repercussões das mesmas na imprensa, à luz dos *clippings* arquivados pela instituição e, finalmente, identificar formas de aprimoramento na execução das exposições.

Realizar um estudo sobre o tema da difusão nos arquivos dialoga com o *Plano Setorial de Arquivos*, publicado pelo Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC),⁶ no ano de 2018, plano que propõe metas e ações de curto,

⁶ O CNPC constitui-se em órgão de caráter consultivo que integra a estrutura do Ministério do Turismo. Tem como principal finalidade a formulação de políticas públicas de cultura, de forma articulada entre as diferentes esferas de governo e a sociedade civil (BRASIL, 2019). Sua estrutura, recentemente modificada pelo Decreto nº 9.891, de 27 de junho 2019, compunha-se anteriormente de um comitê de integração de políticas culturais, de comissões temáticas, grupos de trabalho e colegiados setoriais, dentre eles o Colegiado Setorial de Arquivos.

médio e longo prazo voltadas para a área dos arquivos. O instrumento, elaborado por membros da sociedade civil e do poder público que lidam com arquivos públicos e privados, reconhece a difusão como algo estratégico ao estabelecer como meta que “até 2022, 100% das instituições arquivísticas estaduais e distrital e 100% das instituições arquivísticas municipais das capitais deverão contar com, pelo menos, duas atividades anuais de difusão de seus acervos e mediação cultural” (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2018, p.18). Como estratégia, o plano sugere “incentivar e fomentar a difusão de acervos arquivísticos nas diversas mídias e ampliar a recepção pública e reconhecimento desses acervos por meio de publicações, exposições, exibições e demais eventos, com ênfase nas cadeias criativas e produtivas locais” (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2018, p.18). Apesar de essa meta não atingir diretamente a FCRB, tendo em vista que ela é uma instituição federal, demonstra que existe uma vontade da sociedade civil de que a difusão seja tratada como algo relevante para as instituições e serviços de arquivo. Diante disso, acredita-se que empreender um estudo sobre o tema, no espaço de um mestrado profissional, pode contribuir para fomentar e qualificar a realização de mais ações de difusão sem deixar de lado a ponderação crítica sobre esse fazer.

A difusão nos arquivos também guarda relação com o tema da Semana Internacional de Arquivos, promovida pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) em 2019: *Designing the archives in the 21st century*, evidenciando a atualidade do debate sobre o tema em questão. A Semana Nacional de Arquivos, versão nacional do evento, divulgada como *Desenhando Arquivos*, contemplou, em sua abertura, a temática da difusão, a partir da fala do conferencista Vitor Manoel Marques da Fonseca (2019), que colocou em pauta as seguintes perguntas:

Quanto à difusão, estamos realizando ações que evidenciem para a população em geral a relevância dos arquivos? Nos esforçamos para mostrar como os arquivos são importantes na vida da sociedade, em geral, e na dos cidadãos, individualmente? Nossas políticas de difusão incluem ações voltadas para a valorização da diversidade e para o respeito a todos? Mulheres, afrodescendentes, indígenas e a população LGBTI são levadas em conta?

Além do que foi apontado com relação ao *Plano Setorial de Arquivos* e ao evento Semana Nacional de Arquivos, junta-se o fato de que as reflexões sobre difusão vêm tendo sua importância reconhecida nos principais congressos e fóruns de discussão da área de arquivos. É possível observar esse movimento na composição dos eixos temáticos dos

eventos, como é caso do Congresso de Arquivologia do Mercosul, em suas edições, realizadas nos anos de 2015⁷ e 2017,⁸ do Congresso Nacional de Arquivologia, na sua sétima edição, promovida em 2016,⁹ e do Simpósio Internacional de Arquivos, ocorrido em dezembro de 2020.¹⁰

No entanto, a despeito da constituição desses espaços para discussão do tema, as reflexões críticas sobre as exposições em arquivos e outras formas de difusão ainda carecem de maior aprofundamento teórico. É o que pontua Marcelo Antônio Chaves (2017a, p.5), profissional que já dirigiu o serviço de difusão e apoio à pesquisa do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), ao afirmar que “o tema da difusão nos arquivos tem pouca expressão na produção teórica da área”. Na mesma linha, em relato acerca de suas impressões sobre a décima segunda edição do Congresso de Arquivologia do Mercosul, o mesmo Chaves (2017b, p. 177) reflete que “o tema da difusão em arquivos talvez seja um dos que mais requer impulso de reflexões na área”. Em publicação mais recente, Chaves (2020, p. 7) continua a ressaltar a necessidade de reflexão crítica e proativa sobre o tema.

A pouca expressão na produção teórica da área, citada por ele, é possível de ser constatada numa consulta ao *Catálogo de Teses e Dissertações* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que reúne informações bibliográficas das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do

⁷ A décima primeira edição do Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizada entre 19 e 22 de outubro de 2015, na cidade de São Paulo, contou com os seguintes eixos temáticos: arquivos pessoais; difusão e ação educativa; ensino e formação profissional; funções arquivísticas e procedimentos metodológicos; história institucional e pesquisa; memória, patrimônio e identidade; política arquivística e legislação; políticas e técnicas de preservação; tipologia documental e gestão de documentos, sistemas e novas tecnologias.

⁸ O Congresso de Arquivologia do Mercosul, em sua décima segunda edição, realizada entre 26 a 29 de setembro de 2017, na cidade de Córdoba, na Argentina, organizou-se em torno de seis eixos temáticos: o papel social do arquivista; difusão dos arquivos e cooperação internacional; novas tecnologias; técnicas arquivísticas; formação arquivística e acesso à informação.

⁹ Os eixos norteadores da sétima edição do Congresso Nacional de Arquivologia, realizada na cidade de Fortaleza entre os dias 17 e 21 de outubro de 2016, tiveram o seguinte arranjo: interoperabilidade das plataformas arquivísticas digitais de gestão de documentos, de preservação e acesso e difusão; representação da informação: descrição arquivística, taxonomia, transparência, difusão e acesso; governo eletrônico: governança arquivística, dados abertos e padrões de interoperabilidade de documentos arquivísticos; arquivista e técnico de arquivo: necessidades urgentes de formação e educação continuada; patrimônio documental e memória; arquivos e cultura, políticas públicas e diversidade; cadeia de custódia de documentos arquivísticos em ambientes digitais: autenticação *versus* autenticação e relações multidisciplinares e articulações e integrações interdisciplinares com a arquivologia.

¹⁰ O Simpósio Internacional de Arquivos organizou-se em torno de oito seminários temáticos: Sistemas de gestão de arquivos; Descrição, acesso e difusão; Preservação, reprodução e segurança; Gêneros não textuais; Tipologia documental; Arquivos pessoais; Formação profissional e Patrimônio, memória e documento.

Brasil. Ao pesquisar¹¹ os termos *difusão em arquivos*, *difusão cultural em arquivos*, *mediação cultural em arquivos*, *ação cultural em arquivos*, *dinamização cultural em arquivos*, *promoção cultural em arquivos*, *função cultural em arquivos* e *exposições em arquivos* obtêm-se como resultados apenas três dissertações, apresentadas nos anos de 2007, 2012 e 2013, e uma tese, defendida no ano de 2015.

Os resultados obtidos na consulta ao catálogo foram organizados na Tabela 1 (página 17), que reúne as informações: título, autoria, palavras-chave, ano, curso e universidade dos mesmos. Os dados observados representam um quantitativo de retorno baixo ao se considerar que a pesquisa se fez por nove termos distintos. A tabela evidencia, também, que nenhum dos trabalhos foi produzido no âmbito do primeiro mestrado na área de arquivos existente no país: o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), ativo desde 2012. Nota-se, por isso, uma ausência de reflexões sobre o tema da difusão na área de Arquivologia, a nível de pós-graduação, apesar de os resultados indicarem trabalhos de áreas consideradas afins como História, Ciência da Informação e estudos sobre o Patrimônio Cultural.

A tabela também indica que dois dos trabalhos foram realizados na Universidade de Brasília (UNB), na área de Ciência da Informação. Nota-se, entretanto, um distanciamento temporal de oito anos entre a realização deles, o que demonstra que não houve uma continuidade de pesquisas sobre o tema dentro da instituição. Acredita-se que tais ausências e descontinuidades justifiquem empreender uma pesquisa sobre esse tema.

Tabela 1 — Resultados da consulta ao *Catálogo de teses e dissertações*

Título	Autoria	Palavras-chave	Ano	Curso	Universidade
Gestão política do passado: a construção da memória do regime militar nos arquivos públicos brasileiros	Araújo, Ana Cláudia Henriques de	Arquivo e sociedade; Difusão cultural em arquivos ; ação educativa em arquivos; Ensino de história; Educação para o patrimônio	2007	Mestrado em Ciência da Informação	Universidade de Brasília

¹¹ A pesquisa foi realizada no *site* do *Catálogo de teses e dissertações*, pela primeira vez no dia 8 de junho de 2019 e repetida no dia 17 de janeiro de 2020, utilizando o comando “entre aspas” para efetuar a busca pela ocorrência exata dos termos. Foram considerados apenas os resultados onde os termos pesquisados apareciam no campo de palavras-chave.

Recuperação de Fotografias de Agremiações Futebolísticas Profissionais de Santa Maria	Tittelmeyer, Alexander Rossatto	Sistema gerenciador de conteúdo; Fotografias; Difusão em arquivos ; Esporte Clube Internacional; Riograndense futebol clube	2012	Mestrado em Patrimônio Cultural	Universidade Federal de Santa Maria
Arquivo e sociedade: experiências de ação educativa em arquivos brasileiros (1980-2011)	Barbosa, Andressa Cristina Oliver	Arquivo e sociedade; Difusão cultural em arquivos ; Ação educativa em arquivos; Ensino de história; Educação para o patrimônio	2013	Mestrado em História	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	Aldabalde, Taiguara Villela	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Mediação Cultural ; Tipologias de práticas culturais; Difusão	2015	Doutorado em Ciência da Informação	Universidade de Brasília

Fonte: A autora (2021).

Assim, em virtude de a FCRB constituir-se em uma das mais tradicionais instituições de cultura do país, com mais de oitenta anos de atuação, acredita-se que analisar a experiência de seu serviço de arquivo, na promoção de exposições de documentos arquivísticos, pode ter um efeito multiplicador e servir como estímulo para a realização de estudos similares sobre difusão em outras instituições. Além disso, a realização da pesquisa ajudará a preencher uma lacuna de conhecimento ao compreender a organização de exposições pelo SAHI numa perspectiva histórica. Tem potencial para facilitar, igualmente, a identificação de formas possíveis de melhoria e aprimoramento dessas atividades no presente, ao levar em consideração aspectos relacionados ao público visitante e à instituição.

Esta pesquisa também se justifica em razão da minha relação profissional com a FCRB. Desde 2014, atuo como servidora da instituição, lotada no SAHI, onde tenho

trabalhado na organização e desenvolvimento de mostras de documentos. Simultaneamente ao trabalho técnico, tenho buscado refletir sobre difusão com a participação em eventos da área e com a publicação de artigos e capítulos de livros.

Para desenvolver a pesquisa, no que se refere à metodologia e à abordagem do problema, apesar de utilizar alguns dados quantitativos, a investigação realizada caracteriza-se como qualitativa, uma vez que o desempenho das exposições de documentos arquivísticos, enquanto elementos de difusão, seus limites e possibilidades não podem ser compreendidos em sua totalidade apenas pela quantificação.

Quanto aos objetivos, essa investigação caracteriza-se como uma pesquisa diagnóstica, termo caracterizado pela pesquisadora Maria Helena Michel (2015, p.127). Segundo ela, esse tipo de pesquisa se dedica a “explorar e analisar criticamente o ambiente, levantando e definindo problemas”.

Será utilizado como procedimento metodológico, fundamentalmente, a pesquisa documental ou análise documental, cuja característica é a “consulta a documentos e registros, pertencentes ou não ao objeto de pesquisa estudado, aos quais se recorre para buscar informações úteis para o entendimento e análise do problema” (MICHEL, 2015, p. 83). Outros teóricos da área de metodologia da pesquisa acrescentam a noção de *fontes primárias* para referir-se a tais documentos, além de destacar que se constituem em “materiais que não receberam tratamento analítico” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 21). A pesquisa documental foi realizada consultando o fundo arquivístico institucional da FCRB, que reúne os documentos técnicos e administrativos produzidos, recebidos ou acumulados pela instituição. Todos os documentos são públicos e estão abertos à consulta em sua sede. Os seguintes grupos documentais, identificados no *Código de classificação de documentos por assuntos*¹² da FCRB, são de particular interesse para esta pesquisa:

- Exposições: agrupa os documentos referentes às exposições realizadas pela FCRB;
- Programação de atividades: congrega os documentos relacionados com a programação de atividades dos diversos setores da FCRB bem como com a programação geral da instituição;
- Relatórios de atividades: reúne os relatórios setoriais e gerais das atividades da instituição;
- Relatórios técnicos: agrupa os relatórios técnicos preparados pelos setores ligados à área de documentação e informação;

¹²Instrumento de pesquisa contido no livro *O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. (MELLO; MENDONÇA, 1997, p. 79)

- Visitação ao museu: acumula os documentos relacionados à visitação ao Museu Casa de Rui Barbosa;¹³
- Área cultural: localizam-se os documentos referentes ao auditório, ao salão de exposições, biblioteca, arquivo, arquivo-museu de literatura, museu e jardim;
- Divulgação: encontram-se os documentos que visam à divulgação da FCRB ou de setores específicos junto ao público;
- Imprensa/Agenda: reúne os documentos que se referem à divulgação da FCRB na imprensa.

Além dos grupos documentais citados acima, foram consultados o *Plano estratégico 2019-2022*, a *Carta de serviços ao cidadão* e os relatórios de gestão, todos acessíveis por meio do *website* institucional.

¹³ Foi necessário examinar este grupo documental porque as mostras de documentos, por vezes, foram realizadas dentro dos espaços do museu.

1 A DIFUSÃO E SUA TRAJETÓRIA NA HISTÓRIA DOS ARQUIVOS

Nesta primeira seção da pesquisa, busca-se examinar livros, periódicos e artigos, de autores brasileiros e estrangeiros, numa tentativa de percorrer o trajeto da difusão na história dos arquivos e de evidenciar as concordâncias e discordâncias entre os estudiosos que se debruçam sobre o tema. Há pesquisadores que identificam a difusão como uma atividade ou função essencial aos arquivos, equiparando-a às demais funções tidas como clássicas na área como, por exemplo, a descrição, a avaliação, a classificação e a conservação. Há, também, ao contrário, aqueles que a relegam a um lugar secundário nas práticas das instituições arquivísticas. Além disso, relacionada ao tema, existe uma imprecisão terminológica que faz com que a difusão também seja denominada de formas distintas como ação cultural, dinamização cultural, promoção cultural ou função cultural, para citar algumas.

Em virtude dessa imprecisão, foram cotejados alguns dicionários e glossários terminológicos especializados, como o *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*, de autoria de Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, editado pelo Arquivo Nacional (AN), o *Dicionário de terminologia arquivística* publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), o *Diccionario de Terminologia Archivística editado pela Associação Latinoamericana de Archivos (ALA)*, o *Dictionnaire de terminologie archivistique*, produzido pela Direção de Arquivos da França, o *Diccionario de Terminología Archivística*, disponibilizado pelo Ministério de Cultura e Esporte da Espanha, o *Glossary of archival and records terminology*, editado pela Sociedade dos Arquivistas Americanos (SAA) e o *Multilingual Archival Terminology*, do ICA.

Ainda na busca de refletir sobre o conceito de difusão, foram utilizados alguns livros, considerados clássicos, como *Archivística general: teoría y practica*, de Antonia Heredia Herrera, *Manual de archivística*, de José Ramón Cruz Mundet, *La funcion cultural de los archivos*, de Ramon Alberch e Boadas, *Archivos y cultura: manual de dinamización*, de Ramon Alberch i Fugueras, e *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*, organizado por Carol Couture.

Para refletir sobre as mudanças no acesso, nas funções e no uso dos arquivos e suas relações com a difusão, a análise proposta partiu das transformações experimentadas pelos arquivos após a Revolução Francesa. É a partir desse período que se multiplicam nos

arquivos as discussões sobre o acesso aos documentos e sobre a ampliação das funções e dos usos dos arquivos, o que particularmente interessa a esta pesquisa. A escolha do marco é apenas um mote para a reflexão aqui proposta. Acredita-se que tal data emblemática é uma das formas possíveis de se introduzir o assunto, uma vez que as mudanças já vinham se consolidando de forma processual.

1.1. Alguns aspectos conceituais e terminológicos da difusão dos arquivos

Alberch i Fugueras (2011, p. 474) esclarece que é comum que, no campo dos arquivos, a atividade cultural receba outras denominações como ação cultural, dinamização cultural, promoção cultural ou função cultural. Nesta pesquisa, optou-se por usar, sempre que possível, o termo difusão por esta ser uma denominação reconhecida na base de dados de terminologia do ICA. Acredita-se, entretanto, que confrontar esta opção terminológica com a de autores que utilizam outras denominações é parte necessária da reflexão sobre o tema.

No âmbito internacional, como citado no parágrafo anterior, a base de dados *Multilingual Archival Terminology* indica a expressão *outreach program* como o equivalente em língua inglesa para o termo difusão. Como significado apresenta: “atividades de arquivo organizadas com a intenção de familiarizar potenciais usuários com o [acervo] que possui e seus valores de pesquisa e referência (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2012, tradução nossa).¹⁴ Essa definição limita-se a destacar os valores de pesquisa e de referência, deixando de fora, por exemplo, uma menção específica a um valor cultural. Interessante notar que a expressão faz alusão a um programa, indicando que as atividades consideradas nesta definição não se constituem em iniciativas isoladas ou esporádicas, mas continuadas e partem de algo previamente organizado.

O *Glossary of archival and records terminology* (2005, p. 282), de autoria de Richard Pearce-Moses e publicado pela SAA, no que lhe concerne, define *outreach* como “o processo de identificação e promoção de serviços para grupos sociais em consonância com a missão institucional, especialmente, grupos desassistidos, e adaptação dos serviços para

¹⁴ “Organized activities of archives intended to acquaint potential users with their holdings and their research and reference value.” (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2012)

atender às suas necessidades”.¹⁵ Além disso, acrescenta que “as atividades de difusão podem incluir exposições, oficinas, publicações e programas educacionais” (PEARCE-MOSES, 2005, p. 282, tradução nossa).¹⁶ Em comparação à definição analisada no parágrafo anterior, oferecida na base *Multilingual Archival Terminology*, esta segunda agrega um diferencial ao tratar da identificação do público-alvo como sendo grupos sociais, dando especial atenção aos socialmente desassistidos. Nessa concepção, as iniciativas de difusão dos serviços de arquivos não são genéricas e universais, mas devem estar ajustadas para atender a este público específico, incentivando um certo engajamento social por parte dos arquivistas.

A Direção de Arquivos da França, por meio do *Dictionnaire de terminologie archivistique*, adota a expressão *action culturelle* para referir-se às “atividades de um serviço de arquivo destinadas a divulgar ao público a sua existência e os valores científicos e artísticos dos fundos e coleções que ele preserva e, assim, aprimorá-los através de exposições, conferências, publicações, visitas, etc.” (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 2002, p. 8, tradução nossa).¹⁷ Essa definição se distingue pois trata dos objetos da ação cultural como sendo não apenas os acervos custodiados, mas a própria existência das instituições ou serviços de arquivo. O fazer arquivístico merece, na definição francesa, o mesmo empenho de divulgação que os fundos e as coleções documentais.

Na mesma linha de compreensão, o *Diccionario de Terminología Archivística*, organizado por membros da Comissão de Terminologia da Subdireção Geral de Arquivos Estatais da Espanha, opta por utilizar o termo *difusión* e por caracterizá-lo como uma “função arquivística fundamental cuja finalidade é, por um lado, promover e popularizar a utilização dos fundos documentais, e por outro, participar a sociedade sobre o papel que os arquivos desempenham nela” (MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE, 1995, tradução nossa).¹⁸ Assim, aponta a difusão como uma função essencial dos arquivos e, tal

¹⁵ “The process of identifying and providing services to constituencies with needs relevant to the repository’s mission, especially underserved groups, and tailoring services to meet those needs.” (PEARCE-MOSES, 2005, p. 282).

¹⁶ “Outreach activities may include exhibits, workshops, publications, and educational programs.” (PEARCE-MOSES, 2005, p. 282).

¹⁷ “Activités d’un service d’archives destinées à faire connaître au public l’existence et l’intérêt scientifique ou artistique des fonds et collections qu’il conserve et à les mettre ainsi en valeur par le biais d’expositions, de conférences, de publications, de visites etc.” (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 2002, p.8)

¹⁸ “Función archivística fundamental cuya finalidad es por una parte, promover y generalizar la utilización de los fondos documentales de los archivos, y por otra, hacer partícipe a la sociedad del papel que desempeñan los archivos en ella.” (MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE, 1995)

qual a definição francesa, a sua finalidade é divulgar não apenas o acervo, mas o papel social exercido pelas instituições arquivísticas.

O *Diccionario de Terminologia Archivística*, editado pela ALA, adota o termo *comunicacion* para indicar a

Função básica dos arquivos que objetiva tornar acessíveis os documentos e a promover sua consulta mediante a publicação de instrumentos de pesquisa, a implementação de serviços de referência, serviços educativos, exposições, edições de textos, conferências e outras atividades culturais.¹⁹ (ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ARCHIVOS, 1986, p. 27, tradução nossa)

Na definição proposta pela ALA, a atividade em questão é entendida como básica e indissociável no âmbito dos arquivos. Os exemplos utilizados (instrumentos de pesquisa e serviços de referência) denotam um enfoque em um usuário mais tradicional dos serviços de arquivo. Apesar de não explicitar o público-alvo ou o beneficiário dessa função, a redação aponta uma atenção voltada para os pesquisadores.

No âmbito nacional, o *Diccionario de biblioteconomia e archivologia* (2008), obra de Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho Cavalcanti, conceitua difusão numa acepção ligada às áreas de informática e telecomunicações como sendo a “comunicação que pode ser recebida por todos os nós de uma rede” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 125), mas adota o termo ação cultural para o “conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 2). Ao pensar a adaptação do termo para a realidade dos arquivos, uma vez que se trata de um dicionário especializado, as ações culturais estariam condicionadas à preexistência de uma política cultural arquivística. Essa condicionante torna a definição mais restritiva, uma vez que nem todas as instituições contam com esse nível de planejamento. Não fica claro, ainda, qual o nível de alcance que essa política deveria compreender: se seria institucional ou governamental nas esferas municipal, estadual ou federal.

O *Diccionario brasileiro de terminologia arquivística* (2005), editado pelo AN, por sua vez, também não traz uma conceituação para a palavra difusão. No entanto, em sua definição de divulgação, à página 72, é possível encontrar uma caracterização que se assemelha a algumas definições já observadas de difusão: “conjunto de atividades

¹⁹ “Función básica de los archivos que tende a hacer accesibles los documentos y a promover su consulta mediante la publicación de auxiliares descriptivos, la implementación de servicios de referencia, servicios educativos, exposiciones, ediciones de textos, conferencias y otras actividades culturales.” (ALA, 1986, p. 27)

destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências”. Não fica evidente se o objetivo dessa aproximação se concretiza no relacionamento entre o público e as instituições/serviços ou entre ele e os conjuntos de documentos ou, ainda, um misto das duas coisas.

O *Dicionário de terminologia arquivística*, elaborado sob a coordenação das pesquisadoras Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto e publicado pela extinta AAB, utiliza a expressão “serviço de apoio cultural” para referir-se ao “serviço destinado a promover a divulgação do arquivo junto à comunidade, através de publicações, exposições, cursos, conferências e outras atividades” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 69). O objeto da difusão para as autoras é o arquivo enquanto instituição.

A tabela 2 (página 22), a seguir, resume algumas características das definições observadas até o momento em dicionários e glossários especializados. Relaciona o título da obra, o termo adotado na mesma, o objeto das ações culturais e/ou de difusão, ou seja, aquilo que é difundido ou propagado, e o público-alvo, quando identificado. Nela, evidencia-se a já citada imprecisão terminológica em relações aos termos adotados nas obras. Quanto ao público-alvo das ações, encontra-se uma variedade igualmente imprecisa: potenciais usuários, grupos desassistidos, comunidade, público e sociedade. Com exceção do *Glossary of archival and records terminology*, que relaciona seu público a um grupo que se deduz ser marginalizado ou minoritário, as demais obras se utilizam de expressões vagas e genéricas. Os objetos a serem divulgados nessas ações também se apresentam múltiplos: acervo, acervo e instituição combinados, serviços arquivísticos, arquivos e política cultural. O acervo enquanto objeto a ser divulgado, entretanto, se destaca por aparecer em metade das definições.

Tabela 2 — Características da difusão em dicionários e glossários especializados

Obra	Termo	Objeto da ação	Público-alvo
<i>Multilingual Archival Terminology</i> (Conselho Internacional de Arquivos)	<i>outreach program</i>	Acervo	Potenciais usuários
<i>Glossary of archival and records terminology</i> (Sociedade dos Arquivistas Americanos)	<i>outreach</i>	serviços arquivísticos	grupos desassistidos
<i>Dictionnaire de terminologie archivistique</i> (Direction des Archives De France)	<i>action culturelle</i>	Acervo; Instituição	Público

<i>Diccionario de Terminología Archivística</i> (Ministerio de Cultura y Deporte - Espanha)	<i>difusión</i>	Acervo; Instituição	Sociedade
<i>Diccionario de Terminología Archivística</i> (Asociación Latinoamericana de Archivos)	<i>comunicación</i>	Acervo	-
<i>Dicionário de biblioteconomia e arquivologia</i> (Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho Cavalcanti)	ação cultural	Política cultural	-
<i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i> (Arquivo Nacional – Brasil)	divulgação	Arquivos	Público
<i>Dicionário de terminologia arquivística</i> (Associação dos Arquivistas Brasileiros)	serviço de apoio cultural	Arquivo	comunidade

Fonte: A autora (2021).

Após a apreciação dessas definições, serão analisados a seguir os trabalhos de alguns arquivistas que refletem sobre a difusão, suas características e o que sua implementação pode trazer de benefícios para as instituições ou serviços de arquivo.

Entre os arquivistas que têm se dedicado a estudar a temática da difusão, merece destaque o espanhol Alberch i Fugueras, que dedica-se a este tema desde o final da década de 1980 e é responsável pela organização de alguns dos poucos livros específicos sobre o tema: *La función cultural de los archivos*, escrito em parceria com Joan Boadas e publicado em 1991 e *Archivos y cultura: manual de dinamización*, escrito com a colaboração de Lurdes Boix, Natàlia Navarro e Susanna Vela Palomares e publicado dez anos depois do primeiro, em 2001.

Na obra de 1991 (p. 29, tradução nossa), Alberch i Fugueras e Boadas identificam que o principal objetivo da função cultural é “[...] romper com o isolamento e a falta de comunicação entre o arquivo e o cidadão”.²⁰ A comunicação, entendida como componente dessa função, ocupa papel central no pensamento desses autores, que defendem que os arquivistas devem ocupar espaços na imprensa escrita, em programas de rádio e na televisão. É provável que, caso realizassem uma reedição da obra, os autores apontassem as

²⁰ “[...] romper com el aislamiento y la falta de comunicación entre el archivo y el ciudadano.” (ALBERCH I FUGUERAS; BOADAS, 1991, p.29)

plataformas de compartilhamento de vídeos e arquivos de áudio na *internet* como espaços potenciais para serem utilizados pelos arquivistas.

As ações culturais, para eles, não deveriam ser dirigidas ao público que já frequenta os arquivos, mas sim à população sem familiaridade com esses espaços ou aquela que se encontra distante deles. Passados dez anos da obra pensada com Boadas, Alberch (2001) afirmou que a diversificação de público deve ser acrescida aos objetivos das ações culturais, mesmo que seja necessário segmentar e adaptar serviços à medida em que as características desse público forem sendo melhor identificadas e suas necessidades compreendidas.

O pesquisador espanhol (2001) defende, ainda, que a função cultural deve encontrar-se em posição de igualdade com as funções tradicionais jurídico-administrativas dos arquivos e que a sua execução pelos arquivistas demonstra uma atuação profissional proativa, plural e ligada a valores coletivos. Ressalta, em seus escritos, que a difusão está imbricada aos valores coletivos de patrimônio, identidade, conhecimento e memória. Ele afirmou, em artigo mais recente, publicado em 2011, que

Através das atividades culturais é possível sensibilizar aos cidadãos sobre o caráter patrimonial dos arquivos, da necessidade de garantir sua preservação para o futuro e de sua utilidade no legítimo processo de recuperação e fortalecimento das identidades locais e nacionais. (Alberch i Fugueras, 2011, p. 475)

Dialogando com as obras de Alberch i Fugueras e Boadas, a arquivista espanhola Antonia Heredia Herrera (1991), defende que a difusão é uma das funções dos arquivos, ao lado do recolhimento e da preservação, e que, por meio dela, possibilita-se uma transformação no papel social dos arquivos. Assim como para Alberch i Fugueras (2001), para ela (1991, p. 497, tradução nossa), a difusão faz com que o arquivo passe “de um papel passivo a um papel ativo incorporando-se as tarefas de promoção social”.²¹ A autora também pontua que a difusão é menos praticada por arquivistas, em comparação a outros profissionais, como bibliotecários e documentalistas. Outro pesquisador espanhol, José Ramón Cruz Mundet (1994, p. 358), contribuiu nesta discussão com a adoção do termo função cultural para se referir a

²¹ “[...] *de un papel pasivo a un papel activo incorporándose a las tareas de promoción social.*” (HERRERA, 1991, p. 497)

[...] todas as medidas necessárias para satisfazer as necessidades dos usuários externos, bem como para atrair setores da população pouco interessados nestes serviços e desconhecedores de sua existência. [...] Na prática, são cada vez mais os locais que desenvolvem políticas de popularização: serviços educativos, exposições, publicações... enfim, tudo o que constitui o que se tem denominado de função cultural dos arquivos, convertidos em instituições de serviços para os cidadãos.²² (CRUZ MUNDET, 1994, p. 358, tradução nossa)

Por seu discurso, observa-se que, para ele, os usuários externos são os principais favorecidos da função cultural dos arquivos. Sua fala indica a percepção dos arquivos como serviços que devem atender ao cidadão, em primeiro lugar, demonstrando que a razão de ser desses espaços está ligada à sua função cultural. Sua fala indica, ainda, a defesa de que esse papel cultural envolve também uma dimensão que é política, seja ao referir-se à elaboração de políticas de popularização, seja ao relacioná-las intencionalmente à ideia de cidadania.

Normand Charbonneau, arquivista do Arquivo Nacional do Québec, escreveu um capítulo inteiro dedicado à difusão no livro *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*, organizado por Carol Couture. Nele, Charbonneau (1999, p. 374, tradução nossa) propõe o seguinte:

[...] difusão é a ação de divulgar, destacar, transmitir ou tornar acessível uma ou mais informações contidas em documentos de arquivo para usuários (pessoas ou organizações) conhecidos ou potenciais para atender às suas necessidades específicas. A disseminação de arquivos é, portanto, uma atividade multifacetada, pois inclui todas as relações mantidas pela equipe do centro de arquivos com seus clientes internos ou externos e, nas três idades do documento.²³

A perspectiva de Charbonneau é singular pois, segundo tal, a difusão envolve todas as relações que os arquivistas mantêm tanto com os usuários internos (produtores dos documentos) quanto externos. O público-alvo não se restringe àqueles que estão distantes

²² “[...] todas las medidas necesarias para satisfacer las necesidades de los usuarios externos, así como para captar a sectores de población poco interesados en estos servicios e incluso desconocedores de su existencia. [...] En el terreno de la práctica son cada vez más los centros que desarrollan políticas de popularización: servicios educativos, exposiciones, publicaciones... en fin todo cuanto contituye lo que ha dado en denominarse función cultural de los archivos, convertidos en empresas de servicios para los ciudadanos.” (CRUZ MUNDET, 1994, p. 358)

²³ “[...] a diffusion est l'action de faire connaître, de mettre en valeur, de transmettre ou de rendre accessibles une ou des informations contenues dans des documents d'archives à des utilisateurs (personnes ou organismes) connus ou potentiels pour répondre à leurs besoins spécifiques. La diffusion des archives est donc une activité aux multiples aspects, puisqu'elle comprend toutes les relations entretenues par le personnel du centre d'archives avec sa clientèle interne ou externe, et ce, aux trois âges des documents.” (CHARBONNEAU, 1999, p. 374).

ou que são desconhecedores dos arquivos. Nesse quesito, seu ponto de vista se diferencia daqueles oferecidos por Alberch i Fugueras e Boadas (1991) e por Cruz Mundet (1994).

Além disso, para Charbonneau (1999), a difusão não se reduz aos arquivos permanentes, podendo ser praticada em qualquer fase do ciclo documental. Em se tratando de arquivos correntes e intermediários, segundo ele, a difusão pode se dar, principalmente, com a capacitação dos produtores dos documentos para utilizarem mais e com melhor aproveitamento os instrumentos de gestão (planos de classificação e tabela de temporalidade, por exemplo). No caso de arquivos permanentes, a difusão pode compreender os serviços de referência nas salas de consulta ou de forma remota, a mediação relacionada com a reprodução e/ou empréstimo de documentos, a produção de instrumentos de pesquisa e folhetos informativos, a organização de eventos como de conferências, oficinas e exposições.

De acordo com a sua perspectiva, “existe uma estreita inter-relação entre a difusão e outras funções arquivísticas” (CHARBONNEAU, 1999, p. 379, tradução nossa),²⁴ estando a difusão diretamente relacionada com funções como a avaliação, a classificação e a descrição e os seus produtos (instrumentos de gestão de documentos e instrumentos de pesquisa).

Charbonneau (1999) também relaciona a difusão a fatores legais e éticos do exercício profissional nos arquivos ao afirmar que o arquivista deve trabalhar visando o equilíbrio entre divulgar, disseminar e promover o acesso a documentos e, por outro lado, respeitar a privacidade, os direitos autorais e a própria preservação dos documentos.

O pesquisador brasileiro José Maria Jardim tem desenvolvido pesquisas sobre a realidade das instituições e serviços de arquivo e a adoção de possíveis modelos de governança, enfatizando o setor público. E, apesar de não se dedicar ao tema da difusão, contribui com a discussão relacionada a ela ao abordar a gestão arquivística e seus elementos. A difusão é elencada por ele como parte do rol de operações que constituem a missão das instituições e serviços arquivísticos. Segundo ele,

[A gestão arquivística] inclui todo o ciclo, da produção à guarda permanente, passando pela gestão de documentos, a preservação, a produção de mecanismos de recuperação da informação, a **difusão**, o acesso e as demais operações que constituem a missão das instituições e serviços arquivísticos. (JARDIM, 2018, p. 32, grifo nosso)

²⁴ “*Il existe une interrelation étroite entre la diffusion et les autres fonctions archivistiques.*” (CHARBONNEAU, 1999, p. 379)

A pesquisadora Heloisa Liberalli Bellotto é uma das brasileiras que mais se dedicou ao tema da difusão dos arquivos. São fruto de suas reflexões os livros *Arquivos permanentes: tratamento documental* (2006) e *Arquivo: estudos e reflexões* (2014). O primeiro apresenta um capítulo dedicado ao tema da difusão em arquivos, nas vertentes editorial, cultural e educativa, e o segundo, uma coletânea de artigos, palestras e entrevistas, também aborda a matéria.

Bellotto (2006, p. 227) defende que os arquivos públicos existem com a função finalística de “recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador”. Ao contrário dos autores que encaram a função cultural como essencial no rol de atividades dos arquivos, a autora caracterizou, nesta obra, a difusão como uma atribuição secundária. Sobre essa dualidade entre o que é primordial e o que é secundário nos arquivos públicos, declarou que

É preciso que fique bem claro para os administradores, os historiadores e para o público em geral que os arquivos das repartições públicas devem atender fundamentalmente às necessidades das administrações a que servem: representam o seu arsenal, constituem sua base operacional, seja na idade corrente, dos arquivos de gestão, seja já nas instâncias da inatividade, quando ainda – e sempre – guardam sua validade informacional. Nenhum arquivo público sobreviverá em prestígio e em dotações orçamentárias, se se esquecer dessa máxima. Não alcançará a dimensão que lhe é legitimamente devida, se fizer do seu recinto apenas um espaço cultural onde bem-sucedidos eventos sociais irão mascarar sua inércia e inoperância no que tange às suas verdadeiras atribuições. (BELLOTTO, 2006, p. 227)

Em obra posterior, Bellotto (2014, p. 133, grifo nosso) revê, em alguma medida, essa posição ao afirmar que “às funções básicas dos arquivos é possível agregar funções secundárias, **ou, preferencialmente, paralelas**, relacionadas com sua aproximação com o público em geral, e não somente com os administradores, juristas e historiadores”, demonstrando a importância de realizar a difusão concomitantemente às demais ações. A autora completa seu pensamento defendendo que somente se voltando em direção ao social é que os arquivos poderão justificar a sua existência, e que, com a implementação das funções ligadas à cultura, os arquivos passam a ocupar um papel de mediação cultural.

Os autores Taiguara Villela Aldabalde e Georgete Medleg Rodrigues, ao discutirem sobre as práticas culturais realizadas pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, enfatizam a existência de uma distinção entre o que seria a difusão e o que seria a mediação

cultural, esta última expressão adotada, em geral, por pesquisadores que se filiam aos estudos na área de Ciência da Informação. Para os autores,

Difusão é o processo cujo objeto é a informação que segue uma dinâmica emissiva em relação ao público para o qual se dirige, numa estratégia de transmissão cujo objetivo último é a acessibilidade via produtos e serviços, tais como publicação de instrumentos de pesquisa online, serviço de referência, atendimento por *e-mail* e serviço reprográfico. Já a Mediação Cultural é o processo cujo objeto é a cultura dirigida com uma dinâmica interativa em relação ao público, para o qual se volta a estratégia da construção, com o objetivo de promover a democratização e a democracia cultural, resultando em produtos e serviços tais como a produção audiovisual, efeméride histórica, recital, mesa-redonda, mostra de arte, oficina e concerto. (ALDABALDE; RODRIGUES, 2015, p. 259)

Seguindo a mesma linha de pensamento de Bellotto (2006), mas acrescentando uma ideia de acesso à informação, Marcelo Antônio Chaves (2017a) afirma que os arquivos possuem três atividades essenciais: gestão, preservação e acesso. Evocando a autora citada acima, Chaves (2017a, p. 9) afirma que

Ainda que muito importante, a difusão é atividade secundária nos arquivos, conforme corretamente deduz Heloísa Bellotto (2007). Ou seja, para desempenhar suas atividades finalísticas com eficiência e atender bem aos cidadãos, um arquivo não necessita possuir um setor de difusão estruturado.

No entanto, o autor (2017a) pondera que as circunstâncias atuais em que as instituições arquivísticas se encontram no Brasil, de desconhecimento por parte da sociedade em geral e de localização periférica na estrutura da administração pública, assinalam para a necessidade de se buscar apoio social. A difusão seria o caminho mais propício para sensibilizar o público.

Chaves (2017a, p. 10), ao refletir sobre as bases da difusão nos arquivos, afirma que ela possui múltiplos objetos-fins e pode ser conceituada da seguinte forma:

A difusão de arquivo tem como princípio incontornável divulgar, ou disseminar: a **instituição** em toda sua complexidade; todos os **trabalhos técnicos** voltados para as suas atividades finalísticas; os **conhecimentos produzidos** que requerem disseminação; e o **acervo** sob sua custódia.

A multiplicidade de objetos a serem disseminados, evidenciada na definição acima, demonstra a complexidade que envolve o tema da difusão. Indica que existem quatro facetas distintas na difusão em arquivos: a disseminação das particularidades institucionais,

das dimensões técnica e científica do trabalho dos arquivistas, além dos documentos enquanto partes de um acervo.

Até o momento, observou-se que Alberch i Fugueras (2001), Herrera (1991), Cruz Mundet (1994), Charbonneau (1999) e Jardim (2018) equiparam a difusão às demais funções tidas como clássicas na área. Chaves (2017a) a caracteriza como secundária, e Bellotto (2014) que já a caracterizou dessa forma no passado, atualmente, defende a necessidade de um paralelismo entre a difusão e as demais funções arquivísticas.

Independentemente da discussão sobre o lugar que ocupam na hierarquia das funções arquivísticas, os autores observados concordam, em linhas gerais, que as atividades de difusão são necessárias e projetam os arquivos nas comunidades onde estão inseridos, além de constituírem estratégias para o aumento da visibilidade social das atividades desempenhadas por esses arquivos, bem como dos conjuntos documentais custodiados.

1.2. Mudanças no acesso, funções e uso dos arquivos

Ao longo do tempo, os arquivos tradicionalmente têm estado ligados aos governos e são identificados por eles como instrumentos de administração, manutenção e exercício de seus poderes, e de preservação de documentos e informações de seu interesse. Lucia Maria Velloso de Oliveira (2017, p. 77) chama a atenção para o fato de que tal ligação “não assegurou seu reconhecimento pela sociedade” e que os arquivos são, até mesmo nos dias de hoje, “estranhos ao cidadão comum”.

Apesar desse estranhamento existente entre os arquivos e a sociedade, os arquivos foram se modificando tanto com relação ao conteúdo custodiado pelas instituições e serviços arquivísticos, quanto às suas funções e à forma como são acessados e utilizados. Para essa pesquisa, a análise partirá das mudanças advindas a partir da Revolução Francesa.

A Revolução Francesa é, de forma recorrente, identificada na literatura arquivística como um acontecimento a partir do qual se processaram mudanças no uso e no tratamento técnico dos arquivos. Alguns autores a caracterizam mesmo como a representação de um novo paradigma para os arquivos. É o caso, por exemplo, de Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real na obra *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, cuja primeira edição data de 1999. Na medida em que esses autores entendem que os arquivos “conservavam os fundamentos da organização do Estado, os registros das deliberações mais odiadas pelos revolucionários, os títulos de nobreza e de

propriedade da monarquia” (SILVA *et al.*, 2009, p. 100), faz sentido pensar que a dissolução do chamado Antigo Regime teria influência direta nesses espaços.

A tradição arquivística francesa vem sendo objeto de reflexão de pesquisadores que se concentram no estudo da história dos arquivos. Muitos deles defendem que o exemplo francês teve visível influência em diversos países. Eric Katelaar, professor emérito da Universidade de Amsterdam, em artigo publicado no periódico *Archival Science*, distingue a Revolução Francesa e seus desdobramentos como um “estágio decisivo na história dos arquivos, introduzindo os principais elementos dos modernos sistemas de arquivo” (KATELLAAR, 2007, p. 344, tradução nossa).²⁵ Parte do ideário da revolução, como o “conceito e o vocabulário do nacionalismo” (HOBSBAWM, 1996, p. 9), se expandiu, influenciando muitos países nesse processo. O modelo francês de tratamento e organização de arquivos e instituições arquivísticas teria se expandido junto a esse ideário. Para Silva *et al.* (2009, p. 105),

A expansão dos ideais da Revolução Francesa veio a ter uma influência decisiva na instauração de regimes liberais em diversos países. Como consequência das revoluções burguesas, a expropriação dos bens do clero e da nobreza arrastou consigo a necessidade de nacionalizar os cartórios onde se conservavam os respectivos títulos de posse e a documentação indispensável à administração das propriedades confiscadas. Assim, assistimos em vários países a um movimento de incorporações em massa de arquivos privados, nos depósitos do Estado (que recebem muitas vezes a designação de arquivos nacionais) [...].

Judith M. Panitch (1996), em artigo publicado na revista *American Archivist*, reforça a ideia de que os arquivos nacionais, ao agregarem um sentimento de identidade, contribuíram para confirmar a legitimidade política do novo regime que se instaurava. Sobre esse momento, a autora descreve que

A criação de novos repositórios ajudou a Revolução a afirmar sua própria identidade, enquanto a triagem e reclassificação de registros antigos garantiam que uma interpretação específica do passado seria imposta às gerações seguintes. A Revolução, escreve Bautier, “foi a primeira vez que um plano tão considerável abrangeu os arquivos de todo um regime - político, administrativo, feudal, religioso - excedendo até a noção de Arquivo do Estado e, em vez disso, formando o Arquivo da 'Nação'. Mas foi também em torno desses mesmos arquivos que a noção de “nação” pôde em parte se cristalizar e se firmar na consciência coletiva. A constituição dos novos Arquivos Nacionais, que glorificaram as

²⁵ “[...] a decisive stage in archival history, introducing the main elements of modern archives systems.” (KATELLAAR, 2007, p. 344).

conquistas da Revolução e marginalizaram ou minimizaram tudo o que aconteceu antes, aparece sob esta luz como essencial à legitimidade política e psicológica do Novo Regime.²⁶ (PANITCH, 1996, p. 47, tradução nossa)

A legislação que sucedeu a revolução criou na França os *Archives Nationales* como órgão nacional, conferindo aos arquivos um caráter de nacionalização e garantindo, em tese, a qualquer cidadão o direito de acesso aos documentos públicos. São deste período, alguns dos normativos legais que determinam a implementação de características, ainda em vigor, como a centralização dos arquivos nacionais franceses, o livre acesso dos arquivos nacionais aos cidadãos, além da identificação da necessidade de criação de uma rede de arquivos do Estado (ARCHIVES NATIONALES, [20--?]).

Sabe-se, no entanto, que as mudanças e a implementação dos princípios mencionados não se deram de imediato, constituindo-se em um processo não linear que congregou rupturas e permanências. Segundo Katelaar (2007), na França pós-revolucionária, ainda demoraria uma geração para que os arquivos começassem a tomar a forma dos chamados arquivos modernos, tal como os conhecemos hoje.

Em se tratando do acesso aos documentos arquivísticos no período pós-revolução, muito se fala que eles deixaram de ser abertos somente à Igreja, à realeza e aos notários, e passaram a ser acessíveis a todos. Sabe-se, no entanto, que esse acesso não se deu de forma tão simplificada e muitos documentos permaneceram restritos. Silva *et al.* (2009, p. 102) afirma que se tratou mais de uma “intenção de liberar o acesso aos arquivos” do que, efetivamente, de implementar medidas que garantissem essa real ampliação do acesso. A localização social dos membros da sociedade francesa era fator que influenciava diretamente nesta questão. Sobre isto, Oliveira (2017, p.78) é categórica ao afirmar que “os membros menos abastados da sociedade, que viviam à margem da sociedade, também viviam à margem dos arquivos”.

Além disso, entende-se que o acesso aos documentos era limitado pois as salas para consulta nos arquivos surgiram apenas em meados do século XIX, sendo um sintoma da

²⁶ “The creation of new repositories helped the Revolution to affirm its own identity, while the triage and reclassification of old records guaranteed that a particular interpretation of the past would be imposed upon succeeding generations. The Revolution, writes Bautier, “was the first time that such a considerable plan encompassed the archives of an entire regime — political, administrative, feudal, religious — exceeding even the notion of State Archives and instead forming the Archives of the ‘Nation’” But it was also around these very archives that the notion of “the nation” could in part crystallize and take hold in the collective consciousness. Constitution of the new National Archives, which glorified the achievements of the Revolution and marginalized or minimized all which went before, appears in this light as essential to the political and psychological legitimacy of the New Regime.” (PANITCH, 1996, p. 47).

influência do desenvolvimento científico do trabalho dos historiadores. (SILVA *et al.*, 2009). No que diz respeito à preservação, por sua vez, os arquivos sofreriam com a oscilação entre a conservação e a destruição dos documentos enxergados por alguns revolucionários como representantes de um passado que se desejava eliminar naquele momento (PANITCH, 1996).

A partir das colocações propostas por Oliveira (2017) e por Panitch (1996), percebe-se que a Revolução Francesa não deve ser mitificada como um momento de evolução na história dos arquivos. Panitch (1996) defende a necessidade de ampliar a compreensão acerca do desenvolvimento dos arquivos durante esse período e lembra que a revolução trouxe mudanças ora prejudiciais e ora favoráveis aos arquivos e sua forma de organização, principalmente enquanto instituições.

Ainda sob a influência da Revolução Francesa, que promoveu a apropriação de bens da realeza, da nobreza e da Igreja, convertendo-os em bens nacionais (OLIVEIRA, 2008), os arquivos estiveram muito voltados para a ideia de constituição de um lugar de memória e da congregação de valores que os credenciariam a fazer parte do patrimônio nacional. O Estado francês reconheceu a sua responsabilidade na preservação e custódia do patrimônio documental arquivístico com o desenvolvimento de um aparato legal e administrativo. O conceito de patrimônio sofreu alterações na passagem do século XIX para o XX, passando de uma concepção jurídico-burocrática, preocupada com os bens de valor econômico que eram transmitidos de geração a geração, para outra que representava uma dimensão sociocultural. Sobre essas mudanças, a arquivista francesa Christine Nougaret afirma que

O termo patrimônio designando herança cultural comum a ser conservado, mantido em bom estado, e transmitido, nasce no século XIX a partir dos monumentos e obras de arte que simbolizam a administração de monumentos históricos, confiando ao Estado a função de cadastrar, conservar e restaurar os monumentos que expressam os valores gerais da civilização. É no século XX que a noção de patrimônio se ampliará e passa a incluir a esfera do privado. (NOUGARET, 2006, p. 2 apud OLIVEIRA, 2017, p. 78)

O século XIX é identificado, no já citado artigo de Katelaar (2007, p. 344, tradução nossa), como “o berço do papel cultural dos arquivos”, estando esse papel estreitamente ligado com a noção de patrimônio. Não se deve confundir essa identificação de Katelaar (2007) com as características que hoje entendem-se como relacionadas à difusão. O papel cultural a que o autor se referiu estava ligado ao surgimento de um interesse distinto daquele tradicional que versava sobre necessidades administrativas. O que despontava, em

contraponto, era um interesse cultural, principalmente o dos historiadores ou como consequência do trabalho deles. A influência do desenvolvimento da História, uma história positivista, contribuiu para aumentar a valorização dos arquivos, entendidos como fontes históricas, durante o século XIX. Sobre esse momento, Silva *et al.* (2009, p. 111, grifo nosso) afirma que

Facilmente se compreende que a esta mudança de concepção da própria História, a que não é alheia à influência do saber positivo, estão intimamente ligadas às concentrações em massa dos arquivos, que ocorreram por toda a Europa, após a Revolução Francesa. Para **além das necessidades administrativas, surgia agora o interesse cultural**, em especial por parte dos historiadores, que progressivamente vão impondo a concretização efectiva do acesso público às fontes documentais, consagrado na legislação francesa desde a lei de 7 Messidor.

Com o desenvolvimento da pesquisa histórica, o trabalho nos arquivos vai priorizando as atividades de organização e, principalmente, de descrição de documentos. O objetivo era tornar a maior quantidade possível de documentos disponível para os pesquisadores.

Nesse cenário, o *Manual de organização e descrição dos arquivos*, publicado pelos arquivistas holandeses Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin em 1898, é tido por muitos pesquisadores como uma obra inaugural da Arquivologia. A obra influenciou muitas gerações de arquivistas por ter sido traduzida para vários idiomas. No Brasil, sua tradução foi publicada pelo Arquivo Nacional, em 1973, sob o título de *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Para o arquivista canadense Terry Cook (2018, p. 25), “a importância do *Manual dos holandeses* reside em sua codificação da arquivologia europeia e sua enunciação de uma metodologia para o tratamento dos arquivos”. A difusão passava ao largo dessa codificação e não foi objeto das reflexões dos holandeses naquele momento.

Outros autores, considerados ao lado dos holandeses como representantes de uma Arquivologia clássica (SCHMIDT, 2015), como o inglês Hilary Jenkinson e o italiano Eugenio Casanova, cujas principais obras foram publicadas, respectivamente, em 1922 e 1928, se concentraram em refletir sobre a ordenação dos documentos, a ideia de custódia, o valor probatório dos documentos de arquivo e outras questões correlatas. A questão da difusão, igualmente, não estava presente nas reflexões desses autores. Sobre isso, Michel Duchein (1991, p. 15, tradução nossa), quando ocupava a função de inspetor-geral dos arquivos da França, sinalizou, no prefácio da obra *La fonction culturelle de los archivos*, que “os grandes manuais clássicos de arquivística, até os anos 1950 – os de Meyer, Feith e

Fruin, de Eugenio Casanova, de Hilary Jenkinson, de Theodor Schelleberg, de Adolf Brennecke – ignoravam a vertente cultural do papel dos arquivos”,²⁷ identificada por Duchein como essencial.

Cook (2018, p. 30) esclarece que, até 1930, o pensamento arquivístico europeu ainda estava voltado para as questões envolvendo o arranjo e a descrição dos documentos. Essa atenção dirigida para as atividades descritivas revela a influência que a área sofria neste período da historiografia positivista. Também sobre isto, a pesquisadora Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (2015, p. 116) explica que

Os princípios, conceitos e teorias da área foram sendo construídos pela experiência profissional destes arquivistas com documentos públicos e que tinham por objetivo organizá-los para a investigação histórica, tanto que, ainda hoje, utilizamos termos e conceitos preconizados neste período, como descrição, arranjo e inventário, quando nos referimos aos documentos históricos, atualmente definidos pela comunidade da área como permanentes.

Assim, pode-se afirmar que o século XIX, marcado pelo desenvolvimento do nacionalismo e pelas mudanças ocorridas após a Revolução Francesa, conferiu aos documentos de arquivo um sentido testemunhal, de matéria-prima para a historiografia. Com a introdução gradual da possibilidade de acesso aos documentos pelo povo, o século XX, no âmbito dos arquivos, traz mudanças relacionadas tanto a essa acessibilidade quanto a quantidade e ritmo de produção documental, que se intensificam. Novos desafios surgem para os arquivos e os arquivistas trazidos pelo progresso tecnológico. Novos sujeitos passam a frequentar seus espaços e, com eles, os arquivos passam a ser demandados de novas formas.

Cook (2018) indica que a perspectiva de uma abordagem social nos arquivos, na década de 1980, representa uma mudança fundamental nos discursos e no fazer arquivístico. Fazendo convergir novos conceitos de teoria e metodologia arquivística vindos da Alemanha, Estados Unidos e Canadá, nessa abordagem os arquivos abandonam a visão estatista e buscam se distanciar dos estereótipos de “instituições ‘aristocráticas’ reservadas para acadêmicos ou universitários” (KÖRMENDY, 2007, p. 172, tradução nossa).²⁸ Passam a “refletir a sociedade a que o Estado deve servir” e, com tal abordagem, pode-se

²⁷ “[...] *los grandes manuales clásicos de archivística, hasta los años 1950 – los de Meyer, Feith y Fruin, de Eugenio Casanova, de sir Hilary Jenkinson, de Theodor Schelleberg, de Adolf Brennecke – ignoraban la vertiente cultural del papel de los archivos.*” (DUCHEIN, 1991, p. 15)

²⁸ “[...] *aristocratic*” *institutions reserved for academic or university scholars.*” (KÖRMENDY, 2007, p. 172)

dizer que “os arquivos são do povo, para o povo e, em geral, pelo povo” (COOK, 2018, p. 39).

Duchein, em obra publicada em 1983 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), já identificava que começava a despontar naquele momento um fenômeno novo que era o aumento do interesse do público pelos arquivos. Na mesma obra, ele define esse público como sendo “todos aqueles que não são historiadores profissionais ou amadores, nem estudantes, nem pessoas interessadas nos arquivos por razões profissionais, mas o que se chama, com expressão ao mesmo tempo familiar e solidária, "o homem da rua" (DUCHEIN, 1983, p. 9, tradução nossa).²⁹ Esse homem estaria interessado, principalmente, em buscar suas raízes familiares.

Lajos Körmendy (2007), arquivista e conselheiro do Arquivo Nacional da Hungria, escreveu sobre isso ao apontar que essa mudança de abordagem dos arquivos atraiu a presença de novos usuários para as instituições arquivísticas, a maioria deles realizando pesquisas familiares sobre seus antepassados. Ele atribui o início da popularização dos arquivos justamente ao desenvolvimento das pesquisas genealógicas, que exigiram dessas instituições que tornassem seus documentos mais acessíveis e que criassem formas de divulgação específicas centradas nestes novos usuários. O autor ainda aborda a influência exercida pela cultura de mídia nos arquivos, fazendo com que selecionem assuntos populares para pautar as suas atividades, eventos e publicações.

Como visto, as discussões sobre a relevância da difusão dos arquivos se desenvolveram progressivamente a partir dos anos 1980, mas ações anteriores relacionadas ao tema podem ser encontradas na história dos arquivos. Alberch i Fugueras (2011), por exemplo, chama a atenção para o fato de que teria sido na França, em 1857, que se iniciaram as primeiras ações que podem ser caracterizadas como culturais na forma de exposições. Em outros países, a propagação desse tipo de ação teria se dado apenas no final do século XIX.

1.3 Apontamentos sobre exposições

As exposições funcionam como ferramentas que possibilitam que seus visitantes tomem parte de diversos assuntos como arte, história, ciências, etc. São vários os campos

²⁹ “[...] *todos aquellos que no son historiadores profesionales ni aficionados, ni estudiantes, ni personas interesadas por razones profesionales en los archivos, sino lo que se llama, con expresión familiar y simpática a un tiempo, "el hombre de la calle."* (DUCHEIN, 1983, p. 9)

do conhecimento e das artes que se expressam por meio de exposições. Esta pesquisa se interessa, principalmente, pelas exposições produzidas pelos arquivos, mas muitas reflexões foram feitas a partir de textos da Museologia, uma vez que essa área talvez seja a que mais se dedica a pensar, refletir, pesquisar e pôr em prática esse fazer expositivo. Acredita-se que tanto nos museus como nos arquivos, as exposições se assemelham quando funcionam como elementos que dialogam com as memórias coletivas e com os sentimentos de pertencimento e identidade de seus visitantes.

À primeira vista o termo exposição pode parecer algo simples, mas pode apresentar múltiplos sentidos. Para o senso comum, exposição pode ser um tipo de evento em que uma seleção de objetos está aberta à visitação. Essa visão não é a única possível. Pesquisadores como André Desvallées e François Mairesse (2013, p. 42, grifo nosso), por sua vez, em dicionário de conceitos específicos do campo da Museologia, destacam as diferentes acepções existentes. Segundo eles, “o termo ‘exposição’ significa tanto **o resultado da ação de expor**, quanto o **conjunto daquilo que é exposto** e o **lugar onde se expõe**”.

Na compreensão desses autores, a acepção ligada ao resultado da ação de expor estaria diretamente ligada ao exercício da comunicação do e sobre o patrimônio. Por esse entendimento, “[...] o visitante é colocado na presença de elementos concretos que podem ser exibidos por sua importância [...] ou por evocarem conceitos e construções mentais [...]” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 43). Ainda para Desvallées e Mairesse (2013, p. 44), a exposição, quando entendida na acepção relacionada ao conjunto daquilo que é exposto, diz respeito ao conjunto de coisas expostas e de todos os materiais expográficos (vitrines, suportes de apresentação, textos acessórios, material gráfico, etc.). Por fim, os autores (2013, p. 43) entendem que a acepção relacionada ao lugar onde se expõe não se caracteriza apenas pela arquitetura do espaço. Pode ser entendida, nessa mesma significação, como a instituição que abriga o evento ou como um lugar em que se dão interações sociais específicas, por exemplo, quando a presença de pessoas que transitam nesses espaços acaba por fazer parte da experiência geral de outros visitantes da exposição.

A museóloga Marília Xavier Cury observa a exposição como um *locus* duplamente qualificado para a afirmação do objeto exposto no cenário institucionalizado (a instituição) e no cenário expositivo (a exposição propriamente). Observa, também, que a exposição deriva de uma valorização seletiva. Segundo ela,

Os objetos selecionados para uma exposição são, na verdade, escolhidos (valorados) duas vezes: a primeira para integrar o acervo da instituição (ou

in situ) e a segunda para associar-se a outros objetos — também escolhidos — para serem expostos ao público. (CURY, 2005, p. 26)

Além de entender a exposição como esse *locus* afirmativo, Cury (2005, p. 99 apud Cury, 2007, p. 74) também a avalia como um tipo de linguagem condensada e engenhosa. Condensada, porque sintetiza valores a partir das dinâmicas da cultura material, e engenhosa, pois necessita de uma construção que associe os objetos patrimoniais a uma série de outros recursos para que essa comunicação encontre receptividade junto ao público.

Outros pesquisadores enxergam nas exposições espaços que favorecem a proliferação de múltiplas significações para o patrimônio cultural exposto. O museólogo e pesquisador Mario Chagas (2003, p. 18 apud CURY, 2005, p. 25) observa que o ato de expor projeta os materiais expostos de um tempo para outro, evocando lembranças e possibilitando que adquiram novos significados. Bruno Jacomy (2007, p. 32), engenheiro com experiência à frente da direção de museus franceses, em conferência apresentada no Rio de Janeiro, destacou essa mesma característica das exposições. Segundo ele,

Coleções e exposições são lugares onde os significados dos objetos são continuamente transformados para a contemplação de colecionadores e visitantes. Esse caráter é produzido, de acordo com K. Pomian, por meio de um gesto inicial: sua retirada da esfera econômica e a liberação de seus usos anteriores. [...] Seu valor simbólico depende de sua capacidade de funcionar como “semióforos”, um tipo de veículo simbólico para a representação de algo não representável, como, por exemplo, algo que não está aqui (exoticismo), algo que não está mais presente (história) ou algo abstrato (epistemologia). (JACOMY, 2007, p. 32)

A socióloga Lucia Lippi Oliveira, na obra *Cultura é patrimônio: um guia*, reconhece essa importância simbólica do patrimônio cultural em exposição e faz um retrospecto da história das exposições, destacando a importância que esses eventos tiveram no cenário cultural do mundo ocidental. Destaca, ao mesmo tempo, a trajetória de criação de algumas instituições culturais, principalmente museus, que tinham por finalidade a conservação de obras e peças históricas, muitas originárias de coleções privadas, e a posterior abertura dessas coleções ao público. Para a autora (2008, p. 145), “a memória nacional que se organizou no século XIX teve como alicerce as exposições e os museus”. A autora também aborda as chamadas grandes exposições, mencionando como característica desses eventos a circulação de conhecimentos emergentes em áreas do conhecimento como história da arte, antropologia e biologia, além de tratarem de questões como “[...] a

evolução, o passado, o progresso, a estética, o homem” (OLIVEIRA, 2008, p. 145).
Segundo Oliveira,

A promessa das exposições — desde a primeira realizada em Londres em 1851 — era proporcionar a “volta ao mundo em um dia”. Foram as mostras etnográficas, parte das exposições universais, que deram origem aos “museus de antropologia”, partícipes do esforço de classificação e ordenação do mundo não ocidental. Nas exposições eram também apresentados “tipos vivos”, que representavam os diferentes estágios do desenvolvimento humano. Em Paris, na Exposição Universal de 1878, indivíduos provenientes dos distantes territórios coloniais foram exibidos em pavilhões especialmente construídos para tal fim. “Aldeias nativas” e “ruas orientais” passaram a fazer parte da agenda das exposições, oferecendo exemplos da classificação de diferentes povos e mostrando o modelo evolucionista em ato. (OLIVEIRA, 2008, p. 144)

Também sobre essas grandes exposições Bruno Jacomy (2007, p. 16) destaca que tinham um público majoritariamente composto por classes mais abastadas.

Percebe-se que a história das exposições não é descolada da história de seu tempo. No trecho em destaque acima é possível observar que, se por um lado as exposições possibilitavam a circulação de conhecimentos e a apresentação de avanços tecnológicos, por outro lado muitas delas, especialmente as chamadas grandes exposições universais, funcionaram como elementos de afirmação de poderes coloniais, de fortalecimento de nacionalismos, de reforço de estereótipos, de propagação de visões evolucionistas e de hierarquização de conhecimentos.

Atualmente, o entendimento sobre a forma como as exposições devem ser realizadas tem se modificado. O pensamento de um modelo de exposição emissor cujas informações e obras são transmitidas a receptores passivos tem sido substituído por um pensamento voltado para a mediação e para a pluralidade de perspectivas. Os públicos ganharam espaço nas reflexões dos agentes culturais envolvidos nas exposições. Cury ressalta que os códigos culturais dos visitantes são, cada vez mais, levados em consideração. Ela afirma que,

[...] um novo cenário aponta para novas e ampliadas possibilidades para os processos expográficos, um cenário que desloca as nossas preocupações das exposições como meio de comunicação para as mediações culturais que ocorrem no cotidiano do público visitante, isso porque a recepção de exposições ocorre a partir do cotidiano das pessoas. Esse entendimento nos permite compreender que o objetivo de uma visita pode ser múltiplo e vinculado a uma experiência, em detrimento de posturas conteudísticas limitantes. (CURY, 2007, p. 73)

Além disso, outras questões contemporâneas como as que são relativas à identidade, representatividade de grupos minoritários, teorias e abordagens decoloniais também têm exercido influência sobre as práticas expositivas. Oliveira (2008, p. 146) observa que “o declínio das histórias nacionais, com o questionamento das narrativas oficiais, e a proliferação de histórias alternativas diversificaram os passados considerados merecedores de escapar do esquecimento”. Em seminários promovidos nos últimos três anos pelo Museu de Arte de São Paulo e pelo Centro de Pesquisa Afterall, abordando temas correlatos à arte e descolonização, o curador e pesquisador Ivan Muñiz Reed refletiu sobre a colonialidade e sua influência no campo da cultura afirmando que,

A colonialidade sempre se fez presente. Mesmo após terminado o período formal de colonização, ela persistiu por meio de formas estruturais de privilégio e de enviesamento. Para além de suas manifestações econômicas e sociais mais óbvias (a exemplo da estratificação racial do trabalho e da proliferação da desigualdade e do racismo), essas hierarquias opressoras também se manifestam no domínio da cultura. Como muito do que conhecemos e experimentamos do mundo moderno foi construído a partir das categorias imperiais ocidentais, a colonialidade do conhecimento talvez seja o mecanismo mais difícil de discernir e ainda o mais perverso de se superar. (REED, 2019, p. 4)

A fala do autor evidencia sua crítica a essa colonialidade no campo das artes e da cultura. Igualmente demonstra uma intenção de valorizar histórias e perspectivas que foram desvalorizadas ao longo do tempo. O curador Jacopo Crivelli (2018, p. 41) corrobora esse pensamento ao dizer que as narrativas das exposições têm sido influenciadas por esforços no sentido de reescrever as narrativas tradicionais valorizando a história de minorias habitualmente invisibilizadas.

1.4 Exposições e arquivos

A literatura especializada reconhece que os museus se tornaram instituições especializadas na exibição de objetos, documentos e narrativas por meio das exposições. No contexto das instituições arquivísticas e serviços de arquivo, por outro lado, de acordo com Susanna Vela Palomares (2001, p. 85), a prática de organizar exposições não é tão difundida. Ela afirma que, em geral, o papel dos arquivos tem se resumido a colaborar com o empréstimo de documentos em exposições organizadas e coordenadas por outros agentes culturais, como os museus, por exemplo. Acredita-se que, desde a publicação de Palomares (2001), esse quadro tem se modificado. No Brasil, além da FCRB, vemos essa prática se

difundindo cada vez mais em outras instituições como o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Nacional que, além de organizarem exposições presenciais, também possuem sites inteiramente dedicados a exposições virtuais. Em artigo publicado em 2011, Alberch i Fugueras reconhece que a organização de exposições tem sido mais promovida pelos arquivos e faz uma reflexão sobre a relação entre os museus e as instituições arquivísticas. Para o autor,

Nos últimos anos, a organização de exposições também aumentou de intensidade. Embora inicialmente se tenha percebido uma certa rejeição a esta prática por se entender que colidia frontalmente com uma prática exclusiva dos museus e que uma colaboração nesta área entre ambas as instituições culturais tornava o arquivo um colaborador quase invisível, atualmente se constata um aumento das exposições em grande parte devido à tendência de externalizar a sua montagem para empresas especializadas e de estabelecer o papel do arquivo como garantidor dos conteúdos, da abordagem e objetivos, e também para promover o reconhecimento social.³⁰ (ALBERCH i FUGUERAS, 2011, p. 479, tradução nossa)

A literatura também sinaliza que, em muitos casos, a prática expositiva nos arquivos tem priorizado a exibição dos documentos isolados, além de uma preponderância das questões estéticas e econômicas sobre o valor histórico e cultural desses arquivos. Sobre esse tipo de abordagem, Palomares (2001, p. 86), por exemplo, sinaliza ser uma distorção na função que os arquivos realmente possuem, uma vez que a questão contextual e as inter-relações entre os documentos repousam em segundo plano. Chaves (2017, p. 15) apresenta a mesma preocupação de Palomares e de forma categórica afirma que “difusão de documentos sem contexto não é difusão de arquivo”. Bellotto (2006, p. 229), por sua vez, preocupa-se mais com a concretização das ações de difusão e o que elas podem trazer de retorno positivo aos arquivos, adotando um pensamento menos rígido sobre a difusão. Para ela,

A repercussão de uma exposição na imprensa escrita e falada é fator de disseminação da ideia de arquivo: seu alcance é muito grande. Não importa que seja mínima parcela da comunidade que realmente veja o material exposto. O primeiro passo é que o arquivo seja reconhecido, faça

³⁰ *En los últimos años también ha incrementado su intensidad la organización de exposiciones. Si bien inicialmente se percibía un cierto rechazo a esta práctica por entender que colisionaba frontalmente con una práctica exclusiva de los museos y que una colaboración en este ámbito entre ambas instituciones culturales convertía el archivo en un colaborador casi invisible, en la actualidad se constata un aumento de las exposiciones en buena medida por la tendencia a externalizar su montaje a empresas especializadas y a asentar el papel del archivo como garante de los contenidos y del enfoque y objetivos, y también por propiciar un reconocimiento social.* (ALBERCH i FUGUERAS, 2011, p. 479)

parte do cotidiano da leitura dos jornais: um dia um cidadão aparece por curiosidade ou por outro motivo qualquer. Fez-se mais uma conquista. (BELLOTTO, 2006, p. 229)

Nesse sentido, de implementar a difusão de forma menos rígida e em diálogo com outros agentes culturais, é possível observar um outro movimento que tem ganhado cada vez mais espaço, por exemplo, na utilização de documentos de arquivo em museus de arte como forma de contextualizar a história das aquisições das obras e de constituição dos acervos. Destaca-se, a título de exemplificação, a exposição “Arte do Brasil até 1900”, do Museu de Arte de São Paulo, exibida em 2015, que deu visibilidade à parte do acervo arquivístico da instituição. O texto de apresentação da exposição explica essa opção.

Se o mais conhecido e visível acervo do museu é o de obras, o mais extenso é o documental e fotográfico, que abrange desde 1947, ano de fundação do MASP. O arquivo inclui correspondências sobre doações, aquisições, atribuições de obras e empréstimos entre o MASP e outras instituições ou indivíduos, notas fiscais e recibos, fichas de registro do acervo, convites e folhetos de exposições, recortes de jornais e revistas, fotografias de obras e de exposições, entre outros. Em museus, os documentos e as fotografias do arquivo normalmente não são expostos. Ao trazê-los a público, justapondo-os às suas respectivas obras, oferecemos uma nova camada de leitura sobre a coleção, revelando parte da história do museu. (MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO, 2015)

Outro exemplo é o *site* do novaiorquino Museum of Modern Art, mais conhecido como MoMA. O museu passou a disponibilizar *online* registros de exposições realizadas desde a sua fundação, em 1929, até períodos mais recentes. Os registros consistem, essencialmente, em acervo arquivístico da instituição: fotografias das obras em exposições e documentos que registram o planejamento das mostras.

2 O SERVIÇO DE ARQUIVO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL

O Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI) é o setor especializado da FCRB que possui como responsabilidade a preservação, o processamento técnico e a promoção dos documentos arquivísticos que estão sob a sua guarda. Além disso, o setor também é responsável pela gestão dos documentos produzidos no dia a dia da instituição. Na estrutura da FCRB, encontra-se subordinado ao Centro de Memória e Informação. O último regimento interno, aprovado em 20 de abril de 2017, define todas as atribuições do SAHI:

- Art. 28. Ao Serviço de Arquivo Histórico e Institucional compete:
- I- preservar, processar tecnicamente, ampliar e promover os arquivos de Rui Barbosa e seus contemporâneos e de outras personalidades importantes para a história cultural, social e científica do País;
 - II- preservar, processar tecnicamente, ampliar e promover o Arquivo Institucional da FCRB, quaisquer que sejam os seus suportes;
 - III- gerir documentos produzidos e recebidos pela FCRB em decorrência do exercício de suas atividades, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos, de acordo com a política nacional de arquivos;
 - IV- propor diretrizes e normas para o acesso, reprodução e uso dos documentos arquivísticos em qualquer suporte;
 - V- promover atividades de natureza científica, acadêmica e cultural, visando inclusive à qualificação profissional, em sua área de atuação;
 - VI- propor, planejar e normalizar em articulação com o Serviço de Informática sistemas para o tratamento e recuperação da informação, referentes aos acervos sob sua guarda;
 - VII- acompanhar, orientar e executar atividades relativas ao ensino, aos estágios e às bolsas de pesquisa; e
 - VIII- executar e controlar procedimentos administrativos necessários à realização de suas atividades, que estejam no âmbito do setor.
- (BRASIL, 2017)

O regimento interno evidencia que as competências do setor são múltiplas compreendendo dinâmicas de trabalho relacionadas a arquivos históricos de importância para a história cultural, social e científica do país, e outras relacionadas à gestão de documentos administrativos. Soma-se a elas a atribuição de promover atividades científicas, acadêmicas e culturais. Esta última vertente é a que mais interessa à presente pesquisa, uma vez que se entende que a realização de mostras documentais é uma das formas possíveis de pôr em prática essa linha de atuação ligada à cultura.

A origem do setor e, como lembram Oliveira e Barbatho (2016, p. 224), da própria FCRB derivam da acumulação por parte de Rui Barbosa de “rica documentação em função

de sua atuação política e de seu apreço aos livros e aos documentos”. Por iniciativa governamental, foi adquirido, em 1924, o imóvel que Rui Barbosa morou, juntamente com os móveis, a biblioteca, o arquivo e a propriedade intelectual de suas obras (BRASIL, 1924). Tanto a aquisição desses bens quanto a criação, alguns anos depois, em 1928, de um “museu-biblioteca” denominado Casa de Rui Barbosa consistiram em iniciativas pioneiras uma vez que se tratava do “primeiro homem público brasileiro a ter o seu espaço privado transformado em museu” (RANGEL, 2015, p. 99) e ter o conjunto de seu patrimônio reconhecido como de relevância pública. De acordo com depoimento de Américo Jacobina Lacombe, historiador que presidiu a instituição durante 54 anos,

[...] o arquivo de Rui Barbosa faz parte da compra da Casa e consta de sua escritura. Tão logo colocara a viúva o patrimônio à venda, o Governo Brasileiro, por proposição do Senado, foi autorizado, pelo Decreto 4.789 de 2 de janeiro de 1924, a adquirir a Casa em que residiu o Senador Rui Barbosa, com mobiliário, a biblioteca, o ARQUIVO e a propriedade intelectual das obras do eminente brasileiro. De modo que não há dúvida nenhuma de que este arquivo pertença à Fundação Casa de Rui Barbosa (LACOMBE, 1992 apud MELLO; MENDONÇA, 1997, p. 20)

Dessa forma, o arquivo pessoal de Rui Barbosa se constituiu no primeiro acervo arquivístico da FCRB e veio a dar origem ao “[...] Arquivo Histórico, que posteriormente, passou a ser identificado como Serviço de Arquivo Histórico e Institucional [...]” (OLIVEIRA, BARBATHO, 2016, p. 225). A documentação acumulada por Rui Barbosa é de grande extensão, reunindo aproximadamente 60 mil documentos textuais, cerca de 2.400 imagens e 53 documentos cartográficos. O conjunto registra a vida pública e familiar do titular. Oliveira e Barbatho (2016, p. 225) destacam, também, o caráter interdisciplinar que o arquivo pessoal de Rui Barbosa possui e a sua capacidade de despertar interesse de diversas áreas do conhecimento, como a história, o direito, a filologia, as ciências políticas, a educação, para citar algumas. Essas características foram reconhecidas na nomeação do acervo como Memória do Mundo – Brasil, em 2011.

Além do arquivo do patrono da instituição, a FCRB foi adquirindo outros acervos que foram designados para a custódia do setor. Esse processo teve como um de seus principais intermediadores o já citado historiador Américo Jacobina Lacombe. Enquanto esteve à frente da FCRB, ele buscava, sempre que possível, adquirir originais de Rui Barbosa que se encontravam à venda ou disponíveis para doação, além de documentos de políticos contemporâneos de Rui Barbosa. Em depoimento para a FCRB, Lacombe

sintetizou a linha que norteava a aquisição de acervos para o SAHI durante o período em que esteve à frente da instituição. Nas suas palavras:

É meu empenho adquirir arquivos de pessoas contemporâneas de Rui Barbosa porque assim vão aparecer muitos documentos, relativos a ele, que estão perdidos no meio destes acervos particulares. Por exemplo, nós devemos receber em breve, um arquivo muito importante, o do Ministro Pandiá Calógeras, ministro de várias pastas. Não era homem da roda de Rui Barbosa, mas na correspondência particular dele deve haver referências muito importantes ao Civilismo e ao movimento de Rui Barbosa. Mesmo não sendo ruísta, esse arquivo trará contribuição valiosa para a História da República. Por isso é que eu acho que nós devemos recolher todos os arquivos dos homens da época de Rui Barbosa para completar e fechar o círculo em torno dos assuntos que estão esboçados nestes arquivos. (LACOMBE, 1992 apud MELLO; MENDONÇA, 1997, p. 41)

Tendo essa perspectiva, o setor recebeu doações relevantes como os arquivos João Pandiá Calógeras e Ubaldino do Amaral e a coleção Eduardo Prado, esses três reunindo documentos de figuras políticas importantes para o país. Mais recentemente, em 2015, a FCRB constituiu um grupo de trabalho para redigir as *Diretrizes para a aquisição de acervos arquivísticos*. A partir disso, o SAHI teve, formalmente, sua linha de aquisição de acervos ampliada. O trecho destacado abaixo resume esse processo de mudança.

Inicialmente, a aquisição de acervos da instituição estava voltada para os arquivos e coleções de personagens contemporâneos de Rui Barbosa e de sua época, e complementar o contexto histórico do final do Império à República Velha. O recebimento de diferentes arquivos e coleções ampliaram esse contexto de aquisição, e a instituição passou a ter interesse por acervos de indivíduos que desempenham um papel de relevância para a historiografia brasileira. Em especial, de historiadores que tinham como objeto de estudo o período histórico do final do Império à República Velha, a genealogia e a própria organização de fontes primárias relevantes para a historiografia brasileira. (FCRB, 2015a, p. 3)

Atualmente, de acordo com informações do Portal de Dados Abertos do Governo Federal, o setor detém a guarda de 71 arquivos e coleções.

Como já foi dito, além do trabalho técnico voltado para os arquivos históricos, o SAHI também é responsável pela manutenção do programa de gestão de documentos da instituição, iniciado nos anos 1980. Essa documentação administrativa, que registra a história institucional, compõe um acervo variado e foi brevemente descrita por Moura (2008, p.48) em sua dissertação.

O acervo é composto por documentos textuais que compreendem correspondências, portarias, ofícios, instruções normativas, relatórios, contratos, convênios, documentos contábeis, projetos e etc., bem como variado conjunto de documentos com características especiais, fotografias, desenhos arquitetônicos, diapositivos, filmes de áudio em rolo, fitas cassetes, cd-rom, dvds e fotolitos.

Bianca Panisset e Leandro Jaccoud (2019, p. 102), ressaltam que a preocupação em se controlar essa documentação já estava presente, pelo menos desde 1976, quando aconteceu uma “[...] tentativa de organização da documentação institucional, com estabelecimento de classes de assuntos, eliminação de papéis irrelevantes e destinação útil aos documentos com valor permanente para a Fundação.” Novas iniciativas de organização foram sendo por vezes interrompidas e retomadas até que o programa de gestão fosse consolidado. O SAHI, acompanha, portanto, todo o fluxo dos documentos produzidos e recebidos pela FCRB, desde a produção dos mesmos até a sua destinação final. Mais recentemente, ainda no âmbito do programa de gestão, o setor foi responsável por coordenar a implantação do processo eletrônico na instituição.

O SAHI também realiza atividades voltadas para a promoção do acesso e da difusão de seus acervos, oferecendo, por exemplo, atendimento presencial e remoto a usuários internos e externos. Os internos, segundo Oliveira e Barbatho (2016, p. 226), são “[...] os funcionários que utilizam os documentos para o processo decisório e para o desenvolvimento de suas atividades [...]”. Ao passo que os usuários externos, segundo as autoras, são “[...] aqueles que fazem uso dos documentos para outras atividades, como: pesquisa acadêmica, produção de filmes, novelas, peças teatrais, ilustração de algum material impresso, e outros”. Os estudos realizados com esses usuários, excetuando-se os usuários internos, têm demonstrado que os historiadores são os principais demandantes de atendimento do setor, realizando pesquisas voltadas, principalmente, para fins acadêmicos.

A questão da interação social e da difusão é um traço que faz parte da identidade do SAHI. No final da década de 1980, após a organização do arquivo Rui Barbosa, o setor desenvolveu um programa educativo direcionado a alunos do ensino fundamental com o objetivo de aproximar os estudantes de fontes primárias, principalmente do arquivo de Rui Barbosa. O projeto chamava-se “Integração Arquivo-Escola”. Esse projeto foi descontinuado, mas outros projetos se realizaram no mesmo campo como a criação do *site* Abolição, Escravidão e Pós-Abolição, disponibilizando, a partir de 2015, documentos digitalizados, catálogos de exposições e jogos digitais. No intervalo desses projetos, ainda no âmbito da difusão, o SAHI não deixou de receber estudantes que desejavam conhecer o

seu trabalho, tampouco deixou de se envolver na realização de exposições, estas últimas escolhidas como campo empírico desta pesquisa.

À luz desse histórico do SAHI, considerando, principalmente, as iniciativas voltadas para a difusão, essa pesquisa busca analisar as exposições realizadas com a participação do setor. Para isso, na próxima seção serão identificadas, quantificadas e categorizadas as exposições que a FCRB realizou e as que contaram com a participação do SAHI.

3 LEVANTAMENTO DAS EXPOSIÇÕES REALIZADAS NA FCRB

Para realizar o diagnóstico das exposições empreendidas pelo SAHI, a ser apresentado na próxima seção, será necessário, em primeiro lugar, identificar quais foram as exposições empreendidas pelo setor durante o recorte temporal do período de 1987 a 2018.

Optou-se, para isso, por realizar um levantamento preliminar de informações nos relatórios de atividades da FCRB do referido período. Os relatórios de atividades são documentos administrativos que, em geral, reúnem as principais ações ou atividades desenvolvidas pela instituição. Guardadas as variações de conteúdo observadas a cada ano, de forma mais geral, é comum que esses relatórios de atividades, na FCRB, apresentem uma explicação acerca da missão institucional e sobre os principais acontecimentos e desafios enfrentados no ano a que se refere. A isso, soma-se, normalmente, a compilação das pesquisas desenvolvidas, eventos e cursos oferecidos, além dos quantitativos de público do ano. Para os objetivos dessa pesquisa, entendeu-se que consultar esses relatórios, produzidos pela FCRB, seria a primeira etapa para identificar as exposições que foram realizadas.

Observou-se que os relatórios de atividades da FCRB não seguem um padrão específico, sendo possível notar variações tanto no tipo de conteúdo reunido como no formato desse documento ao longo dos anos. Alguns relatórios foram impressos e publicados como livretos e outros, os mais recentes, divulgados apenas em versão digital. Além de serem apresentados como publicações, a maior parte dos relatórios possui uma versão depositada no serviço de arquivo da instituição, uma vez que se trata de um documento produzido em decorrência das atividades da instituição. Em razão disso, para os anos em que não foi possível localizar o relatório, seja em versão impressa ou digital, a solução adotada foi a consulta ao documento arquivístico no acervo do SAHI.

Apesar de a pesquisa ter como foco as exposições empreendidas pelo SAHI, julgou-se necessário observá-las não apenas de forma isolada, mas também em comparação às demais exposições que foram realizadas pela instituição. Esta proposta comparativa pretende qualificar as informações das exposições do SAHI, entendendo-as quanto à sua amplitude e relevância (número de eventos realizados, quantidade de visitantes, etc.) em relação às exposições organizadas por outros setores da instituição.

Foi possível consultar a maior parte dos relatórios de atividades, com exceção apenas do ano de 1988. Referente a este ano, não foi localizado o relatório de atividades em versão publicada e, na consulta aos originais arquivísticos no acervo do SAHI, somente localizou-se uma versão preliminar do relatório. Acredita-se, no entanto, que a adoção da versão preliminar para esta pesquisa não represente prejuízo uma vez que as informações ausentes, de acordo com o sumário do documento, seriam o texto de apresentação e as informações relativas aos aspectos administrativos de gestão. Na tabela 3, a seguir, é possível observar quais os formatos de cada relatório consultado.

Tabela 3 — Pesquisa nos relatórios de atividades

Ano	Formato do relatório consultado
1987	Publicação impressa
1988	Documento arquivístico
1989	Documento arquivístico
1990	Documento arquivístico
1991	Documento arquivístico.
1992	Documento arquivístico
1993	Documento arquivístico
1994	Documento arquivístico
1995	Publicação impressa
1996	Publicação impressa
1997	Publicação impressa
1998	Documento arquivístico
1999	Documento arquivístico
2000	Documento arquivístico
2001	Documento arquivístico
2002	Documento arquivístico
2003	Publicação impressa
2004	Publicação impressa
2005	Publicação impressa
2006	Publicação impressa
2007	Publicação impressa
2008	Publicação impressa
2009	Publicação digital
2010	Publicação digital

2011	Publicação digital
2012	Publicação digital
2013	Publicação digital
2014	Publicação digital
2015	Publicação digital
2016	Publicação digital
2017	Publicação digital
2018	Publicação digital

Fonte: A autora (2021)

Assim, a partir dos relatórios de atividades consultados, foi realizada a criação e o preenchimento de uma planilha na ferramenta Planilhas Google. Criada para reunir os dados relativos às exposições, ela possui os seguintes campos informacionais: Nome da exposição, Resumo/Ementa, Promoção, Ano, Período, Local, Público Visitante, Divulgação, Referência e Observações. No apêndice A, localizado na página 116, é possível observar um extrato dessa planilha.

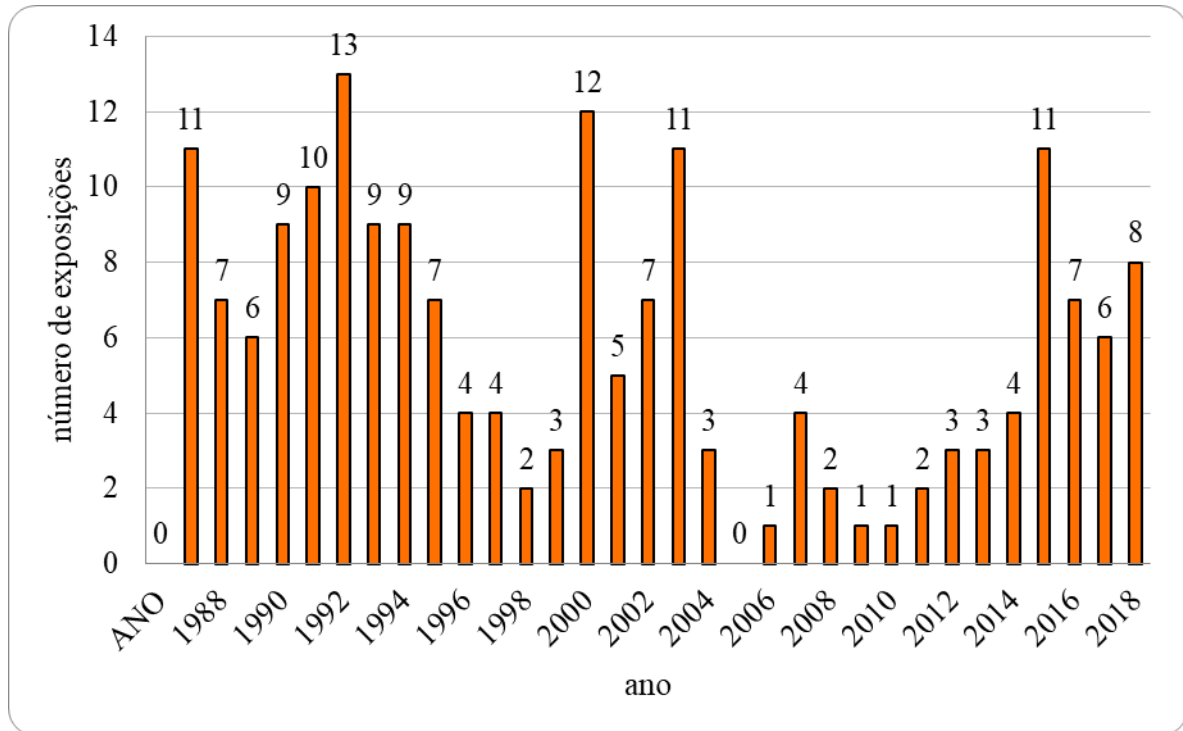
3.1 A pesquisa nos relatórios de atividades

O número total de exposições³¹ realizadas pela FCRB no período compreendido de 1987 a 2018 foi de 185. Observa-se que o ano de 2005 aparece zerado no gráfico 1 (página 54), que representa a quantidade de exposições realizadas pela FCRB em cada um dos anos observados pela pesquisa. Não existe registro de exposições no relatório de atividades daquele ano. O mesmo relatório e o balanço de gestão apontam que, em 2005, aconteceram as obras do chamado “Plano de Melhoria e Expansão do Conjunto Edificado da Casa de Rui Barbosa”. Essas obras consistiram na reforma da área de guarda de documentos com a instalação de sistemas de proteção contra incêndio e contra condições ambientais desfavoráveis, especialmente umidade, e, segundo os documentos consultados, restringiram tanto o atendimento dos usuários do SAHI e das demais áreas custodiadoras de acervos quanto o acesso aos documentos para outras finalidades. É provável que a realização das obras de reforma se relacione com a ausência de exposições observada no ano de 2005.

³¹ Cabe pontuar que a identificação dos eventos como exposições é uma simplificação e refere-se, principalmente, ao seu formato. Observa-se que esses mesmos eventos, quando comparados entre si, diferem em muitos pontos: duração, tamanho, quantidade de documentos ou objetos expostos, formas de divulgação, etc.

O gráfico 1, abaixo, indica que os períodos de maior constância no que se refere à oferta de exposições na instituição são aqueles compreendidos de 1987 a 1995, de 2000 a 2003 e de 2015 a 2018. O ano de 1992 possui o maior número de exposições realizadas.

Gráfico 1 — Quantidade de exposições por ano



Fonte: A autora (2021).

Em 1987, a instituição organizou as exposições “Escritores Norte-Americanos”, “Os Ciganos – sua história e suas tradições”, “A tinta das letras”, “Réquiem pela Igreja de São Pedro: um patrimônio perdido”, “Silvio Leitão da Cunha: um renascentista contemporâneo”, “Jardins Históricos”, “Arqueologia Histórica no Rio de Janeiro”, “Escolas Pioneiras de Botafogo”, “As eleições das constituintes do Brasil-República”, além de uma exposição de quadros da pintora “Maria José Beaudoin” e a Série expositiva “Peça do Mês”, esta última fazendo parte de uma atividade desenvolvida ao longo de vários anos, desde 1980, e que consistia na seleção e divulgação de uma peça do acervo museológico da instituição em painel na entrada do Museu. Uma característica prevalente nas mostras organizadas no ano de 1987 foi o apoio e a parceria de instituições externas como o Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América, o Centro de Estudos Ciganos, a Associação Brasileira dos Professores de Francês, a Fundação Pró-Memória, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Caixa Econômica Federal e o

Ministério da Justiça. A exposição “As eleições das constituintes do Brasil-República” tornou-se itinerante tendo sido exibida na Sala Constituinte da Câmara dos Deputados.

Além do relatório de atividades, outros documentos institucionais que registram a organização da programação cultural para o ano de 1987 demonstram que havia preocupação dos dirigentes da FCRB com a adoção de indicadores de frequência das exposições bem como com a melhoria da divulgação dos eventos culturais. Em documento intitulado “Relatório de acompanhamento de atividades – 1º semestre de 1987”, por exemplo, observa-se o registro de uma reunião realizada no dia 7 de maio daquele ano. Na ocasião, o então diretor executivo da instituição, Olavo Brasil de Lima Júnior, solicitou que fosse preparado um quadro contendo dados sobre a presença de público nas exposições com cálculo das médias diárias de visitação (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1987). Na mesma reunião, discutiu-se sobre a necessidade de tornar mais eficiente a forma de divulgação dos eventos culturais. Entre as principais sugestões apontadas no documento, destacam-se: divulgação em meios de comunicação de massa (jornais, rádio, TV), utilização dos informativos ministeriais, contratação de empresas de publicidade e articulação entre órgãos da área da cultura para divulgação mútua dos eventos. Também merece destaque, no mesmo registro de reunião, as discussões observadas em torno da produção de catálogos de exposições. À época, identificaram-se a falta de padronização da rotina gráfica, a carência de pessoal e a falta de recursos financeiros como problemas a serem superados com relação aos catálogos.

A preocupação dos dirigentes com relação a esses temas teve como efeitos positivos a reunião de um grande número de informações acerca da atividade de organização de exposições e a produção de muitos catálogos. O relatório daquele ano é um dos mais completos se comparado àqueles publicados nos anos posteriores. Apenas três das onze exposições exibidas não possuem quantitativo de público identificado no relatório. Juntas, as exposições atraíram aproximadamente 4.392 visitantes. “Os ciganos - sua história e suas tradições” foi a exposição com maior quantitativo de público em 1987: 1300 visitantes. Também se destaca em número de público a exposição “Jardins Históricos” com 716 visitantes. Foram produzidos catálogos para quatro das onze exposições naquele ano: “As eleições das constituintes do Brasil-República”, “A tinta das letras”, “Silvio Leitão da Cunha: um renascentista contemporâneo” e “Réquiem pela Igreja de São Pedro: um patrimônio perdido”.

No ano seguinte, em 1988, foram organizadas sete exposições: “Cultura Negra: influência da cultura afro-brasileira na arte de hoje”, “O negro – um século de cartão

postal”, “O samba em Botafogo”, “Arte Kadiwéu”, “Memória Literária XI – Osman Lins”, “A tinta das letras II” e “Originais de ilustrações para livros- artistas atuais”. As duas primeiras constavam de um programa institucional maior, representativo da efeméride do centenário da abolição da escravidão no Brasil. Ao contrário do ano anterior, o relatório de 1988 não apresenta nenhuma informação sobre o público visitante. Foram produzidos catálogos apenas para as duas mostras com temáticas literárias. As exposições se caracterizam por terem sido executadas, em grande parte, com acervos de outras instituições indicando que as atividades culturais oferecidas não estavam ligadas, necessariamente, com a divulgação dos acervos custodiados pela FCRB. Foram exibidos, naquele ano, obras de artistas plásticos, cartões postais da Associação de Cartofilia do Rio de Janeiro, documentos cedidos pelo Arquivo Nacional, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e por particulares.

O ano de 1989, marcado na FCRB pelas comemorações do centenário da proclamação da república no Brasil, inaugurou uma exposição sobre o tema: “Imagens da República”, organizada pelo Setor de História. Além dela, foram inauguradas: “Botafogo em dois tempos”, “O sexo dos anjos é dos olhos nus”, “Machado de Assis – 150 anos de nascimento”, “Casa de Rui Barbosa - 50 anos de realizações” e a série “Peça do mês”, organizadas pelo Museu Casa de Rui Barbosa e pelo Centro de Difusão Cultural.

No ano seguinte, apesar de o relatório indicar que a instituição estava sofrendo com restrições orçamentárias para a realização, sobretudo, de atividades relacionadas à preservação, publicações e promoção de eventos culturais, as exposições voltaram a aumentar em quantidade passando de seis para nove, em 1990. Identifica-se uma pluralidade maior de setores da instituição envolvidos na promoção e concepção desses eventos: Museu Casa de Rui Barbosa, Setor de Eventos, Filologia, Ruiano, Arquivo Histórico, além da parceria externa do Instituto Cultural Brasil-Alemão. O trabalho desses setores contribuiu para serem exibidas as mostras “Atelier Berlim”, “Iconografia Carioca”, “A poesia em 30”, “Manuscritos da Literatura Brasileira”, “Oswald de Andrade”, “Jornalismo: paixão maior de Rui Barbosa”, “Homenagem a Rafael Bordalo Pinheiro e aos 115 anos do ‘Zé Povinho’”, “Exposição sobre Rui Barbosa”, além da série “Peça do mês”. “Exposição sobre Rui Barbosa” é a única que registra informação sobre número de visitantes: 382 pessoas.

Em 1991, o número de exposições produzidas novamente se elevou, passando de seis em 1989 e nove em 1990 para dez em 1991. “Peça do Mês”, “Gibi: 100 anos de quadrinho”, “V Centenário do descobrimento da América”, “Marco Paulo Alvim –

Reencontro”, “Rui Barbosa e a Abolição”, “O Jornal do Brasil e Rui Barbosa”, “Mostra Comemorativa do Centenário da Constituição de 1891”, “A Casa de Rui Barbosa” (depois cedida ao Colégio Batista Brasileiro), “O comércio ambulante no Rio Antigo” e “Hábitos de banho, higiene e toalete” (estas últimas posteriormente cedidas ao Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo).

No ano de 1992, estiveram abertas à visitação pública, organizadas em sua maioria pelo Setor de Eventos Culturais e pelo Museu Casa de Rui Barbosa, as exposições “O panorama de um Brasil Alegre - O Rio de Janeiro de Mendes Fradique”, “1630-1930 Trezentos anos de azulejos padrão no Brasil”, “Homem gabiru”, “Stéphane Mallarmé - 150 anos”, “Chico Barbosa”, “Homenagem a Graciliano Ramos”, “Mostra de manuscritos e outros documentos do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira”, “Comércio Ambulante” (realizada no Colégio Van Gogh), “Comércio Ambulante” (realizada no Colégio Piedade)³², “Casa de Rui Barbosa”, “Hábitos de banho, higiene e toalete” e “Rui Barbosa e o Supremo Tribunal Federal”, esta última programada inicialmente para o ano de 1991, mas em razão da falta de recursos financeiros só foi realizada em 1992. Além destas, seguiu-se com a realização da série “Peça do mês”.

Em 1993, a FCRB seguiu com a manutenção da série “Peça do mês” além de exibir “Rui Barbosa: sinais de fé”, “Cem anos da Vila Maria Augusta”, “Semana Mario de Andrade”, “Artes plásticas”, “A solidariedade da solidão: 90 anos de Orígenes Lessa”, “Mostra em Homenagem a Américo Jacobina Lacombe”, “Presidentes do Brasil: a caricatura do poder” e “A Indumentária no tempo de Rui”. As duas últimas foram atividades externas ocupando, respectivamente, o Espaço BNDES e a Escola Pedro Ernesto. “A Indumentária no tempo de Rui” é a única exposição com informação sobre quantitativo de público no relatório: 539 visitantes. O Setor Ruiano atuou com destaque nesse ano tendo participado da organização de três das nove exposições.

O ano de 1994 ofereceu a mesma quantidade de exposições do ano anterior, sendo elas: “Gravuras”, “Conduzido por Mrs. Baby”, “Caricaturando Rui Barbosa”, “O corpo na moda”, “A arte afro-brasileira”, “Dedicatórias: falam os amigos - Homenagem a Plínio Doyle”, “O comércio ambulante no Rio Antigo”, “Hábitos de banho, higiene e toalete”, “A indumentária no tempo do Rui”. Essas últimas três exposições citadas aconteceram externamente, em instituições de ensino que não foram especificadas no relatório.

³² Optou-se por considerar as duas mostras Comércio Ambulante realizadas em 1992 como eventos distintos. A escolha considerou a separação formal no relatório bem como terem sido realizadas em períodos e locais diferentes, além de possuírem quantitativo de público distinto uma da outra.

De 1995 a 1999 observa-se uma queda gradual na quantidade de exposições que a FCRB realizou. Em 1995, foram sete os eventos expositivos realizados. Já nos anos de 1996 e 1997 esse número diminuiu para quatro em cada um desses anos. Em 1998 foram realizadas duas mostras e, em 1999, três.

Em 1995 aconteceu o retorno da série “Peça do mês”, exibindo estudos históricos sobre o acervo do Museu Casa de Rui Barbosa e as mostras “Rui e o exílio”, “O acervo Andrade Murici”, “Um desejo quase enraivecido de Rio: Mário de Andrade e o Rio de Janeiro”, “Museus-casa e afins do Rio de Janeiro”, “Aluísio Azevedo” e “Acesso e conservação dos documentos do arquivo da FCRB”, esta última organizada por ocasião da I Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia. Em 1996, apenas quatro eventos do tipo foram realizados: “Autran Dourado: 70 anos”, “Limite”, “Cornélio Penna” e “Lição de poesia, lição de pintura”. Em 1997, realizaram-se a “Mostra em braile” (resultado de um intercâmbio entre a FCRB e o Instituto Benjamin Constant), “Outros céus, outros mares”, “Imagens do casamento” e, novamente, a série “Peça do mês”. No ano seguinte, foram apenas duas as exposições realizadas: “Peça do mês” e “Drummond ilustrado”. Em 1999, o número de exposições organizadas permaneceu baixo em comparação aos anos anteriores e posteriores. Foram realizadas “Mostra Rio gravura”, “Trinta anos da trajetória de Ana Maria Machado” e “Notícias de Rui Barbosa – um brasileiro legal”.

No ano 2000, ano com a segunda maior quantidade de exposições, foram realizados 12 eventos do tipo: “Mania de livros - as ferramentas de trabalho de Rui Barbosa”, “Quando os tam-tans fazem tum-tum”, “Imagens do Arquivo Virtual de cartografia urbana portuguesa”, “Livros - alegria de ler”, “A paisagem carioca”, “O Barão e a Caricatura”, “Bravas Gentes Brasileiras”, “Entre amigos”, “Antônio Callado - o doce radical”, “Brasil 1920-1950 - De la Antropofagia a Brasília”, “Brasil: psicanálise e modernismo” e “Quando o Brasil era moderno”. Apesar de o relatório indicar uma grande quantidade de exposições, observa-se que sete das doze exposições constituíram em eventos externos promovidos por instituições variadas como a Academia Brasileira de Letras, o Paço Imperial, o Museu de Arte de São Paulo, a Fundação Clóvis Salgado, a Fundação Alexandre Gusmão, o Instituto Valenciano de Arte Moderna e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A participação da FCRB consistiu, em todos esses casos, em emprestar livros e documentos do seu acervo.

Em 2001, esse número diminuiu para 5 exposições, tendo sido exibidas: “Do guarani ao guaraná: história, humor e nacionalidade”, “Entre livros e outros amigos: homenagem a Plínio Doyle”, “Desenhos vão além de palavras”, “O Natal e seus Símbolos” e “Peça do mês”. O relatório possui número de visitação que chegaram a aproximadamente 5.912

visitantes naquele ano. No ano de 2002, o número de exposições volta a subir, tendo sido realizadas sete naquele ano: “Drummond, uma visita”, “Drummond em desenhos”, “Restauração: diferentes olhares”, “Bonsais”, “O Jardim de Rui”, “Baby e Família Rui Barbosa no Jardim da Casa” e “Peça do mês”.

O ano de 2003 se assemelha na quantidade ao ano 2000. Foram realizadas 11 exposições:³³ “Pedro Nava, o alquimista da memória”, “Ainda abolição”, “Museu Casa de Rui Barbosa: ações para preservação 1997-2003”, “Os quilombos do Rio de Janeiro, hoje”, “O jardim de todos nós”, “Portugal: paisagens invertidas”, “Carvoarias urbanas”, “Peça do mês”. Além destas, outras 3 exposições não tiveram seus títulos indicados no relatório. Uma delas homenageou o cineasta Alex Viany, outra exibiu ao público o projeto da primeira Constituição republicana, e a última delas expôs cartas e originais manuscritos de escritores como Vinicius de Moraes, Cruz e Souza e José de Alencar. Em 2004, foram apenas três as exposições exibidas: “Rui Barbosa e o caso Dreyfus”, “O naturalismo na Literatura Brasileira” e “Augusto de Campos”.

Em 2005, como dito anteriormente, a FCRB não realizou exposições. De 2006 a 2013, o número de eventos desse tipo por ano permaneceu abaixo da média. O relatório de 2006 indica que a instituição estava sofrendo com carência de pessoal, sobretudo, nas áreas técnicas de biblioteca e arquivo. Os relatórios de 2009 a 2010, por sua vez, reiteram o problema da carência de pessoal e acrescentam que ocorreu um elevado número de aposentadorias no período. Acredita-se ser provável que tanto a realização das obras, iniciadas em 2005, quanto a pouca disponibilidade de pessoal tenham contribuído para a diminuição na quantidade de exposições realizadas.

Em 2006, registrou-se apenas a realização da mostra “Um brasileiro legal, Rui Barbosa”, tendo sido exibida somente externamente, no Tribunal de Contas da União, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, quatro foram as mostras identificadas no relatório de atividades: “Memórias do paisagismo carioca - Arquiteto Azevedo Neto 1930-50”, “As Constituições Brasileiras”, “Rui e os segredos de Haia” e “Presença de Haia no Museu Casa de Rui Barbosa”, estas duas últimas como parte das comemorações do centenário da 2ª Conferência Internacional da Paz. A mostra “As Constituições Brasileiras” foi realizada

³³ Outras fontes consultadas indicam que, além das exposições citadas, no ano de 2003 foi organizada uma miniexposição em homenagem ao escritor Dalcídio Jurandir, cujo. De acordo com a metodologia definida para a pesquisa, optou-se por considerar apenas as informações contidas nos relatórios de atividades. Por esse motivo, a exposição sobre o escritor foi desconsiderada das análises.

pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com acervo da FCRB, nas dependências do próprio STF, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional.

No ano de 2008, o relatório registra a realização das mostras “O prazer da descoberta: caminhos de Botafogo” e “Pérfidas Salomé: cidade, mulher e as novas formas de amar na modernidade carioca 1900-1930”. Em 2009, 2010 e 2011 foram realizadas mostras que se assemelham por terem integrado a programação de outros eventos acadêmicos e/ou culturais. Em 2009, nota-se a mostra “Viva Rui Barbosa, o candidato do povo!”, promovida pelo Setor Ruiano e realizada de forma paralela ao seminário “Repercussões da Campanha Civilista”. Em 2010, por sua vez, identifica-se a mostra “Angelo Agostini: o chargista e o seu tempo”, realizada paralelamente ao seminário “Angelo Agostini 100 anos depois”. Em 2011, a FCRB exibiu “Rui Barbosa abolicionista” como parte da programação do seminário “Abolição Hoje”. Também no ano de 2011, identifica-se a realização de uma exposição externa intitulada “Augusto de Campos – 80 anos” exibida na galeria da embaixada do Brasil em Bruxelas, durante o festival Europalia.

Em 2012, foram exibidas três exposições sendo duas em parceria com outras instituições, a saber: “Modos de Vestir na Belle Époque Carioca” (parceria com o Senai/Cetiqt) e “Do Brasil ao Qatar: um Mundo, muitas Histórias” (parceria com a Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul – Países Árabes), além da mostra “O registro da escravidão na vida privada”. No ano seguinte, permanece inalterada a quantidade de exposições registradas no relatório de atividades sendo elas “O Registro da Escravidão na Vida Privada II”, “O Catolicismo Presente nos Arquivos e nas Coleções Pessoais” e “Arquivos do Brasil - Memória do Mundo”³⁴.

A partir do ano de 2014 ocorreu um aumento no quantitativo de exposições realizadas pela FCRB em comparação ao período imediatamente anterior. O relatório de atividades de 2014 indica terem sido admitidos naquele ano quarenta e nove novos servidores no quadro efetivo da instituição. Presume-se que esta ampliação da força de trabalho disponível possa ter alguma relação com o aumento no número de exposições oferecidas pela FCRB ao seu público visitante. Foram realizadas quatro naquele ano: “A abolição e seus registros na vida privada”, “O café no Brasil: um olhar a partir da vida privada”, “Cidadãos de junho” e “Mostra de cordel – Coleção Arnaldo Saraiva”.

³⁴ O relatório de atividades do ano de 2013 traz a informação de que a exposição “Arquivos do Brasil - Memória do Mundo” teria sido realizada naquele ano. Entretanto, outros documentos, consultados quando da escrita da seção 4 (página 75), indicam que ela foi realizada no ano de 2012. Optou-se, neste caso, por considerar a informação contida no relatório de 2013 para a construção dos gráficos e tabelas seguindo a metodologia apresentada no início desta seção.

Em 2015, o aumento a que se refere o parágrafo anterior se apresenta de forma mais evidente. A FCRB realizou ou participou, com o empréstimo do seu acervo, de um total de 11 exposições. São elas: “70 anos de A Rosa do Povo”, “Tarsila e mulheres modernas no Rio”, “Semana drummondiana”, “Horizonte Moderno”, “Drummond: alquimia poética”, “Ilustre”, “A abolição e seus registros na vida privada II”, “Visões do Rio Antigo”, “É carnaval na Casa Rui”, além das exposições virtuais “O Registro da Escravidão na vida Privada” e “A Abolição e Seus Registros na Vida Privada” produzidas quando do lançamento do sítio eletrônico Escravidão, Abolição e Pós-Abolição.

No ano seguinte, a FCRB realizou as mostras “Odylo Costa Filho”, “100 anos do código civil de 1916”, “Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem”, “Meu amor...”, “Rio de Janeiro: cidade esportiva, cidade olímpica”, “O registro da escravidão na vida privada III” e a exposição virtual “O Registro da Escravidão na vida Privada II”, disponibilizada no âmbito do mesmo sítio eletrônico citado no parágrafo anterior.

Em 2017³⁵, estiveram abertas à visitação pública as mostras “A mulher na literatura brasileira”, “Fafe dos brasileiros: heranças e memórias”, “Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados”, “Memória literária: biografia de Antônio Sales”, “A abolição e seus registros na vida privada III” e “Cardápios: séculos XIX e XX”. E, finalmente, no último ano do recorte temporal proposto, foram realizadas oito exposições: “O poeta do sertão – Leandro Gomes de Barros”, “25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe”, “150 anos do nascimento do escritor Nestor Victor”, “130 anos da abolição da escravidão”, “Saúde, higiene e toalete: um paralelo entre Rui, sua Casa e sua época”, “Obras raras da literatura infantil”, “Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta, 50 anos depois” e “Rui e a encadernação: zelo e paixão”.

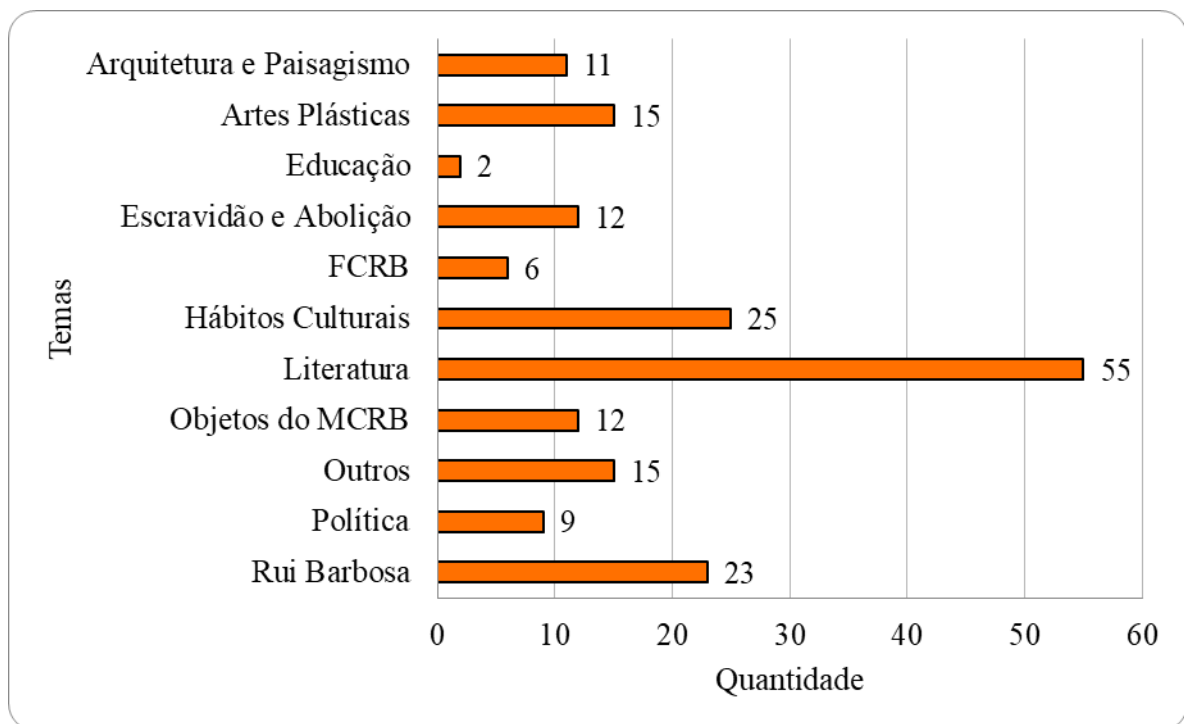
Ao observar o título e/ou o resumo das exposições, é possível notar que alguns temas foram mais explorados ao longo desses anos. A partir dessa observação, foram produzidos os gráficos 2 (página 63) e 3 (página 64), relacionando os temas e a quantidade de exposições realizadas. As categorias temáticas adotadas foram as seguintes:

³⁵ Outros documentos, consultados quando da escrita da seção 4 (página 75), indicam que, além das exposições citadas, a instituição também organizou a mostra “Boas Festas” no ano de 2017. Optou-se, mais uma vez, por considerar apenas as informações contidas no relatório de atividades para a construção dos gráficos e tabelas seguindo a metodologia apresentada no início desta seção.

- Arquitetura e Paisagismo (exposições cuja temática trata sobre monumentos arquitetônicos, biografias de arquitetos, jardins históricos, transformação na paisagem de cidades);
- Artes Plásticas (exposições cuja temática trata sobre pintores, caricaturistas, chargistas, ilustradores ou movimento artístico ligado às artes plásticas);
- Educação (exposições cuja temática trata sobre escolas e educação no Brasil);
- Escravidão e Abolição (exposições cuja temática trata sobre a escravidão negra no Brasil e os movimentos abolicionistas);
- FCRB (exposições cuja temática trata sobre os trabalhos que são desenvolvidos por setores da FCRB, as ações para preservação do patrimônio da instituição e homenagem a ex-funcionário);
- Hábitos culturais (exposições cuja temática trata sobre aspectos culturais da vida em sociedade como, por exemplo, hábitos de higiene, indumentária, religião, festas populares, etc.);
- Literatura (exposições cuja temática trata sobre movimentos literários e sobre biografia de escritores);
- Objetos do MCRB (exposições cuja temática trata sobre as especificidades de objetos do acervo do Museu Casa de Rui Barbosa);
- Política (exposições cuja temática trata sobre os aspectos políticos da Primeira República, dos presidentes do Brasil e de manifestações populares);
- Rui Barbosa (exposições cuja temática trata sobre a biografia de Rui Barbosa ou sobre enfoques específicos como sua atuação como jornalista, como parlamentar, além de suas relações pessoais e familiares);
- Outros (foram agrupadas as exposições cuja temática não se encaixava em nenhuma das categorias citadas anteriormente. Os temas desta categoria são variados como, por exemplo, arqueologia, história da América, história dos museus-casa, etc.).

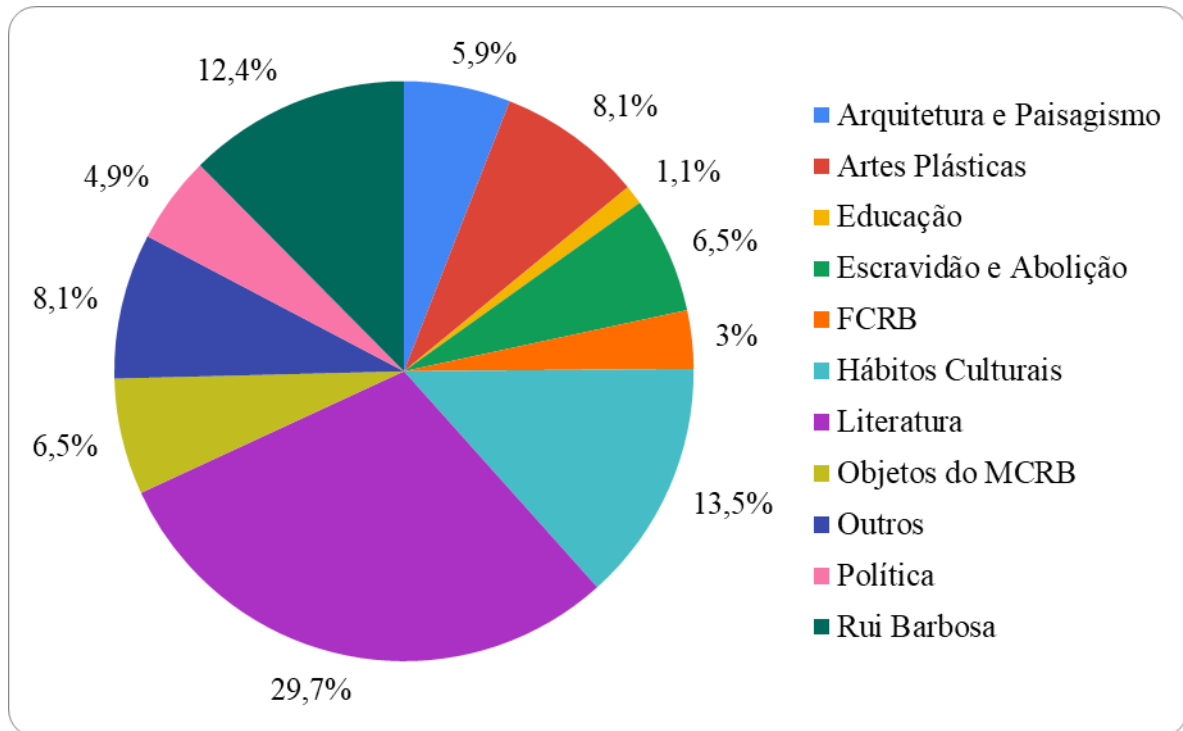
Do total das 185 exposições identificadas, o tema literatura figura em maior número, com 55 eventos realizados, o que representa um percentual de 29,7% em relação ao número total de exposições. Em seguida, hábitos culturais aparece como o segundo tema mais explorado com 25 exposições realizadas, que juntas representam 13,5% do número total. Rui Barbosa, o patrono da instituição, foi tema de 23 exposições realizadas, que representam 12,4% em relação ao quantitativo total.

Gráfico 2 — Quantidade de exposições por tema



Fonte: A autora (2021).

Gráfico 3 — Porcentagem de exposições por tema



Fonte: A autora (2021).

Os temas Literatura, Hábitos Culturais e Rui Barbosa, os mais explorados ao longo dos anos, se relacionam com a própria estrutura organizacional da FCRB (BRASIL, 2017). A instituição dispõe de um setor voltado para a preservação de acervos de personalidades ligadas à literatura: o Arquivo Museu de Literatura Brasileira. Também dispõe de um Serviço de Pesquisa em Filologia cuja atividade relaciona-se com a promoção de estudos e pesquisas na área de história e historiografia da língua portuguesa e da literatura brasileira. É possível que a temática relativa aos hábitos culturais guarde alguma relação com as pesquisas desenvolvidas pelo Serviço de Pesquisa em História, principalmente com os estudos influenciados pela perspectiva da história cultural. Em sua estrutura, a FCRB também possui um Serviço de Pesquisa Ruiana voltado para pesquisas sobre a vida e a obra de Rui Barbosa. Além desses setores, a instituição ainda abriga o arquivo pessoal de Rui Barbosa e a coleção de livros que pertenceram a ele.

Com relação aos temas menos desenvolvidos nas exposições, observa-se FCRB e Educação. O primeiro aparece com seis eventos realizados, e representando, portanto, 3,2% do número total. O segundo representa apenas duas exposições e um percentual de 1,1% em relação ao todo.

Na subseção a seguir, ainda a partir das informações contidas nos relatórios de atividades, serão observadas as exposições que foram organizadas pelo SAHI ou que foram desenvolvidas com o apoio deste setor.

3.2 Exposições com participação do SAHI

De acordo com os relatórios de atividades consultados, o número total de exposições realizadas ou com participação do SAHI no recorte temporal da pesquisa, compreendido de 1987 a 2018, foi de vinte e oito. Foram consideradas para se chegar a esse número as mostras cuja concepção e organização foi do SAHI, aquelas realizadas numa parceria entre o SAHI e outro setor e, ainda, aquelas cuja participação do SAHI se restringiu a apenas alguma das etapas da organização ou seleção documental.

Das mostras identificadas, dispostas na tabela 4, abaixo, somente três delas foram oferecidas virtualmente, na forma de catálogos de exposição interativos. As demais foram realizadas presencialmente na sede da FCRB, com exceção da exposição Arquivos do Brasil Memória do Mundo, inaugurada em 26 de fevereiro de 2013³⁶ nas dependências do Arquivo Nacional. Na ocasião, o SAHI participou da exposição apresentando o arquivo Rui Barbosa, nominado em 2011 no Registro Nacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Tabela 4 — Lista de exposições com participação do SAHI

Ano de realização	Título da exposição	Formato
1989	Imagens da República	Presencial
1990	Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa	Presencial
1991	O jornal do Brasil e Rui Barbosa	Presencial
	Mostra comemorativa do Centenário da Constituição de 1891	

³⁶ Como já foi dito na nota 31, outros documentos, consultados quando da escrita da seção 4 (página 75), indicam que essa exposição foi realizada no ano de 2012. Optou-se, neste caso, por considerar a informação contida no relatório de 2013 para a construção dos gráficos e tabelas seguindo a metodologia apresentada no início desta seção.

1995	Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB	Presencial
2003	[Constituição na Casa de Rui Barbosa]	Presencial
2011	Rui Barbosa abolicionista	Presencial
2012	O registro da escravidão na vida privada	Presencial
2013	O registro da escravidão na vida privada II	Presencial
	O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais	
	Arquivos do Brasil Memória do Mundo	
2014	A abolição e seus registros na vida privada	Presencial
	Café no Brasil: um olhar a partir da vida privada	
2015	É carnaval na Casa Rui	Presencial
	A abolição e seus registros na vida privada II	
	Visões do Rio Antigo	
	O registro da escravidão na vida privada	Virtual
A abolição e seus registros na vida privada		
2016	O registro da escravidão na vida privada III	Presencial
	Meu amor...	
	Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem	
	100 anos do Código Civil de 1916	
	O registro da escravidão na vida privada II	Virtual
2017	Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados	Presencial
	A abolição e seus registros na vida privada III	
	Cardápios: séculos XIX e XX	
2018	25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe	Presencial

	130 anos da abolição da escravidão	
--	------------------------------------	--

Fonte: A autora (2021)

Nesse âmbito, foram três as mostras que, sendo lideradas pelo Serviço de Pesquisa Ruiana e pelo Setor de Eventos Culturais, contaram com a participação do SAHI: Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa (1990), O jornal do Brasil e Rui Barbosa (1991) e Mostra comemorativa do centenário da Constituição de 1891 (1991). A elas, soma-se a mostra Imagens da República (1989), organizada pelo Serviço de Pesquisa em História a partir de documentos originais do SAHI. Também se destaca a mostra Rui Barbosa abolicionista (2011), que teve curadoria conjunta do SAHI e do Serviço de Pesquisa em História.

Na tabela 5, abaixo, e no gráfico 4 (página 69), a seguir, observa-se a comparação entre a quantidade total de exposições realizadas pela FCRB a cada ano e o número de exposições com participação do SAHI. A tabela 5 é acrescida da referência percentual que representa esse comparativo. Como já foi dito anteriormente, das 185 exposições realizadas pela instituição, 28 contaram com a participação do SAHI e, juntas, representam 15,14% do total.

Tabela 5 — Comparativo de exposições SAHI x Total

Ano	Número de exposições do SAHI	Número total de exposições	Porcentagem de exposições do SAHI
1987	0	11	0%
1988	0	7	0%
1989	1	6	17%
1990	1	9	11%
1991	2	10	20%
1992	0	13	0%
1993	0	9	0%
1994	0	9	0%

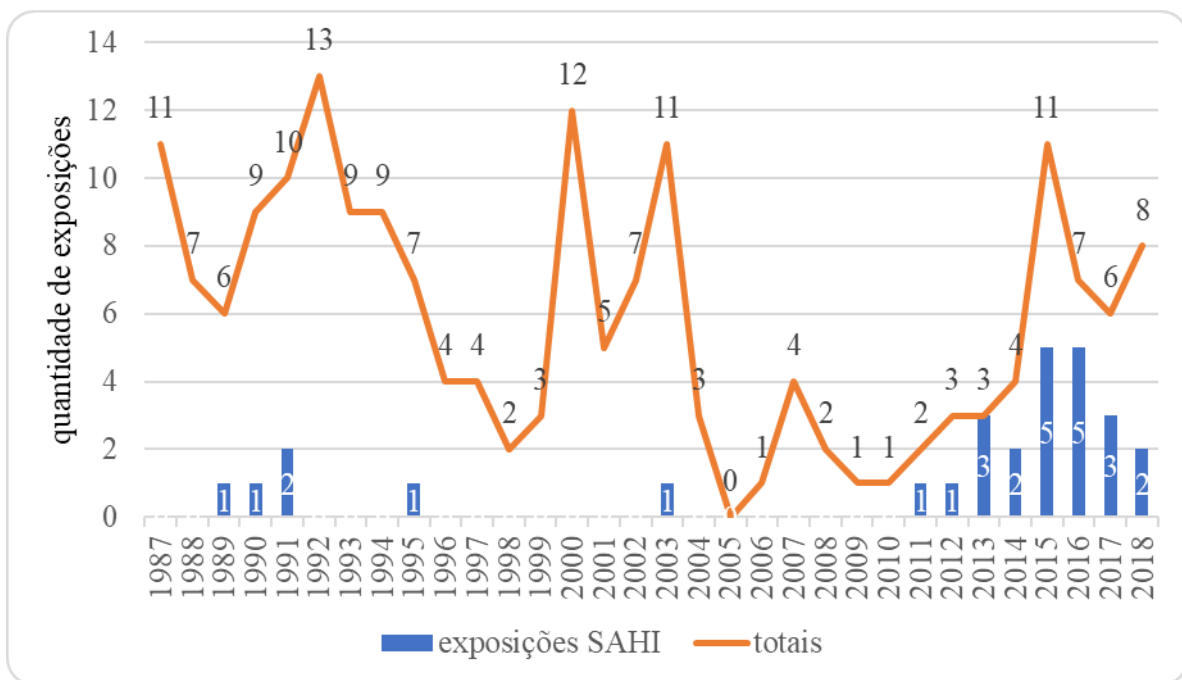
1995	1	7	14%
1996	0	4	0%
1997	0	4	0%
1998	0	2	0%
1999	0	3	0%
2000	0	12	0%
2001	0	5	0%
2002	0	7	0%
2003	1	11	9%
2004	0	3	0%
2005	0	0	0%
2006	0	1	0%
2007	0	4	0%
2008	0	2	0%
2009	0	1	0%
2010	0	1	0%
2011	1	2	50%
2012	1	3	33%
2013	3	3	100%
2014	2	4	50%
2015	5	11	45%
2016	5	7	71%
2017	3	6	50%

2018	2	8	25%
------	---	---	-----

Fonte: A autora (2021).

A partir da observação da tabela 5, acima, e do gráfico 4, a seguir, é possível afirmar que no período anterior ao ano de 2011, poucas exposições contaram com a participação do SAHI. De 1987 a 2010, a FCRB organizou 141 exposições, das quais apenas 6 tiveram a participação do SAHI. A partir de 2011, a participação do setor foi mais recorrente. No recorte de 2011 a 2018, por sua vez, foram exibidas 44 mostras, das quais 22 incluíram a participação do SAHI. Nos anos de 2011, 2014 e 2017, as exposições com participação do setor representaram 50% do número total realizado pela instituição. No ano de 2016, esse percentual aumentou e foi de 71%. O ano de 2013 é o único em que 100% das exposições realizadas tiveram o envolvimento ativo do SAHI.

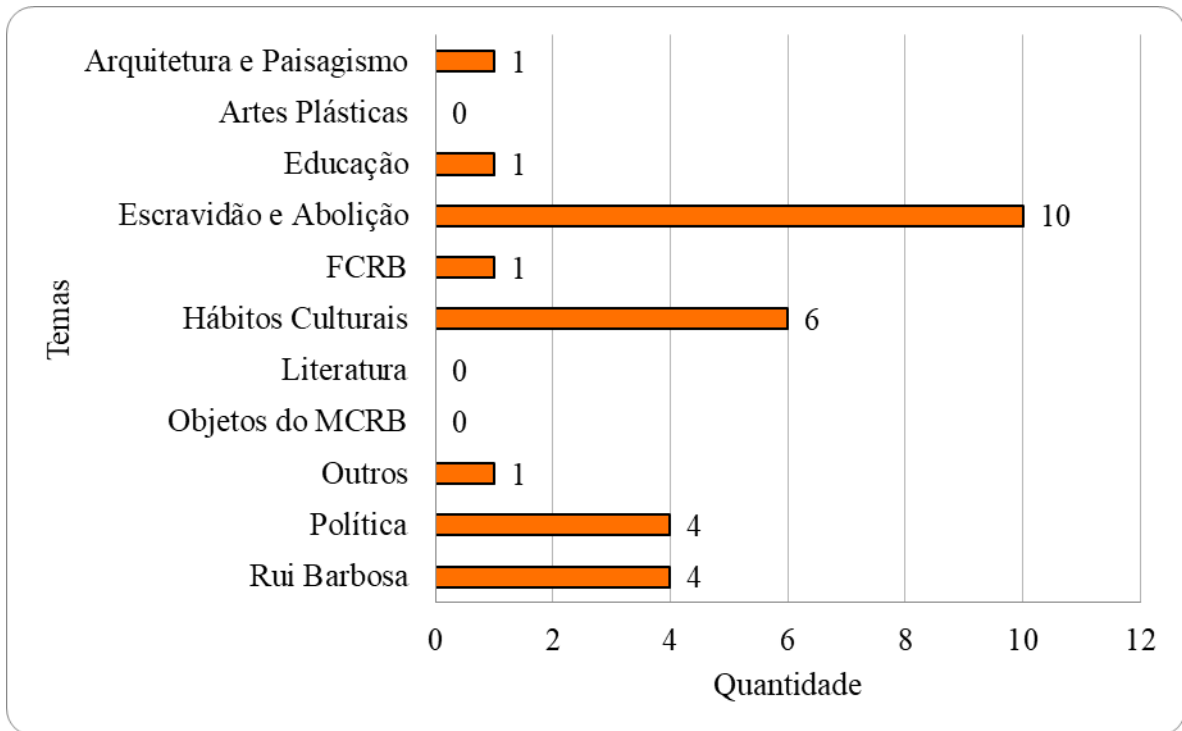
Gráfico 4 — Comparativo de exposições SAHI x Total



Fonte: A autora (2021).

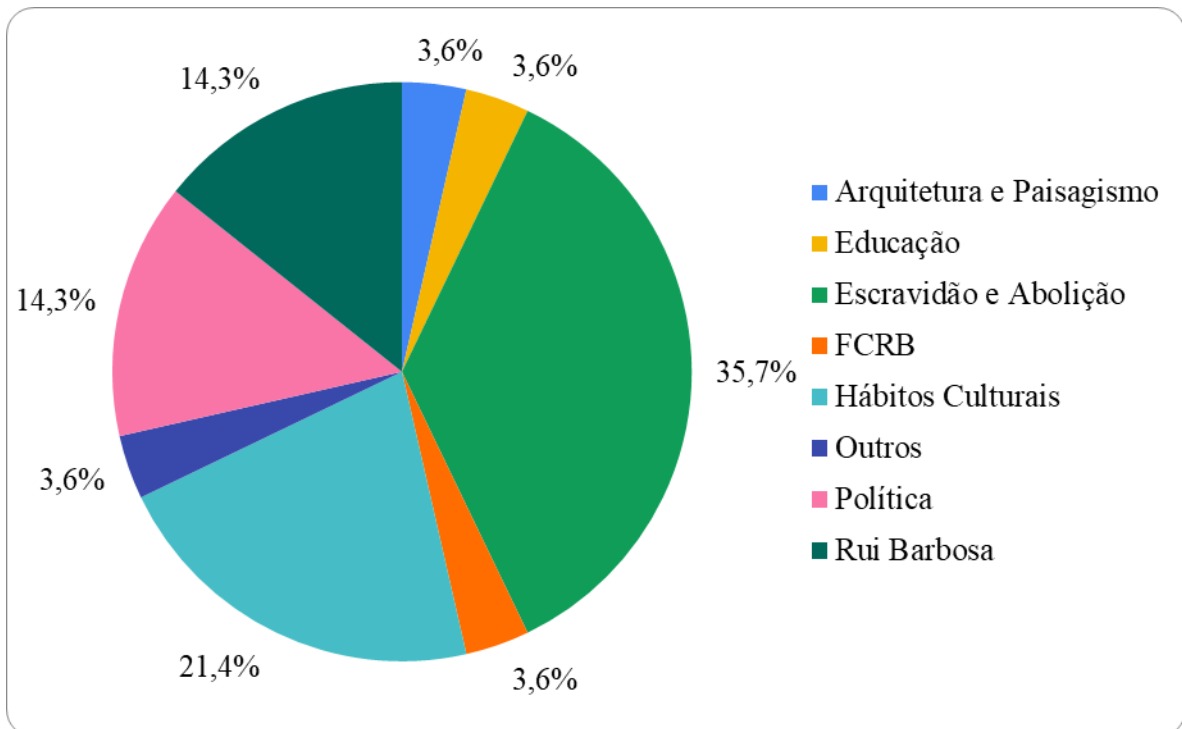
O gráfico 5 (página 70) relaciona a quantidade de exposições realizadas ou com participação do SAHI e a categoria temática desenvolvida em cada uma delas. Foram utilizadas as mesmas categorias identificadas anteriormente nas páginas 61 e 62. O gráfico 6 (página 70) ilustra a representação percentual correspondente a cada tema.

Gráfico 5 — Quantidade de exposições com participação do SAHI por tema



Fonte: A autora (2021).

Gráfico 6 — Porcentagem de exposições com participação do SAHI por tema



Fonte: A autora (2021).

A partir dos gráficos, é possível observar que do total de 28 exposições realizadas com participação do SAHI, o tema escravidão e abolição é o que aparece em maior número, contando com 10 mostras realizadas. São elas: O registro da escravidão na vida privada (2012), O registro da escravidão na vida privada II (2013), A abolição e seus registros na vida privada (2014), A abolição e seus registros na vida privada II (2015), Exposição virtual O registro da escravidão na vida privada (2015), Exposição virtual O registro da escravidão na vida privada II (2015) e Exposição virtual A abolição e seus registros na vida privada (2015), O registro da escravidão na vida privada III (2016), A abolição e seus registros na vida privada III (2017) e 130 anos da abolição da escravidão (2018). Esse número de exposições sobre a temática escravidão e abolição representa um percentual de 35,7% em relação ao total.

Além do tema escravidão e abolição, com relação à quantidade de exposições oferecidas ao público, o tema Hábitos Culturais também se destaca com 6 mostras realizadas, representando o equivalente percentual de 21,4%. São elas: O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais (2013), Café no Brasil: um olhar a partir da vida privada (2014), É carnaval na Casa Rui (2015), Meu amor... (2016), Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados (2017) e Cardápios: séculos XIX e XX (2017).

Em seguida, se destacam os temas Rui Barbosa e Política, ambos com 4 mostras realizadas, representando um percentual de 14,3% cada uma. Correspondendo ao tema Rui Barbosa, identifica-se: Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa (1990), O jornal do Brasil e Rui Barbosa (1991), Rui Barbosa abolicionista (2011) e Arquivos do Brasil Memória do Mundo (2013). Correspondendo ao tema Política, identifica-se: Imagens da República (1989), Mostra Comemorativa do Centenário da Constituição de 1891 (1991), Constituição na Casa de Rui Barbosa (2003) e 100 anos do Código Civil de 1916 (2016).

Acredita-se que a abordagem desses temas seja favorecida pela presença, sob a custódia do setor, do arquivo pessoal de Rui Barbosa, cuja atuação política e abolicionista se reflete na própria documentação acumulada por ele. A presença de diversos arquivos pessoais também favorece o desenvolvimento de temáticas ligadas a hábitos culturais, uma vez que esses arquivos são representativos das relações sociais, dos modos de viver e das transformações culturais experimentadas pelas sociedades nos períodos a que se referem. Além disso, os arquivos pessoais são reconhecidos como fontes de pesquisa para estudos antropológicos, historiográficos e culturais (OLIVEIRA, 2012).

Os temas artes plásticas, objetos do MCRB e literatura não foram explorados pelo SAHI no período observado e, por este motivo, não foram incluídos no gráfico 6. São temas que, de fato, pouco se relacionam com as competências regimentais do setor (BRASIL, 2017) ou com sua linha de aquisição de acervos (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2015a). No entanto, é interessante notar o baixo número de mostras realizadas com o tema FCRB tendo em vista que o setor possui a gestão e a guarda de toda a documentação institucional. A pesquisa identificou apenas a mostra Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB (1995) no que se refere a este tema.

Nota-se, por isso, que nas exposições realizadas ou com participação do SAHI têm se optado por explorar e fomentar a difusão apenas dos arquivos pessoais. A partir da análise dos relatórios de atividades não é possível encontrar elementos que justifiquem essa opção, mas é provável que seja influenciada, em parte, por uma ideia difundida na área de que a difusão deve ser promovida apenas nos chamados arquivos históricos. Sobre essa concepção, a arquivista e historiadora Susanna Vela Palomares (2001, p. 93) afirma que as exposições que utilizam documentos de arquivos tradicionalmente têm privilegiado a exibição de documentos antigos.

O gráfico 7 (página 73), a seguir, relaciona os temas das exposições realizadas ou com participação do SAHI e a média de público visitante. Observa-se que essa média de público é maior quando são oferecidas mostras com o tema escravidão e abolição, totalizando 2230 visitantes, em média, por evento.

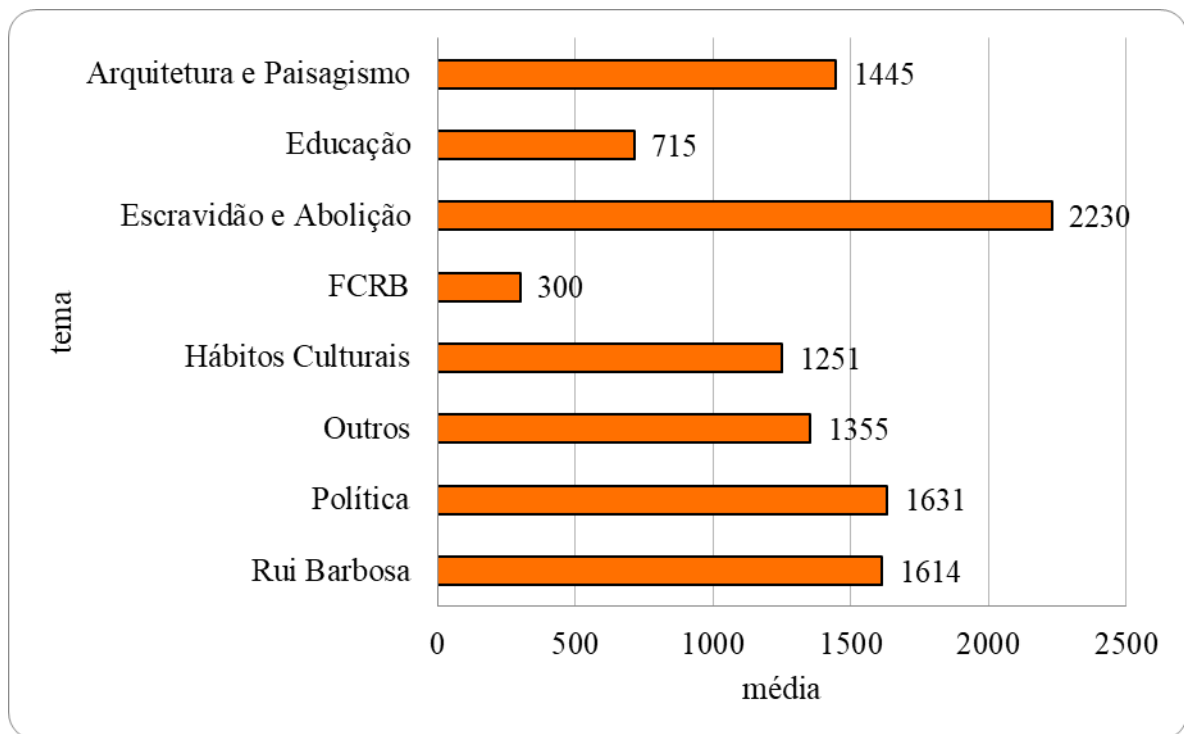
A comparação entre a média de visitantes das mostras cujos temas se referem a escravidão e abolição (2230) e a média de visitantes de todas as mostras (1588) do setor, pode indicar que existe uma preferência do público para este tema, uma vez que ele é 40,43% superior à média de público de exposições que possuem outras temáticas.

Surpreendentemente, quando o tema se refere a hábitos culturais, que é o segundo tema que mais foi desenvolvido durante as mostras, a média de visitantes é de 1251, sendo superada em média de público por outros temas. Os temas Política e Rui Barbosa que, por sua vez, são desenvolvidos em apenas 14,3% das mostras, possuem, respectivamente, a segunda (1631) e a terceira (1614) maior média de público visitante indicando certo descompasso entre as possíveis preferências dos visitantes e a escolha de temas por parte da instituição.

Com relação ao tema FCRB que possui a menor média de visitantes no gráfico 6 cabe esclarecer que foi realizada uma única exposição sobre o tema: Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB. A mostra foi organizada no ano de 1995 por ocasião

da I Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia, um evento que congregou 300 profissionais da área de informação. Adotou-se esse número como referência sobre a quantidade de visitantes dessa mostra. Acredita-se que a singularidade de ter sido realizada para um evento específico cuja duração foi de apenas dois dias torna a análise da relevância desse tema para o público geral difícil de mensurar.

Gráfico 7 — Média de público das exposições com participação do SAHI por tema



Fonte: A autora (2021).

A partir do que foi apresentado nas subseções 2.1 e 2.2 é possível notar que a FCRB tem realizado um grande número de iniciativas de difusão cultural na forma de exposições e que, ao longo do tempo, uma pluralidade de setores da instituição esteve envolvida nas diversas etapas de concepção, curadoria e montagem. Nenhum dos relatórios pesquisados durante o levantamento menciona qualquer tipo de política institucional específica sobre a organização dessas exposições. À despeito disso, a partir do levantamento realizado foi possível observar que a organização das exposições sofreu influências ligadas à dinâmicas internas e externas.

Internamente, muitas exposições estiveram ligadas à realização de pesquisas desenvolvidas na instituição como foi o caso das mostras “O panorama de um Brasil Alegre - O Rio de Janeiro de Mendes Fradique” e “Do guarani ao guaraná: história, humor e

nacionalidade”, resultado de investigações desenvolvidas no Serviço de Pesquisa em História, para citar dois exemplos. A maior parte das exposições também se beneficiaram, internamente, do acervo custodiado pela FCRB.

Como influências externas, observam-se, em muitos casos, as efemérides. As exposições “Rui e o exílio”, organizada por ocasião do centenário do retorno de Rui Barbosa do exílio na Inglaterra, e “Pedro Nava, o alquimista da memória”, comemorativa do centenário do escritor, são representativas desse tipo de concepção influenciada pela rememoração de uma data importante. No mesmo bojo das influências externas, também se observam as mostras demandadas por agentes externos como foi o caso do Consulado dos Estados Unidos da América quando da realização de “Escritores norte-americanos” e, ainda, aquelas representativas de demandas sociais como àquelas relacionadas aos temas da escravidão e da abolição.

Se por um lado, o levantamento realizado nesta seção possibilitou identificar as exposições, os diversos atores institucionais envolvidos na sua realização e os temas mais desenvolvidos, por outro lado suscitou muitas questões que, por ora, não puderam ser respondidas: por que as escolhas dos temas não se relacionam necessariamente com as preferências do público? Por que as parcerias, apoios e patrocínios externos diminuíram ao longo do tempo? Por que a instituição não fomenta maior cooperação entre os setores que promovem exposições? Por que a instituição não possui mais um espaço dedicado à realização de exposições de maior porte? É possível pensar em uma tendência curatorial na FCRB?

Na próxima seção, será proposto um modelo de diagnóstico para observar alguns aspectos da organização das mostras identificadas na tabela 4 (página 65), com participação do SAHI, durante o período entre os anos de 1987 e 2018.

4 AS EXPOSIÇÕES DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DO SAHI (1987-2018)

Nesta última seção da pesquisa, busca-se propor um modelo de diagnóstico para se observar de que modo as ações voltadas para as exposições de documentos arquivísticos, com participação do SAHI, foram realizadas no período compreendido entre 1987 e 2018.

4.1 Uma proposta de diagnóstico

De início, o levantamento bibliográfico realizado para a pesquisa não retornou a existência de modelos de diagnóstico ou de avaliações de exposições, especialmente aquelas organizadas por serviços de arquivo ou instituições arquivísticas.

Diante da ausência de modelos pré-estabelecidos, para analisar o caso concreto das ações do SAHI voltadas para as exposições de documentos arquivísticos, optou-se por elaborar um diagnóstico tendo por base alguns tópicos percebidos como recorrentes em obras das áreas de Arquivologia e Museologia, reconhecendo que o campo museológico possui grande tradição na realização de práticas expositivas. As obras utilizadas foram as seguintes: o relatório *L'action éducative et culturelle des archives*, organizado por Morrad Benxayer e publicado pela Direção de Arquivos da França em 2004, o texto *La organización de exposiciones*, elaborado por Susanna Vela Palomares e apresentado como um capítulo no livro *Archivos y Cultura: manual de dinamización*, e os livros *Para fazer uma Exposição* e *Planejamento e Realização de Exposições*, publicados, respectivamente, em 2017 e 2018 pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

O relatório *L'action éducative et culturelle des archives* analisa diversos aspectos relacionados às ações culturais e educativas nos arquivos franceses. No país, a Direção de Arquivos possui a atribuição legalmente instituída de definir e coordenar a política de ação cultural e educativa aplicada aos arquivos. De acordo com o relatório, “a pesquisa sobre as atividades educativas e culturais dos arquivos é, portanto, um instrumento para medir a ação dos serviços educativos no público jovem e, de maneira mais geral, no público como um todo” (BENXAYER, 2004, p.1, tradução nossa).³⁷ A ideia de realizar a pesquisa é subsidiar políticas nacionais voltadas para a ação cultural e educativa nos arquivos

³⁷ *L'enquête sur les activités éducatives et culturelles des archives constitue à ce titre un instrument de mesure de l'action des services éducatifs sur les publics jeunes et, plus généralement, sur les publics dans leur ensemble.* (BENXAYER, 2004, p.1)

franceses, compor um banco de dados nacional e subsidiar a criação de um observatório da política cultural dos arquivos franceses.

Para atingir estes objetivos, a Direção de Arquivos da França utiliza como estratégia metodológica a aplicação periódica de um questionário composto por 109 questões, em parte qualitativas e, em parte, quantitativas, que reúnem desde informações cadastrais até aquelas específicas sobre os campos de atividades culturais e educativos dos arquivos e as ferramentas de conhecimento do público. No relatório aqui observado indica-se que a investigação envolveu 667 arquivos franceses, entre nacionais, departamentais e municipais, com uma taxa de retorno de 47,9% deles.

A análise consolidada no documento representa a síntese de dados e informações sobre as ações culturais e identifica os principais desafios relacionados a essas ações. Recomenda, também, ajustes, mudanças e formas de assistência técnica aos profissionais envolvidos. As principais informações apresentadas no documento relacionam-se com serviços educativos, exposições e publicações produzidos pelos arquivos.

O relatório estrutura-se em três partes: o funcionamento dos serviços (reúne informações sobre os recursos humanos e materiais, os espaços utilizados nas atividades culturais e a acessibilidade dos serviços), as políticas públicas (reúne informações sobre as ações culturais e sua oferta ao público geral, ao público escolar e aos jovens em idade escolar além de congregar os dados sobre a comunicação) e arquivos sem serviços educativos (reúne informações sobre as ações realizadas e necessidades desses arquivos).

No que diz respeito especificamente à oferta de exposições, temporárias ou itinerantes, as respostas ao questionário francês indicaram que essa prática representa o principal tipo de oferta cultural dos arquivos franceses, apontada por cerca de 75% dos respondentes. Outro dado relevante é que lá apenas metade dos respondentes possuem espaços reservados para a prática expositiva. Este valor, no entanto, é apresentado de forma crítica no documento uma vez que grande parte dos espaços expositivos franceses está localizado nas próprias salas dos arquivos (BENXAYER, 2004, p.31).

Ainda no âmbito da área da Arquivologia, somando-se ao relatório francês, observou-se o texto *La organización de exposiciones*. A autora apresenta as sete diferentes fases que, na sua concepção, fazem parte da organização de uma exposição: 1. Orientação e preparação, 2. Pesquisa, 3. Conceito e projeto preliminar, 4. Desenvolvimento, 5. Produção, 6. Inauguração, manutenção e avaliação, e 7. Desmontagem. Para Palomares (2001, p. 92), a fase de orientação e preparação constitui a mais importante de todo o processo pois é o momento das primeiras decisões acerca da delimitação do tema.

No âmbito da Museologia, por sua vez, observou-se como apoio para elaborar o diagnóstico as obras *Para fazer uma Exposição*³⁸ e *Planejamento e Realização de Exposições*.³⁹ Ambas as obras apresentam as diferentes etapas que envolvem a concepção e a realização de uma exposição. Tal qual o entendimento de Palomares (2001 p. 92), sintetizado acima, estas duas também conferem maior ênfase à fase de preparação da exposição.

A partir do que foi observado como sendo elementos recorrentes nas obras citadas, o diagnóstico das exposições empreendidas pelo SAHI será dividido nas seguintes subseções: políticas e diretrizes institucionais, temas, acervo, equipe/profissionais envolvidos, preservação de documentos, duração, local, recursos expográficos, recursos financeiros, divulgação, público, desdobramentos e acessibilidade. A partir do diagnóstico e partindo da experiência observada nas exposições com participação do SAHI, também se propõe a realização de um exercício de identificação de algumas diretrizes básicas para a promoção de exposições na FCRB.

As informações constantes a seguir foram obtidas na documentação institucional, principalmente nos relatórios de atividades gerais e nos dossiês que reúnem os registros sobre cada exposição. Em seguida, foram organizadas na forma de tabelas (apêndices B a G). Não foi identificado o dossiê referente à mostra “Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa”.

4.2 Políticas e diretrizes institucionais

A documentação institucional observada não indica a existência de programas, políticas, diretrizes ou normas institucionais estruturadas relativas à realização de exposições de documentos arquivísticos.

Apesar de não terem sido identificados nesses documentos referenciais a existência de uma política da FCRB voltada para as exposições, é válido o exercício de observar se o trabalho desenvolvido nesse âmbito possui relação com a missão institucional ou se existe um descompasso. A esse respeito, a pesquisadora Maria Ignez Mantovani Franco (2018, p. 20), na obra *Planejamento e Realização de Exposições*, defende que o desenvolvimento e

³⁸ Primeiro livro da série de publicações Caminhos da memória, composta pelos materiais didáticos instrucionais de diferentes cursos virtuais, voltados para profissionais que atuam no campo museológico brasileiro e demais interessados, que são oferecidos na plataforma Saber Museus.

³⁹ Publicação produzida no âmbito do Projeto Monumenta, uma parceria entre a UNESCO e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) visando a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

os objetivos das exposições devem, necessariamente, reforçar a missão e os objetivos das suas instituições.

A FCRB tem por principal finalidade “o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa” (BRASIL, 1966). A redação da missão institucional se modifica ao longo do tempo. É identificada no período de 2015 a 2018 como sendo a de “promover a preservação e a pesquisa da memória e da produção literária e humanística, bem como congregar iniciativas de reflexão e debate acerca da cultura brasileira” visando “contribuir para o conhecimento da diversidade cultural, para o fortalecimento da cidadania e para a implementação das políticas de competência do Ministério da Cultura” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, [2019], p. 274). Atualmente, essa missão é identificada no plano estratégico vigente como sendo a de “preservar e dar acesso à obra de Rui Barbosa, ao seu acervo e ao de personalidades de destaque para o país, promovendo a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento sobre temáticas relevantes para a história e a memória do Brasil” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2019, p. 18).

Neste cenário, é possível afirmar que as exposições com participação do SAHI estão em harmonia com a missão da instituição. Os temas priorizados se relacionam com a reflexão e o debate acerca de aspectos da cultura brasileira, principalmente no caso das mostras cuja temática foi classificada como “hábitos culturais”. Também se relacionam com aspectos estruturantes da cultura as mostras das temáticas “política” e “escravidão e abolição”. Alinhadas, também, em sua maioria com a finalidade da FCRB, as mostras possuem relação com aspectos da vida de Rui Barbosa e de sua atuação em diversos processos da história nacional. Outro ponto que aproxima as exposições analisadas da missão institucional é a própria utilização do acervo da FCRB em suas execuções.

Outro aspecto a ser destacado, e que será melhor desenvolvido na subseção 4.5, diz respeito à equipe profissional. Foi possível observar que a equipe de profissionais do SAHI que trabalha na realização dessas exposições é a mesma, tendo sofrido poucas alterações ao longo do tempo. Isso nos faz refletir que, se não existe uma diretriz institucional mais geral, existe uma predisposição do SAHI em destacar recursos humanos para desenvolver os eventos que são essas exposições. Entende-se que a opção de trabalhar com as mesmas pessoas possa favorecer ao desenvolvimento de conhecimentos específicos que, podem não estar escritos em políticas estruturadas, mas contribuem na execução deste tipo de ação de difusão e na concretização da missão institucional.

4.3 Temas

Os temas escolhidos para as exposições com participação do SAHI já foram objeto de análise na subseção 3.2 desta pesquisa. Com base na classificação proposta na subseção 3.1 (p. 62), é possível afirmar que a variedade de temas não foi grande podendo se resumir aos seguintes: Política, Hábitos Culturais, Escravidão e Abolição, Rui Barbosa, FCRB e Outros. O tema mais desenvolvido foi Escravidão e Abolição contando com 10 mostras realizadas. Em seguida, ainda destacando os temas mais explorados, identificam-se Hábitos Culturais, Rui Barbosa e Política, tendo sido realizadas 6 mostras relativas ao primeiro e 4 mostras relacionadas a cada uma das outras duas temáticas citadas.

No caso das mostras com o tema Escravidão e Abolição, chama a atenção que, um mesmo tipo de enfoque tenha sido utilizado em anos distintos. Isso pode ser exemplificado quando se observa a mostra “O registro da escravidão na vida privada”, realizada em 2012 e que contou com mais duas versões em anos posteriores. “O registro da escravidão na vida privada II” foi organizada em 2013 e “O registro da escravidão na vida privada III” em 2016. O mesmo se deu com a mostra “A abolição e seus registros na vida privada” que, assim como a anterior, foi exibida em três versões nos anos de 2014, 2015 e 2017. Apesar de exibir quase sempre documentos arquivísticos distintos, essas exposições comungaram de uma mesma abordagem que fica mais evidenciada nos próprios títulos que se repetem.

Nas exposições com participação do SAHI, a relação com as efemérides foi observada em 15 das 28 exposições presenciais analisadas. Os centenários da proclamação da república, da Constituição de 1891, do Código Civil de 1916 e da criação do Jornal do Brasil, os 450 anos da cidade do Rio de Janeiro e a abolição da escravidão são alguns dos exemplos de acontecimentos rememorados. A efeméride da abolição da escravidão figura como aquela que foi mais explorada durante o período observado.

No caso das exposições virtuais, é possível afirmar que essa tendência de escolha temática motivada por uma efeméride também se verifica, tendo em vista que as 3 mostras em análise foram emanadas de exposições realizadas presencialmente e que partiram de efemérides como já citado.

Também se observa que a escolha de temas de algumas exposições foi influenciada por elementos ou demandas externas ao setor. É o caso da mostra “Cardápios: séculos XIX e XX” que se articulou com o curso “A sala de jantar nas artes decorativas em Portugal e no Brasil” e da mostra “O catolicismo presente nos arquivos pessoais” que foi exibida no período da Jornada Mundial da Juventude. Isso também se repetiu com “Rui Barbosa

abolicionista” que integrou a programação do seminário “Abolição Hoje” e com a mostra “Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB” que foi organizada por ocasião da I Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia.

Apesar de partirem de registros documentais do passado, acredita-se que a escolha dos temas possibilite, em muitos casos, estabelecer diálogo com agendas contemporâneas como, por exemplo, discussões sobre o racismo, valorização da presença negra na sociedade, reconhecimento e construções de identidade plurais. Por outro lado, observa-se, que a variedade de temas foi pequena e que isso, a longo prazo, pode limitar a atração de novos públicos para esses eventos.

4.4 Acervo

Não foi possível obter informações sobre os acervos utilizados nas mostras “Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa” e “Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB”. Com relação a todas as demais mostras, foi possível identificar a utilização de 11 fundos e coleções diferentes do SAHI: Arquivo Rui Barbosa (RB), Coleção Lucia Sanson (CLS), Coleção José Antunes de Oliveira Catramby (CY), Coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO), Arquivo João Pandiá Calógeras (JPC), Arquivo Mauricio de Almeida Abreu (AMA), Arquivo Américo Jacobina Lacombe (AJL), Arquivo Joaquim Moreira de Sousa (AMS), Coleção Milton Teixeira (CMT), Coleção César Guinle (CCG) e o Arquivo Institucional (AFCRB). Além dos fundos e coleções do SAHI, também foram utilizados acervos do Museu Casa de Rui Barbosa, do Serviço de Biblioteca e do Centro de Literatura Brasileira da FCRB. Os fundos e coleções utilizados em cada uma das exposições foram organizados na forma de uma tabela constante no Apêndice B. Os dados da FCRB disponíveis no Portal do Dados Abertos do Governo Federal indicam que o SAHI possuía, em 17 de fevereiro de 2021, 71 arquivos e coleções sob a custódia do setor. No entanto, como dito acima, apenas 11 desses já foram utilizados em alguma exposição. A documentação analisada não permite precisar o motivo da recorrência na utilização dos mesmos fundos e coleções.

O arquivo Rui Barbosa foi o mais explorado tendo sido utilizado em pelo menos 24 das 28 exposições observadas. As mostras “Constituição na Casa de Rui Barbosa” (2003) e “100 anos do Código Civil de 1916” (2016) utilizaram-se apenas do arquivo Rui Barbosa para desenvolver suas narrativas. É possível considerar duas outras mostras, “A abolição e seus registros na vida privada” (2014) e “25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe”

(2018), como exceções por não terem utilizado nenhum documento do arquivo do patrono da instituição. O arquivo Rui Barbosa é o maior em dimensões físicas do SAHI ocupando perto de 45 metros lineares. Possui aproximadamente 60.000 documentos textuais, cerca de 2.000 imagens, além de 53 documentos cartográficos. Sua utilização em exposições de temáticas diversas é um demonstrativo tanto da importância do acervo para a instituição como das múltiplas possibilidades de se trabalhar com documentação tão vasta e rica. Rui Barbosa participou de todas as grandes questões de seu tempo e produziu um conjunto de trabalhos relevantes para a história do país atuando como jurista, jornalista e político.

A Coleção Família Barbosa de Oliveira foi a segunda mais explorada no trabalho das exposições. Foi utilizada em 17 ocasiões. Todas as mostras com cuja temática foi Escravidão e Abolição utilizaram os documentos desta coleção. Ela é composta, principalmente, da correspondência acumulada pelos membros dessa família entre os anos de 1778 a 1965. Os documentos, assim como os do arquivo Rui Barbosa, registram o cotidiano e a trajetória política e social do período. Igualmente, reúnem informações sobre diversos núcleos familiares, muitos dos quais possuem personagens que alcançaram representatividade social. É o caso do patriarca da família, o conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, magistrado e ministro do Supremo Tribunal de Justiça, do historiador Américo Jacobina Lacombe e do próprio Rui Barbosa.

A Coleção Lucia Sanson foi a terceira mais utilizada nas exposições com participação do SAHI. Aparece em 10 oportunidades relacionadas às seguintes temáticas: Escravidão e Abolição, Hábitos Culturais e Arquitetura e Paisagismo. A coleção reúne documentos das famílias Oliveira Castro, Pontes Câmara e Nóbrega Moreira que retratam, em sua maioria, o período de transição da monarquia para a república. Possui diversidade de imagens relacionadas às paisagens do Rio de Janeiro e sobre o modo de viver das famílias no final do século XIX e início do século XX.

A temática Hábitos Culturais foi a que reuniu maior diversidade de acervo, explorando, nestes casos, arquivos e coleções que foram pouco utilizados nas outras exposições. É o caso do arquivo do geógrafo e professor Mauricio de Almeida Abreu que foi utilizado apenas na mostra “Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem” (2016). O arquivo Ubaldino do Amaral e a coleção César Guinle também foram utilizados uma única vez cada, respectivamente, nas mostras “Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados” (2017) e “Meu amor...” (2016). Também é curioso que esta temática tenha possibilitado explorar uma faceta inusitada do arquivo institucional

da FCRB na mostra “É Carnaval na Casa Rui” (2015), abordando a manifestação cultural da festa do carnaval por meio de um arquivo de uma fundação pública.

Merece destaque que 8 mostras tenham se utilizado não apenas do acervo do SAHI, mas também de outros setores como o Museu Casa de Rui Barbosa, o Serviço de Biblioteca e o Centro de Literatura Brasileira. Esse trabalho intersetorial no que se refere ao acervo exposto foi identificado nas seguintes mostras: “Imagens da República” (1989), “Centenário da Constituição de 1891” (1991), “O Jornal do Brasil e Rui Barbosa” (1991), “Rui Barbosa abolicionista” (2011), “O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais” (2013), “A abolição e seus registros na vida privada” (2014), “É carnaval na Casa Rui” (2015) e “130 anos da abolição da escravidão” (2018). Das 28 exposições totais observadas, chama a atenção que o tema Rui Barbosa só tenha sido abordado desta forma intersetorial, relacionando acervos do SAHI ao de outras áreas técnicas, em duas ocasiões, nos anos de 1991 e 2011. A FCRB possui como característica singular justamente o fato de possuir sob sua guarda o imóvel em que Rui Barbosa residiu, hoje transformado em museu-casa, o mobiliário, a biblioteca e o arquivo pessoal deixado por ele.

Outro dado que cabe destacar aqui é que em duas oportunidades, nas mostras “Imagens da República” (1989) e “Centenário da Constituição de 1891” (1991) foram exibidos, além do acervo da FCRB, itens de outras instituições como da Igreja Positivista do Brasil, do Museu da República, do Museu Casa de Benjamin Constant, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Biblioteca Nacional e do Clube da Medalha do Brasil. Essas mostras concentram-se no início do recorte temporal desta pesquisa. Em todas as outras mostras, não se verifica a repetição dessa prática.

Ao observar os acervos utilizados pelo SAHI foi possível constatar que existe uma variedade de fundos e coleções que ainda não foram divulgados nas práticas expositivas. Além disso, a singularidade de a instituição dispor, ao mesmo tempo p. 92), do museu, da biblioteca e do arquivo de seu patrono tem sido pouco explorada.

4.5 Equipe/ Profissionais

As informações sobre os profissionais envolvidos na realização de muitas exposições se mostraram escassas. Os dossiês das mostras “Centenário da Constituição de 1891”, “Arquivos do Brasil Memória do Mundo” não fazem qualquer menção à equipe profissional que atuou para a sua realização. A documentação observada sobre outras três

mostras, “O Jornal do Brasil e Rui Barbosa”, Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB” e “Constituição na Casa de Rui Barbosa”, indica que cinco profissionais trabalharam na primeira e dois nas seguintes. Entretanto, não foi possível obter informações sobre o perfil das equipes dessas exposições em específico.

Nas demais exposições, com relação à formação e perfil dos profissionais, pôde-se observar que aqueles que têm trabalhado nestas exposições, no caso do SAHI, possuem formação de nível superior sendo, em sua maioria, arquivistas, mas também historiadores, bibliotecários, museólogos e designers.

Foram identificados nos dossiês as seguintes funções desempenhadas pelos profissionais que trabalharam nas exposições: coordenador, organizador, pesquisador, curador, paleógrafo, editor, programador visual, artista gráfico, fotógrafo, digitalizador, museólogo, bibliotecário e montador. A definição do que representa cada função não fica evidente e, por vezes, parece existir certa confusão, principalmente, entre as funções de coordenação, organização e curadoria. De acordo com o guia *Para fazer uma exposição* (2017, p.27), o curador é o responsável pela exposição e pelo gerenciamento do projeto expositivo. Mantovani (2018, p. 132), por sua vez, relembra que, tradicionalmente, o curador acumulava nos museus todas as funções relacionadas às coleções, sendo a figura responsável tanto pela preservação quanto pela pesquisa e pela comunicação. A partir da década de 1970, segundo a autora (2018, p. 133), esse quadro sofreu modificações e “cada vez mais passou a reconhecer a necessidade de envolver diferentes especialistas num trabalho interdisciplinar”. Assim, Mantovani (2018), não define expressamente qual o trabalho do curador, mas aponta que ele está inserido em todos os múltiplos processos de organização das exposições, mas sempre em diálogo com diferentes especialistas. A curadora de arte Nessia Leonzini (2010, p. 10), na apresentação do livro *Uma breve história da curadoria*, destaca que o papel do curador é o de agrupar informações e criar conexões com vistas a proporcionar ao público um momento de descoberta. Para ela, o trabalho do curador e o pensamento sobre o público são indissociáveis. A partir das reflexões desses autores e dos documentos analisados, afirma-se que o curador, nas exposições com participação do SAHI, tem realizado um trabalho mais ligado à seleção dos documentos arquivísticos que são expostos e menos com o gerenciamento total das diversas etapas do projeto expositivo. Os documentos também não registram o trabalho de curadoria envolvendo um pensamento mais elaborado sobre o público visitante.

No que se refere ao quantitativo de envolvidos na realização de cada uma das exposições em análise, temos uma média de 4,8 de profissionais trabalhando para a

realização de cada evento. Foi possível observar que, em geral, estes profissionais ocupam mais de uma função na organização das exposições. Por exemplo, foi comum identificar profissionais que atuaram na curadoria, na pesquisa e na montagem de uma determinada mostra. Acredita-se que isso se deve mais a uma carência de pessoal do que a uma opção deliberada, tendo em vista que os relatórios de atividades dos anos de 2006, 2009 e 2010 mencionam essa insuficiência de recursos humanos. Além destes, os chamados relatórios de gestão também são recorrentes ao afirmarem a necessidade de ampliação do quadro de pessoal da instituição. Sobre essa necessidade e para dar conta das demandas e desafios atuais, o relatório de gestão referente ao ano de 2016 afirma que, de acordo com estudos promovidos pela FCRB, se reconhecia, já naquele ano, a necessidade de criação de 47 novos cargos e de preenchimento de 28 cargos que se encontravam vagos (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2016, p. 34).

4.6 Recursos expográficos

De acordo com o guia do IBRAM *Para fazer uma exposição* (2017, p. 7), os recursos expográficos se constituem das soluções adotadas como parte da infraestrutura técnica e da composição visual utilizadas para viabilizar as exposições. Ainda segundo a mesma obra, a escolha desses recursos deve avaliar a relação que há entre aquilo que está exposto, seus suportes e o ambiente podendo considerar fatores como cores, iluminação, tipos de suportes, tipo de linguagem adotada, produção de textos de apoio, etc. Mantovani (2018, p. 115) observa que as opções expográficas devem sempre priorizar o material exposto em contexto. Para a autora, qualquer dos recursos precisam valorizar as potencialidades do material selecionado explorando seu histórico, suas representações, usos e múltiplos sentidos.

Observou-se que as mostras com participação do SAHI adotam recursos expográficos limitados e que se repetem em diferentes oportunidades. Não são, portanto, pensados em relação à cada exposição específica. Foi possível identificar o uso de painéis, vitrines e banners como formas de expor os documentos arquivísticos e outros conteúdos textuais. Também foi possível identificar como um recurso comum a produção de notas explicativas e transcrições paleográficas no caso das exposições de documentos manuscritos. Para a maioria das exposições observadas, foram produzidos e entregues aos visitantes *folders* com textos explicativos sobre o tema da mostra, seus objetivos, ficha

técnica relacionando os profissionais envolvidos, além de informações sobre os acervos utilizados.

Acredita-se que a inexistência de um espaço apropriado para a promoção de exposições seja um fator limitante, em certa medida, quando se trata dos recursos expográficos. Os locais utilizados nas mostras observadas são o Museu Casa de Rui Barbosa, o saguão e o hall do auditório do edifício Américo Jacobina Lacombe. Os espaços do museu, onde ocorrem a maior parte das mostras, não podem ser alterados em razão de se tratar-se de área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Modificações de luz e cores, por exemplo, não podem ser adotadas. No caso das exposições que aconteceram no hall do edifício Américo Jacobina Lacombe, entende-se que também possuem limitações uma vez que se trata de um espaço de passagem para todos as pessoas que entram e saem do prédio.

4.7 Recursos financeiros

Não foi possível identificar nos documentos pesquisados a provisão de recursos financeiros para a realização das exposições. Sobre as mostras virtuais presentes no *site* Escravidão, Abolição e Pós-Abolição localizou-se uma prestação de contas no valor de R\$ 299.600,00. Entretanto, este valor refere-se ao custo total de implementação do site, não sendo possível precisar quanto deste valor foi destinado exclusivamente para a produção do módulo das exposições.

Por meio de *e-mails* anexados aos dossiês das exposições, nota-se que o trabalho de elaboração de peças gráficas, como convites e folders, foi realizado, na maioria dos casos, por uma empresa contratada pela FCRB, mas as informações são limitadas.

A ausência de informações, por sua vez, pode ser um indicativo de que poucos recursos financeiros têm sido empregados nessas ações.

4.8 Divulgação

Em geral, a principal estratégia de divulgação das exposições tem sido em meio digital por meio do compartilhamento de um convite virtual contendo, de forma resumida, um texto sobre a organização do evento e informações sobre o local e horários de visitação. Os convites tem sido divulgados no site e nas redes sociais da FCRB. Esses materiais de

divulgação além de serem compartilhados em meio digital são afixados em locais onde há a circulação de pessoas na instituição. Nas mostras realizadas durante a década de 1990, os convites eram enviados por correio e fax para autoridades públicas, reitores de universidades e diretores de arquivos públicos.

Também se notou ser comum a utilização de *folders* explicativos que tanto podem funcionar como um recurso expográfico como também para auxiliar na divulgação do evento.

A distribuição dos *folders* e convites não parece seguir uma estratégia ou direcionamento de público específico, com exceção da mostra “O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais” para a qual foi feita uma opção deliberada de se realizar a divulgação em colégios e universidades católicas.

As informações dos documentos consultados indicam a existência de uma cooperação de divulgação entre órgãos da esfera federal entre os anos de 2016 a 2018. Neste período, as exposições com participação do SAHI foram objeto da divulgação no site do Arquivo Nacional, nas redes sociais e site do Instituto Brasileiro de Museus e nas redes sociais, boletins informativos quinzenais e site do Ministério da Cultura.

Como já foi dito anteriormente, na seção 3, há registros de que a questão da divulgação já foi objeto de problematização na FCRB e que, pelo menos desde 1987, foi enxergada a necessidade de melhorar a divulgação dos eventos culturais.

4.9 Público

Não foram localizadas pesquisas ou iniciativas para conhecer o perfil do público visitante das exposições do SAHI, suas preferências e interesses. Contudo, o último relatório de atividades publicado pela FCRB reconhece a “sociedade em geral, pesquisadores, estudantes, instituições científicas, acadêmicas, governamentais e não governamentais” como sendo o público-alvo de produtos e serviços como “palestras, exposições, mostras, seminários, eventos culturais e artísticos, publicações e comunicação social” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, [2019], p. 21).

As informações dos dossiês das exposições e dos relatórios de atividades, quando disponíveis, se limitam a indicar o quantitativo desses visitantes. Sobre isso, ao cotejar os números dos dossiês e dos relatórios, nota-se que existem divergências informacionais com relação ao público das mostras “Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados” (2017), “A abolição e seus registros na vida privada III” (2017), “Cardápios:

séculos XIX e XX” (2017) e “130 anos da abolição da escravidão” (2018). Como já foi dito anteriormente, na subseção 2.2, foi observado que a média de público visitante é maior quando os temas das mostras possuem relação com as temáticas escravidão e abolição, perfazendo uma média de 2230 pessoas por evento. A tabela abaixo reúne os quantitativos de visitantes para cada exposição observada.

Tabela 6 — Quantidade de visitantes das exposições com participação do SAHI

Exposição	Ano	Quantidade de visitantes de acordo com o relatório de atividades	Quantidade de visitantes de acordo com o dossiê
Imagens da República	1989	-	-
Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa	1990	-	-
O Jornal do Brasil e Rui Barbosa	1991	-	-
Centenário da Constituição de 1891	1991	-	-
Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB	1995	-	-
Constituição na Casa de Rui Barbosa	2003	-	-
Rui Barbosa abolicionista	2011	1.614	-
O registro da escravidão na vida privada	2012	2.725	2.725
O registro da escravidão na vida privada II	2013	1.690	1.690
O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais	2013	2.012	-
Arquivos do Brasil Memória do Mundo	2013	-	-
A abolição e seus registros na vida privada	2014	1.795	-
Café no Brasil: um olhar a partir da vida privada	2014	2.204	-
É carnaval na Casa Rui	2015	1.263	1.263
A abolição e seus registros na vida privada II	2015	1.787	1.787
Visões do Rio Antigo	2015	1.445	-
O Registro da Escravidão na vida Privada -	2015	-	-

virtual			
A abolição e seus registros na vida privada - virtual	2015	-	-
O Registro da Escravidão na vida Privada (vol. 2) - virtual	2016	-	-
O registro da escravidão na vida privada III	2016	2.235	-
Meu amor...	2016	110	-
Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem	2016	715	-
100 anos do Código Civil de 1916	2016	1.631	-
Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados	2017	550	1.496
A abolição e seus registros na vida privada III	2017	2.235	1.612
Cardápios: séculos XIX e XX	2017	1.366	1.217
25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe	2018	1.355	1.355
130 anos da abolição da escravidão	2018	3.146	5.355

Fonte: A autora (2021).

O Museu Casa de Rui Barbosa, espaço que tem abrigado a maior parte das exposições com participação do SAHI, realiza estudos internos sobre o perfil do público⁴⁰ que o visita. O último relatório de atividades da FCRB reconhece a existência de quatro segmentos de visitantes no âmbito do museu: público escolar, grupos especiais, visitas técnicas e visitação espontânea. Os números publicados indicam que a visitação espontânea representa o maior quantitativo de visitantes e é formada “por todos os segmentos etários, residentes na cidade do Rio de Janeiro, turistas nacionais e estrangeiros” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, [2019], p. 63). Esse segmento de visitantes correspondeu a 12.825 no ano de 2018. Em seguida, o segmento que se destaca é o público escolar, alunos e professores de escolas, públicas e privadas, de todo o Rio de Janeiro e também de outros

⁴⁰ As características e impressões do público visitante do Museu Casa de Rui Barbosa também já foram analisadas em pesquisas acadêmicas como a tese de doutorado *Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*, de Aparecida Marina de Souza Rangel, museóloga da instituição, e a dissertação de mestrado “*Eu não sabia que podia entrar*”: com a palavra o visitante do Museu Casa de Rui Barbosa, de Roberto da Silva Abreu, funcionário aposentado da FCRB.

estados, correspondendo, em 2018, a 1.436 visitantes. No ano de 2018, o número total de visitantes do museu foi de 14.886 pessoas.

Como a tabela acima indica, próximo de um terço do número total de visitantes do museu teria passado pelas duas exposições com participação do SAHI oferecidas no ano de 2018. Os dados de público dessas mostras e do museu se confundem, em alguma medida, uma vez que os visitantes das mostras visitam o museu e vice-versa. Diante disso, faltam informações publicadas para confirmar se essas mostras fazem com que o museu tenha aumento de público nos meses em que elas são exibidas.

Além disso, os relatórios e dossiês analisados indicam não haver o aproveitamento, por parte do SAHI, dos estudos sobre público que já são realizados pelo Museu Casa de Rui Barbosa. Acredita-se que a atenção a estes dados poderia auxiliar no sentido de qualificar o planejamento das mostras e no oferecimento de ações específicas voltadas, por exemplo, para o público escolar.

4.10 Desdobramentos

Esta subseção, de mais difícil observação, buscou identificar a existência ou não de eventos ou obras originadas a partir do contato do público com as mostras documentais. De modo geral, os dossiês e relatórios analisados carecem dessas informações. Os desdobramentos identificados, em sua maioria, foram matérias em jornais e revistas: Agência Brasil (2015), Revista História, Ciências e Saúde – Manguinhos (2015), Jornal O Dia (2015), Jornal O Globo (2015, 2017), Jornal Rio Carioca (2015), site G1 (2015), Site UOL (2015), TV Brasil (2015), TV Câmara Rio (2015), site Almanaque da Cultura (2015), Revista Museu (2015, 2016, 2017 e 2018), Jornal O Fluminense (2015), Revista Veja Rio (2015), site Manchete Online (2017), Guia Rio Show (2017), blog Comida na Cabeça (2017), blog Tempero da Vida (2017), além de matérias no site do Ministério da Cultura em diversas ocasiões, a partir de 2015.

A mostra “A abolição e seus registros na vida privada” (2014) foi objeto de pauta do programa de televisão intitulado Programa Globo News Miriam Leitão. A apresentadora Miriam Leitão visitou a mostra, filmou documentos expostos e entrevistou as servidoras Ana Pessoa (diretora, à época, do Centro de Memória e Informação) e Lucia Maria Velloso de Oliveira (então chefe do SAHI e uma das organizadoras da mostra). As servidoras tiveram a oportunidade de destacar curiosidades sobre os documentos e reforçar a importância das informações contidas nos arquivos pessoais. A apresentadora também

entrevistou, na mesma ocasião, o então presidente da FCRB, Manolo Florentino sobre o tema da exposição. A apresentadora já mencionou em diversas entrevistas que, anos antes, em 2012, a mostra “O registro da escravidão na vida privada” a inspirou na escrita de seu livro *Tempos Extremos*.

Em 2018, o SAHI recebeu da Escola Municipal Roma um pedido de visita medida para a mostra “130 anos da abolição da escravidão”.

Pela documentação analisada, não foi possível observar outros desdobramentos. Não significa que eles não existam, mas não há uma preocupação por parte da instituição em se mapear estas informações. Esse mapeamento seria importante para entender a dimensão dessas exposições.

4.11 Conservação dos documentos

Os dossiês e relatórios analisados não possuem muitas informações sobre os cuidados relativos à preservação dos documentos arquivísticos quando de sua utilização nas mostras. Em relatórios presentes em alguns dossiês existe a menção de que a seleção de documentos leva em consideração, entre outros fatores, o estado de conservação dos mesmos. Em muitos dossiês, nota-se, também, a alusão ao Serviço de Preservação da FCRB em agradecimentos nas fichas técnicas dos eventos. Entretanto, os dossiês e relatórios carecem de registros que detalhem melhor as práticas de conservação adotadas. Não consta, por exemplo, a existência de fichas que observem o estado de conservação dos documentos antes e ao término das exposições, levando a crer que tal prática não é considerada.

As mostras que utilizaram fotografias como parte do acervo exposto, por sua vez, indicam em seus dossiês a realização de tratamento e de produção de suportes especiais por parte do Serviço de Preservação da FCRB. Acredita-se que a curta duração das mostras observe critérios de preservação dos documentos originais que são exibidos. Esse tópico também será desenvolvido na próxima subseção.

4.12 Duração

As exposições observadas foram identificadas, em sua maioria, como sendo de curta duração, com algumas delas sendo exibidas durante apenas 1 dia. A média de duração das exposições é de 41 dias.

A mostra “Arquivos do Brasil Memória do Mundo” (2011), apresentada no Arquivo Nacional, durou mais tempo: 101 dias. O Arquivo Nacional possui em sua sede um espaço dedicado exclusivamente para exposições. Para esta mostra, diferentemente das mostras que exibem originais, o SAHI participou com edições fac-símiles de documentos do arquivo Rui Barbosa. A mostra “130 anos da abolição da escravidão” (2018) também foi exibida por mais tempo que o habitual, 82 dias. O dossiê dessa exposição indica que o período normal da exibição foi estendido a pedido do Ministério da Cultura.

As mostras virtuais também se apresentam como exceções pois permanecem à disposição do público, de forma ininterrupta, desde a sua inclusão no *site* Escravidão, Abolição e Pós-Abolição. A tabela a seguir relaciona as exposições, exceto as virtuais, observadas neste diagnóstico e a sua duração em dias.

Tabela 7 — Duração das exposições

Exposição	Ano	Duração em dias
Imagens da República	1989	42
Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa	1990	1
O Jornal do Brasil e Rui Barbosa	1991	32
Centenário da Constituição de 1891	1991	7
Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB	1995	1
Constituição na Casa de Rui Barbosa	2003	1
Rui Barbosa abolicionista	2011	44
O registro da escravidão na vida privada	2012	45
O registro da escravidão na vida privada II	2013	37
O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais	2013	31
Arquivos do Brasil Memória do Mundo	2013	101
A abolição e seus registros na vida privada	2014	59
Café no Brasil: um olhar a partir da vida privada	2014	61

É carnaval na Casa Rui	2015	54
A abolição e seus registros na vida privada II	2015	58
Visões do Rio Antigo	2015	75
Meu amor...	2016	36
Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem	2016	24
100 anos do Código Civil de 1916	2016	47
Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados	2017	59
A abolição e seus registros na vida privada III	2017	29
Cardápios: séculos XIX e XX	2017	31
25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe	2018	31
130 anos da abolição da escravidão	2018	82

Fonte: A autora (2021).

Foi possível analisar que a duração das exposições possui relação direta com a questão do espaço ou, principalmente, no caso da FCRB, com a ausência de um local exclusivo para o desenvolvimento dessas práticas expositivas. A escolha do tipo de acervo a ser exibido nessas exposições, privilegiando a apresentação de documentos originais, também se relaciona com essa curta temporalidade tendo em vista as questões de preservação física desses materiais.

4.13 Local

Atualmente, a FCRB não possui espaço destinado à prática expositiva. Foi possível identificar que as mostras de documentos com participação do SAHI são apresentadas, em sua grande maioria, nos seguintes locais: Museu Casa de Rui Barbosa, o saguão e o hall do auditório do edifício Américo Jacobina Lacombe. Esses ambientes são frequentemente identificados na documentação institucional como inadequados para a prática expositiva considerando diversos fatores como a acessibilidade e a utilização de recursos expográficos mais atrativos.

Cabe destacar que, no passado, a FCRB já possuiu um espaço específico para a prática expositiva, o chamado Salão de Exposições. O relatório de atividades de 1995 menciona a reabertura desse espaço. A existência desse espaço continua sendo mencionada até o relatório de 2003. No caso das exposições com participação do SAHI, elas não se beneficiaram da disponibilidade deste local, tendo em vista que a maior parte das exposições foi realizada no período posterior a 2011, como evidenciado na tabela 5 (página 67).

Considera-se que é necessário que a FCRB disponha, novamente, de um espaço específico destinado à realização de exposições. A existência do Museu Casa de Rui Barbosa pode sugerir que, em tese, ele seria o espaço ideal para realizar exposições. Entretanto, o museu, na FCRB, possui características muito particulares: trata-se de um museu-casa e seus espaços são preservados sofrendo pouca ou nenhuma modificação museográfica. Essa impossibilidade de alteração de espaços limita, em alguma medida, a utilização de recursos expográficos nas mostras com participação do SAHI. A inexistência de um espaço expositivo exclusivo também pode acabar influenciando na curta duração das mostras.

4.14 Acessibilidade

De acordo com o guia do IBRAM (2017, p. 34), a acessibilidade deve estar prevista ainda no projeto das exposições. A mesma obra observa que a acessibilidade possui diversas dimensões como espacial, sensorial e intelectual e que todas devem ser pensadas previamente com vistas a atender visitantes de diversas idades e de condições físicas distintas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, define acessibilidade como a possibilidade de utilização de forma segura e autônoma por parte da pessoa com deficiência de “espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo” (BRASIL, 2015). A mesma legislação assegura às pessoas com deficiência o direito “à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”, além do acesso “a bens culturais em formato acessível” e a “monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos”. O Plano Setorial de Arquivos, em

consonância com o tema, reconhece na acessibilidade um componente fundamental para a qualidade de vida e o exercício da cidadania por parte das pessoas com deficiência. O plano defende, de forma expressa, que “o acesso ao espaço do arquivo e aos acervos deve ser assegurado por meio da adaptação do espaço físico a essas pessoas e da oferta de acervos, bens e atividades culturais em formatos e suportes que atendam suas necessidades” (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2018, p. 49).

Tendo isso em vista, observa-se que a maioria das exposições presenciais são realizadas nas salas do Museu Casa de Rui Barbosa. No que diz respeito à acessibilidade física ou espacial, isto pode se constituir em desafios para visitantes que fazem uso de cadeira de rodas, com mobilidade reduzida ou que possuem outras necessidades físicas especiais. Trata-se de uma edificação sem rampas, sem elevadores e com alguns corredores estreitos.

Ao analisar os dossiês não foi possível identificar menção a um esforço de promoção de acessibilidade em nenhuma das mostras presenciais. Entretanto, a maior parte delas registra, nos respectivos dossiês, a elaboração de transcrições paleográficas que facilitam que os visitantes acessem as informações contidas nos documentos. Além disso, a maior parte também registra a elaboração de notas explicativas. Com relação às mostras virtuais, o *site* que as hospeda foi desenvolvido utilizando técnicas de programação que possibilitam a acessibilidade por parte de pessoas portadoras de deficiência visual. Entretanto, apesar de o *site* possuir esses recursos, os catálogos das mostras virtuais não são contemplados por eles.

Pelo que foi observado nas exposições com participação do SAHI, acredita-se que é necessário que a FCRB invista em promover a acessibilidade em tais eventos, seja constituindo um espaço adequado para essas exposições, seja oferecendo conteúdo complementar em áudio-guias, implementando o uso de braile, elaborando materiais explicativos e de orientação, além de capacitar seus servidores.

4.15 Diretrizes para a promoção de exposições na FCRB

As subseções anteriores possibilitaram observar como as exposições da FCRB que acontecem com a participação do SAHI têm se desenvolvido ao longo do tempo. Suas principais características foram abordadas e possibilitaram que se elaborasse uma proposta de diretrizes básicas para a promoção de exposições na FCRB, reunidas nos dez pontos relacionados abaixo.

1. As exposições devem se relacionar com a finalidade da FCRB e devem, igualmente, reforçar a sua missão institucional que, atualmente, é a de “preservar e dar acesso à obra de Rui Barbosa, ao seu acervo e ao de personalidades de destaque para o país, promovendo a pesquisa, o ensino, e a difusão do conhecimento sobre temáticas relevantes para a história e a memória do Brasil”.
2. A escolha de temas das exposições deve considerar a missão e a visão institucionais, o público frequentador, os públicos potenciais, buscando, ao mesmo tempo, estabelecer diálogos com agendas contemporâneas e de relevância para a sociedade.
3. A instituição deve buscar promover nas práticas expositivas, sempre que possível, uma integração entre os acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, custodiados pelas diferentes áreas técnicas, valorizando a singularidade de a instituição possuir acervos de naturezas distintas e que se relacionam entre si.
4. A FCRB deve buscar promover, sempre que possível, a acessibilidade nas exposições que organiza, reconhecendo a cultura e o lazer como direitos das pessoas com deficiência e considerando suas dimensões espacial, sensorial e intelectual.
5. É necessário que a FCRB disponha de um espaço específico destinado à realização das exposições.
6. Todas as práticas expositivas devem considerar um protocolo que, minimamente, indique o estado de conservação dos materiais expostos tanto antes como após as exposições.
7. Todas as etapas que envolvem a organização das exposições devem estar reunidas e documentadas de forma a possibilitar a avaliação dessas práticas e servindo como elementos que registram a memória institucional. Sugere-se que esses registros documentais incluam tanto os resultados dos trabalhos desenvolvidos, como a memória dos processos decisórios e de criação e, ainda, as condições administrativas de sua realização como, por exemplo, os recursos humanos e financeiros.

8. Ao término das exposições é importante que a equipe profissional realize uma avaliação de forma a permitir que o trabalho seja constantemente aperfeiçoado.
9. A realização das exposições deve ser planejada e executada, preferencialmente, por equipe multidisciplinar, congregando profissionais de diferentes áreas do conhecimento e setores da instituição, favorecendo, assim, a pluralidade de ideias e contemplando os diversos aspectos que envolvem os projetos das exposições.
10. A instituição deve incentivar a qualificação da equipe profissional que atua nas exposições, favorecendo, com isso, o desenvolvimento de conhecimentos específicos relativos às práticas expositivas.

Os pontos relacionados acima foram redigidos a partir do diagnóstico das mostras de documentos realizadas com participação do SAHI. Entretanto, sabe-se que outros setores da FCRB também realizam exposições. Assim, essas diretrizes poderiam ser revistas e complementadas a partir das contribuições das outras áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como campo empírico as exposições e mostras de documentos que foram desenvolvidas com a participação do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. O principal objetivo foi realizar um diagnóstico das práticas expositivas do setor buscando refletir sobre elas enquanto instrumentos de difusão da FCRB, do serviço de arquivo e de seus acervos. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido se inseriu na linha de pesquisa “Práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio documental material e imaterial” do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos que trata dos instrumentos teóricos e práticos voltados para a difusão, acesso e uso do patrimônio material e imaterial e que abrange, ainda, estudos sobre os recursos e processos de acesso, uso e apropriação social da informação contida nos acervos.

Optou-se por organizar a apresentação da pesquisa em quatro sessões distintas: 1. A difusão e sua trajetória na história dos arquivos; 2. O Serviço de Arquivo Histórico e Institucional; 3. Levantamento das exposições realizadas na FCRB e, finalmente, 4. As exposições de documentos arquivísticos do SAHI (1987-2018).

Metodologicamente, preferimos, em primeiro lugar, realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da difusão nos arquivos. O exame dessa bibliografia possibilitou analisar aspectos conceituais e terminológicos da difusão de arquivos e ter contato com o pensamento de alguns arquivistas estrangeiros como, por exemplo, Normand Charbonneau que entende a difusão como uma função arquivística multifacetada que envolve todas as relações que podem se estabelecer entre os arquivistas e os usuários dos arquivos em qualquer fase do ciclo documental. A visão abrangente de Charbonneau se contrapõe a muito daquilo que é difundido na literatura nacional que, em geral, percebe a difusão como uma atividade circunscrita aos arquivos permanentes e, por diversas vezes, como algo secundário na hierarquia de funções arquivísticas. Além disso, a bibliografia também apontou que o papel dos arquivos tem se modificado ao longo do tempo. Desde a década de 1980, a perspectiva de uma abordagem social dos arquivos vem ganhando força e se consolidando na área. Nesse sentido, as reflexões sobre a difusão ganham cada vez mais espaço e podem contribuir para que os arquivos se tornem mais popularizados e alcancem novos públicos.

Outro procedimento metodológico adotado diz respeito à pesquisa documental nos relatórios de atividades da FCRB e nos dossiês relativos às exposições que contaram com a

participação do SAHI. Essa etapa da pesquisa trouxe alguns desafios colocados, principalmente, pela pandemia de COVID-19. O principal deles foi conseguir acessar os documentos. Eles fazem parte do arquivo institucional da FCRB e a instituição adotou um regime de trabalho remoto interrompendo o atendimento presencial a pesquisadores. Por consequência, o acesso aos acervos documentais que não estão digitalizados também foi interrompido a partir de março de 2020. Até o momento da escrita dessas considerações finais, em abril de 2021, a situação permanece inalterada. O acesso à parte dos documentos só foi possível em razão do meu vínculo profissional com o SAHI, mas teve que se dar apenas nas poucas ocasiões em que a FCRB flexibilizou o regime de trabalho para semipresencial. Esse quadro também impactou na impossibilidade de consultar os livros de visitantes das exposições que se encontram depositados no Museu Casa de Rui Barbosa. Inicialmente, um dos objetivos específicos da pesquisa era quantificar o público visitante das exposições e analisar suas impressões, a partir de informações registradas nesses livros de visitantes. Foi possível, apenas, quantificar o público com base nos relatórios e dossiês.

Outro desafio enfrentado, no que se refere à pesquisa documental, foi o fato de encontrar uma documentação que, apesar de ser institucional, é pouco padronizada. Os relatórios e dossiês analisados eram muito diferentes entre si seja na quantidade de páginas, nos tipos de documentos anexados e nas informações que cada um registrava.

Reexaminando os objetivos da pesquisa, sendo o principal deles a realização de um diagnóstico das ações voltadas para as exposições de documentos arquivísticos, empreendidas pelo SAHI, acredita-se que a presente pesquisa possibilitou realizar este diagnóstico. Apresentado na redação da seção 4, foi construído sobre os seguintes pontos: políticas e diretrizes institucionais, temas, acervo, equipe/profissionais, recursos expográficos, recursos financeiros, divulgação, público, desdobramentos, conservação dos documentos, duração, local e acessibilidade. A análise da bibliografia e das informações obtidas para o diagnóstico ainda possibilitou a formulação de algumas diretrizes para a promoção de exposições na FCRB.

No que se refere aos objetivos específicos da pesquisa, foi possível identificar a documentação administrativa que foi produzida a partir da organização das exposições. Ela encontra-se relacionada nas fontes arquivísticas listadas na seção de referências.

Com relação à análise e quantificação das ações do SAHI, relativas as exposições de documentos, que se constituía em outro objetivo específico, foi possível observar aspectos de suas principais características, temas abordados e os fundos/coleções documentais utilizados. Foi necessário, inicialmente, fazer um levantamento de todas as exposições

realizadas pela FCRB nos relatórios de atividades. A partir desse levantamento, foi possível identificar, justamente, quais exposições foram realizadas com a participação do setor de arquivo.

A consulta a estes relatórios sugere que a organização de exposições e mostras de documentos é uma atividade significativa na instituição, tendo sido realizada 185 vezes no recorte temporal da pesquisa. Foi possível notar, ainda, que os temas mais explorados nessas exposições foram Literatura, Hábitos Culturais e Rui Barbosa. Desse número de 185 exposições, 28 foram realizadas com a participação do SAHI, o que representa, em termos percentuais, 15,14% em relação ao total. A participação do setor foi aumentando com o passar dos anos. Pode-se afirmar que seu envolvimento nas práticas expositivas se deu com maior recorrência a partir de 2011. Entre os anos de 2011 e 2018, das 44 mostras que a FCRB realizou, 22 incluíram a participação do SAHI. Esse aumento também se verifica quando observamos os anos de 2011, 2014 e 2017. Nesses marcos, as exposições com participação do setor representaram 50% do número total de exposições realizadas pela instituição. Soma-se a este quadro o ano de 2013 em que todas as exposições realizadas tiveram o envolvimento ativo do SAHI.

O tema escravidão e abolição foi o mais desenvolvido pelo setor nessas práticas e a relação entre a escolha dos temas e as efemérides históricas também se destacaram na pesquisa. Em algumas ocasiões, notou-se que a escolha de temas sofreu influência de demandas externas. Isso sugere que o setor possui disponibilidade de estabelecer diálogos com outros agentes. Também se verificou a prática de uma abordagem que parte da questão da vida privada para dialogar com a história oficial ou mais tradicional. Esses elementos podem favorecer uma aproximação entre os visitantes e o que está representado nos documentos.

O arquivo Rui Barbosa foi o acervo mais explorado nas exposições. Os documentos analisados sugerem que este conjunto documental possui importância singular para a instituição. A origem da FCRB e desse arquivo, que veio a constituir o que hoje se entende como SAHI, são indissociáveis. A sua utilização em exposições de diversos temas sugere o potencial informativo dos documentos desse acervo na representação dos diversos papéis sociais que Rui Barbosa ocupou. Diante disso, também se evidencia a necessidade de refletir sobre estratégias de difusão que possibilitem, cada vez mais, a sua divulgação. Outro aspecto observado, com relação aos acervos e as práticas expositivas, diz respeito à peculiaridade de a FCRB abrigar tanto o arquivo pessoal de Rui Barbosa como a biblioteca, o imóvel e os objetos que pertenceram a ele. Essa singularidade tem sido pouco explorada

nas exposições e se constitui, precisamente, no elemento que diferencia a FCRB de outras instituições culturais que preservam acervos.

Como já foi dito, a impossibilidade de acessar os livros de visitantes impactou no objetivo específico que buscava analisar as impressões do público visitante. Entretanto, foi possível levantar alguns dados quantitativos que sugerem que a média de público visitante foi maior nas exposições cujos temas escravidão e abolição foram abordados. Outro ponto que merece ser destacado é que os relatórios de atividades, no que se refere ao público, trazem apenas um dado bruto, sem detalhamento. Isso dificultou, por exemplo, a observação da existência (ou não) de aumento de público nos meses em que as mostras foram exibidas.

A identificação dos recursos utilizados para a divulgação das exposições e as repercussões das mesmas na imprensa fazia parte de mais um objetivo específico da pesquisa. Nesse sentido, a principal estratégia identificada foi a divulgação em meio digital no *site* e nas redes sociais da FCRB. Os dossiês e *clippings* consultados registraram a divulgação das exposições, e por consequência, da instituição em programas de TV e matérias de jornais e revistas.

O último objetivo específico visava identificar formas de aprimoramento na realização das exposições. O diagnóstico possibilitou levantar algumas necessidades que, se forem atendidas, irão melhorar o tipo de experiência oferecida nas exposições. Destacamos, além do que já foi citado, a promoção da acessibilidade (espacial, sensorial e intelectual), a constituição de um espaço apropriado para a realização das exposições, maior rigor no registro do estado de conservação dos documentos expostos, oferecimento de ações específicas voltadas para determinados tipos de público, destinação de mais recursos financeiros para o desenvolvimento de ações expositivas, utilização dos fundos e coleções em sua diversidade e maior integração entre os diferentes setores para a construção dos projetos das exposições. Considera-se, também, que os oito pontos reunidos na redação das diretrizes para a promoção de exposições na FCRB (subseção 4.15) podem contribuir no aprimoramento dessas atividades.

Dessa forma, além do que foi apresentado na pesquisa, acreditamos que esse trabalho, que não se pretende conclusivo, tem potencial para se desdobrar em novas pesquisas, especialmente, desenvolvendo aspectos da relação mais subjetiva entre o público e o arquivo e, também, sobre o trabalho de curadoria de instituições e serviços de arquivos em exposições.

A partir da bibliografia que tivemos contato durante a pesquisa, acreditamos que a difusão é uma função arquivística das mais importantes e se alinha diretamente com a perspectiva que entende os arquivos mais próximos das sociedades em que estão inseridos. Essa mesma perspectiva busca estabelecer relações com públicos novos, não habituais desses espaços e não iniciados nas práticas do fazer arquivístico. Ao pensarmos especificamente na realidade brasileira, é possível relacionar a difusão ao compromisso de garantia plena dos direitos culturais estabelecidos pela Constituição Cidadã de 1988, uma vez que dentro dos arquivos encontram-se parte das fontes da cultura nacional. Os arquivos, como parte do patrimônio cultural das sociedades, equilibram os domínios das memórias, do esquecimento e das identidades culturais proporcionando a mediação entre o passado e os valores sustentados pelas sociedades no presente. Isso nos dá a dimensão (ainda pouco explorada) da importância que essa função arquivística pode adquirir indo além dos próprios arquivos.

Por fim, entendemos que é necessária a realização de mais pesquisas sobre a difusão nos arquivos de forma a possibilitar que este tema seja amadurecido na área. A iniciativa do SAHI de organização de exposições é apenas uma dentre as muitas possibilidades que a difusão pode oferecer.

REFERÊNCIAS

Fontes arquivísticas

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Programação cultural 1987. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, AP PROC 05/87, 1987.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividades 1988 versão preliminar. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, DA 157 (112), 1988.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Anexo IV Relatório de atividades 1989. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, DA 160 (94), 1989.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Imagens da República: 1989. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, DA 706 (22), 1989.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividade 1990. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1990.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividade 1991 (Setor Literatura Brasileira, Arquivos, Biblioteca, LACRE, LAMIC, Museu, Setor Direito, Setor Filologia, Setor Ruiano, Setor de História). *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê 1991.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Slb/Ruiano, Arquivo, Biblioteca, Lacre. Lamic, Museu, Direito, Filologia., História, Eventos Culturais. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1991.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividade 1991 (Setor Literatura Brasileira, Arquivos, Biblioteca, LACRE, LAMIC, Museu, Setor Direito, Setor Filologia, Setor Ruiano, Setor de História). *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1991.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Centenário da Constituição de 1891. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1991.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. O Jornal do Brasil e Rui Barbosa. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1991.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividade 1992 (Biblioteca/LAMIC/ LACRE/ Arquivo/ AMLB/ Setor Direito/ Eventos culturais/ Filologia/ Setor Ruiano/ Museu/ História). *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1992.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividade 1993 (Publicações, exposições, seminários, pesquisas). *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1993.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividade 1993 (Setor de Direito, Filologia e Setor Ruiano). *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1993.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividade 1993 (Eventos/ Museu/ Jardim/ Laboratório/ Informatização/ Convênio/ Publicações/ Débitos trabalhistas). *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1993.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividade 1993 (Arquivo/Biblioteca/LACRE/ LAMIC/ Museu). *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1993.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividades Geral 1994-1995. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1995.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. I Reunião brasileira de ensino de arquivologia. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 1995.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividades 2000. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2000.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA., Relatório 2001-2002. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2002.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição 2002-2003. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2002-2003.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposições (geral): “Abolição hoje”. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2009-2012.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição “Arquivos do Brasil, memória do mundo”. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2012.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição “O registro da escravidão na vida privada”. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2012.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição “O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais”. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2013.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição “O registro da escravidão na vida privada II”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2013.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição “A abolição e seus registros na vida privada”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2014.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição “O café no Brasil: um olhar a partir da vida privada”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2014.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Processo nº 01550.000291/2014-86. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Processo, 2014.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição “É carnaval na Casa Rui”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2015.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição “A abolição e seus registros na vida privada II”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2015.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição “Visões do Rio Antigo”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2015.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Exposição “Meu amor...”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2016.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Mostra “Mostra “A educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2016.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Mostra “Mostra “100 anos do Código Civil de 1916”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2016.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Catálogo digital da exposição “O registro da escravidão na vida privada – volume 2”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2016.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Mostra “Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2017.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Mostra “A abolição e seus registros na vida privada III”. *Fundo AFCRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2017.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Mostra “Cardápios: séculos XIX e XX”. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2017.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Mostra “130 anos da abolição da escravidão no Brasil”. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2018.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Mostra “25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe”. *Fundo AF CRB*, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Rio de Janeiro, Dossiê, 2018.

Fontes bibliográficas

ABREU, Roberto da Silva. “*Eu não sabia que podia entrar*”: com a palavra, o visitante do Museu Casa de Rui Barbosa. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4155/CPDOC2009RobertodaSilvaAbreu.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2021.

AÇÃO CULTURAL. In: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. p. 2.

ACTION CULTURELLE. In: DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE (França). *Dictionnaire de terminologie archivistique*. [Paris]: Direction des archives de France, 2002. Disponível em: <https://francearchives.fr/file/4f717e37a1befe4b17f58633cbc6bcf54f8199b4/dictionnaire-de-terminologie-archivistique.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ALBERCH, Ramon; BOADAS, Joan. *La funcion cultural de los archivos*. Euskadi - Gobierno Vasco: Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1991. Disponível em: <https://alfresco.hezkuntza.net/w24qFrontalWSWAR/DescargarDocumento?uid=e51b8d56-6221-4152-abf4-2282ba66d692>. Acesso em: 6 fev. 2020.

ALBERCH i FUGUERAS, Ramon *et al.* *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón, Asturias: Ediciones Trea, 2001.

ALBERCH i FUGUERAS, Ramon. Difusión y acción cultural. In: COORDINADORA DE ASOCIACIONES DE ARCHIVEROS Y GESTORES DE DOCUMENTOS. *Administración de documentos y archivos: textos fundamentales*. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011. p. 473-488. Disponível em: <http://www.archiveros.net/LIBRO.ARCHIVOS.IBEROAMERICANOS.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, Georgete Medleg. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. *Transinformação*, Campinas, p.255-264,

set./dez. 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/29687>. Acesso em: 6 fev. 2020.

ARCHIVES NATIONALES (França). *Histoire de l'institution*. [20--?]. Disponível em: <http://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/fr/web/guest/histoire-de-l-institution>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas; nº 51). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil) (ed.). *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf. Acesso em: 6 fev. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Exposições virtuais*. [2018?]. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exposições virtuais*. [201-]. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/exposicoes_virtuais. Acesso em: 18 mar. 2021.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ARCHIVOS (ed.). *Diccionario de Terminología Archivística*. Traduzido e adaptado por Manuel Vázquez. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Archivos, 1986.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BENXAYER, Morrad. *L'action éducative et culturelle des archives: enquête sur les services éducatifs*. [Paris]: Direction des archives de France, 2004. Disponível em: https://francearchives.fr/file/e8ba0b689e7c3c7ad56b8d27f9799cb9f9af8877/static_720.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021

BRASIL. *Lei nº 4.943, de 06 de abril de 1966*. Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências. Brasília, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4943.htm. Acesso em: 18 maio 2018.

BRASIL. *Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005*. Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. *Portaria nº 40, de 20 de abril de 2017*. Aprova o Regimento Interno da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 3 maio 2017. Seção 1, p. 11-13.

BRASIL. *Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019*. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9891.htm#art12. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. Portal de Dados da Cultura. *Acervo arquivístico*. [2018?]. Disponível em: <http://dados.cultura.gov.br/dataset/acervo-arquivistico>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

CHARBONNEAU, Normand. La diffusion. In: COUTURE, Carol (org.). *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Québec: Université Du Québec, 1999. cap. 8, p. 373-419.

CHAVES, Marcelo Antônio. Difusão nos arquivos: difundir o quê?. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 12., 2017, Córdoba. *Actas* [...]. Córdoba: Redes, 2017a. p. 5 - 20. Disponível em: <http://redarchiveroscordoba.com/wp-content/uploads/2017/10/TOMO-V.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

CHAVES, Marcelo Antônio. Impressões sobre o XII congresso de arquivologia do Mercosul. *Revista do Arquivo*, São Paulo, v. 1, n. 5, p.175-177, 2017b. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/pdf/Revista_do_Arquivo_5_-_Vitrine_-_Impressoes_sobre_o_XII_Congresso_de_Arquivologia_do_Mercosul.pdf. Acesso em: 24 maio 2019.

CHAVES, Marcelo Antônio. Podemos falar de arquivos enquanto dura a tormenta?. *Revista do Arquivo*, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 6-7, 2020. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/10/pdf/editorial.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR, 12., 2017, Córdoba. *Actas* [...]. Córdoba: Redes, 2017. Disponível em: <http://redarchiveroscordoba.com/wp-content/uploads/2017/10/TOMO-V.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 11., 2015. *Eixos temáticos [...]*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.xicam.arqsp.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=227. Acesso em: 27 jun. 2019.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 7., 2016. *Edital 004 diretrizes chamada para trabalhos [...]*. Fortaleza: Associação de Arquivistas do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0Bz2-N2zP4P4Sb0hDR19EU2xXSHZDRklmdjdQR3ZLcGM5VXcw>. Acesso em: 27 jun. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (Brasil). *Plano setorial de arquivos (2017-2027)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7230/1/Plano%20Setorial%20de%20Arquivos.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 17-81.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Brasil). *Catálogo de Teses e Dissertações*. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 8 jun. 2019.

CRIVELLI, Jacomo. A história das exposições é a nova história da arte? *Select: arte e cultura contemporânea*, São Paulo, v.7, n. 40, p. 38-44, 2018. Disponível em: <https://www.select.art.br/edicao/select-no-40/>. Acesso em: 4 abr. 2021.

CRUZ MUNDET, José Ramón. *Manual de archivística*. 2. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 1994.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem, avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: uma linguagem densa, uma linguagem engenhosa*. In: VALENTE, Maria Esther Alvarez (org.). *Museus de ciência e tecnologia: interpretações e ações dirigidas ao público*. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 69-76.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. Disponível em: https://issuu.com/sisem-sp/docs/download_conceitos-chave_da_museolo. Acesso em: 4 abr. 2021.

DIFUSÃO. In: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. p. 125.

DIFUSIÓN. *In*: MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE (Espanha). *Diccionario de Terminología Archivística*. 2. ed. Madrid: Subdirección General de Los Archivos Estatales, 1995. Disponível em: <<http://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE (França). *Dictionnaire de terminologie archivistique*. [Paris]: Direction des archives de France, 2002. Disponível em: <<https://francearchives.fr/file/4f717e37a1befe4b17f58633cbc6bcf54f8199b4/dictionnaire-de-terminologie-archivistique.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

DIVULGAÇÃO. *In*: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 72.

DUCHEIN, Michel. *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos: Un estudio del RAMP*. Paris: Unesco, 1983. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000057672_spa. Acesso em: 6 fev. 2020.

DUCHEIN, Michel. Prefacio. *In*: ALBERCH, Ramon; BOADAS, Joan. *La función cultural de los archivos*. Euskadi - Gobierno Vasco: Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1991. p. 14-15. Disponível em: <https://alfresco.hezkuntza.net/w24qFrontalWSWAR/DescargarDocumento?uid=e51b8d56-6221-4152-abf4-2282ba66d692>. Acesso em: 6 fev. 2020.

EXPOSIÇÃO. *In*: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. p. 1289.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *Desenhando arquivos*. conferência de abertura. *In*: SEMANA NACIONAL DE ARQUIVOS, 3., 2019, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mtLfQ_bf3fw. Acesso em: 08 jun. 2019.

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. *Planejamento e Realização de Exposições*. Brasília, DF: IBRAM, 2018. Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2020/05/planejamentorealizacaoexposicoes-bra.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de Atividades 1987/ Programação 1988*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], 1988.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de Atividades 1995*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], 1996.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de Atividades 1996*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], [1997].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de Atividades 1997*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], [1998].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório 2003*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], [2004].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório 2004*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], [2005].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório 2005*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], [2006].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório 2006*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], [2007].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades 2007*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], [2008].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades 2008*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], [2009].

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades 2009-2010*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], [2010]. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/relatorios/FCRB_Relatorio_de_atividades_2009-10.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades 2011*. Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], [2011]. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/relatorio%202011_%20\(1\).pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/relatorio%202011_%20(1).pdf). Acesso em: 14 set. 2019.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Diretrizes para aquisição de acervos arquivísticos*. Rio de Janeiro: 2015a. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/anexo_Portaria%20_8_%20Diretrizes_para_Aquisicao_de_Acervos_Arquivisticos.pdf. Acesso em: 24 maio 2019.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades: 2012-2014*. Rio de Janeiro: 2015b. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/relatorioFinal_15%2012%202015.pdf. Acesso em: 15 jul. 2018.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de gestão do exercício de 2017*. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Relatorios/Relatorio_de_Gestao_2017_FC RB\(1\).pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Relatorios/Relatorio_de_Gestao_2017_FC RB(1).pdf). Acesso em: 24 maio 2019.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades 2015-2018*. Rio de Janeiro: [2019]. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Relatorio_de_Atividades_FCRB_2015-2018.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Carta de serviços*. Rio de Janeiro: FCRB, [2017]. Disponível em:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Carta_de_Servicos_ao_Cidadao_Versao11_23112017.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Plano estratégico 2019-2022*. Rio de Janeiro: FCRB, 2019. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Portaria_plano_estrategico_2019-2022_.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Sobre a Fundação*. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=77. Acesso em: 08 jun. 2019.

HERRERA, Antonia Heredia. *Archivística general: teoría y práctica*. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HOBBSAWM, Eric J. *A Revolução Francesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caminhos da memória: para fazer uma exposição*. Pesquisa e elaboração do texto Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão. Brasília, DF: IBRAM, 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *International Archives Week: 3-9 June 2019*. Disponível em: <https://www.ica.org/en/international-archives-week-3-9-june-2019>. Acesso em: 08.jun. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual Archival Terminology*. [2012]. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/>. Acesso em: 02 ago. 2018.

JACOMY, Bruno. Instrumentos, máquinas e aparatos interativos de ciência e tecnologia exibidos nos museus. In: VALENTE, Maria Esther Alvarez (org.). *Museus de ciência e tecnologia: interpretações e ações dirigidas ao público*. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 15-24.

JARDIM, José Maria. Governança arquivística: contornos para uma noção. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p.31-45, set./dez. 2018. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987/994>. Acesso em: 6 fev. 2020.

KATELAAR, Eric. Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, [s. l.], v. 7, n. 4, p.343-357, dez. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225613643_Muniments_and_monuments_The_dawn_of_archives_as_cultural_patrimony. Acesso em: 15 jan. 2020.

KÖRMENDY, Lajos. Changes in archives' philosophy and functions at the turn of the 20th/21st centuries. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, [s.

l.], v. 7, n. 2, p.167-177, 2007. Disponível em:
https://www.academia.edu/download/50367655/Changes_in_archives_philosophy_and_functions.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf de; MENDONÇA, Lucia Maria Velloso de Oliveira Rebello de. *O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Colaboração de Leila Estephânio de Moura. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

MICHEL, Maria Helena. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE (Espanha). *Diccionario de Terminología Archivística*. 2. ed. Madrid: Subdirección General de Los Archivos Estatales, 1995. Disponível em:
<http://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MOSTRA. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. p.1967.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. *Arte do Brasil até 1900*. 2015. Disponível em:
<https://masp.org.br/exposicoes/arte-do-brasil-ate-1900/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MUSEUM OF MODERN ART (Nova York). *Exhibition history*. [2016?]. Disponível em:
<https://www.moma.org/calendar/exhibitions/history/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy; PEREIRA, Soraia Reolon. *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia*. Belém: SECULT; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Instituto Dalcídio Jurandir, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. O que mudou em relação ao usuário e ao uso da informação após a página web: o cenário de uma instituição de pesquisa e cultura brasileira. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 3., 2007, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008. p. 33 - 44. Disponível em:
http://site.mast.br/encontro_arquivos_cientificos/pdf/anais_3_encontro_de_arquivos_cientificos.pdf. Acesso em: 24 maio 2019.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Os arquivos pessoais de políticos e sua importância para a sociedade. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (org.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p. 117-132.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Ação cultural, protagonismo social e o lugar dos arquivos. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). *Informação e protagonismo social*. Salvador: Edufba, 2017. Cap. 5, p. 77-92.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; BARBATHO, Renata Regina Gouvêa. Como os historiadores realizam suas pesquisas: uma perspectiva contemporânea. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 223-235, jan.-jun. 2016. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/655/701>. Acesso em: 27 mar. 2021.

OUTREACH. In: PEARCE-MOSES, Richard. *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Chicago: Society of American Archivists, 2005. p. 282.

OUTREACH PROGRAM. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual Archival Terminology*. [2012]. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/>. Acesso em: 02 ago. 2018.

PALOMARES, Susanna Vela. La organización de exposiciones. In: ALBERCH i FUGUERAS, Ramon *et al.* *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, 2001. p. 85-106.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; JACCOUD, Leandro de Abreu Souza. Os desafios e as limitações enfrentados pelos arquivistas da Fundação Casa de Rui Barbosa para a implantação do processo administrativo eletrônico. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.). *Tratamento de arquivos de ciência e tecnologia: organização e acesso*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019. p. 100-110. Disponível em: http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/livro-tratamento-de-arquivos-de-ciencia-e-tecnologia-organizacao-e-acesso.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

PANITCH, Judith M.. Liberty, Equality, Posterity?: Some Archival Lessons from the Case of the French Revolution. *American Archivist*, [Chicago], v. 59, n. 1, p.30-47, 1996. Disponível em: <https://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.59.1.an67076131u104kj>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PEARCE-MOSES, Richard. *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Chicago: Society of American Archivists, 2005. (Archival fundamentals series). Disponível em: <http://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

RAMÍREZ, Jafeth Campos. La difusión en los archivos: importante herramienta de proyección ante la sociedad. *Códices: revista del Programa de Sistemas de Información y Documentación*, Bogotá, v. 5, n. 2, p.187-193, jul-dez. 2009. Disponível em: <http://eprints.relis.org/20236/1/La%20difusi%C3%B3n%20en%20los%20archivos%20importante%20herramienta%20de%20proyecci%C3%B3n%20ante%20la%20sociedad.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*. 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Disponível em:

<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/641/1/Rangel%2c%20A.%20-%20Museu%20Casa%20de%20Rui%20Barbosa%20entre%20o%20p%2c3%20bablico%20e%20o%20privado.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

REED, Ivan Muñiz. *Pensamentos sobre práticas curatoriais no giro decolonial*. São Paulo: MASP, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-0aZHEcCANVB14Q4TP69c.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 3. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS: arquivo, documento e informação em cenários híbridos, n., 2020. *O Evento...* São Paulo. Disponível em: <https://www.simposiointernacionaldearquivos.com/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ANEXO A — Trecho de projeto de exposição sobre a vida de Rui Barbosa

PROGRAMAÇÃO 1988

FORMULÁRIO Nº 1: INFORMAÇÕES BÁSICAS

E V E N T O

1. Título : Exposição permanente sobre a vida de Rui Barbosa

2. DESCRIÇÃO (fornecer os dados disponíveis sobre o evento, tais como: temas de exposições, tipo de peças a expor; programas de cursos, palestras, seminários e nomes de professores, conferencistas; nº de alunos previstos, etc., anexando material informativo, se houver):

Complementando as atividades de pesquisa inerente ao trabalho de identificação e descrição dos documentos bem como a divulgação do acervo do fundo RUI BARBOSA, o Arquivo Histórico pretende organizar uma exposição didática sobre a vida do patrono da instituição com o objetivo de enriquecer e complementar as visitas feitas ao Museu.

Nesta exposição os documentos selecionados (textos e fotos) serão dispostos cronologicamente de maneira a contar toda a trajetória da vida de Rui Barbosa.

Propõe-se ainda a elaboração de catálogos em 3 idiomas (português, inglês e espanhol) que além de descrever as peças expostas, complementarão a exposição com informações adicionais sobre a vida de Rui Barbosa.

O roteiro da exposição, a seleção dos documentos são da responsabilidade da equipe do A.H. A diagramação, a montagem da exposição, serão feitas pela Assessoria (v. roteiro em anexo).

3. PÚBLICO-ALVO:

A comunidade em geral

OBS.: Esta exposição, a partir de sua inauguração passa a ser uma Atividade do Museu.

**APÊNDICE A — Extrato de planilha de
dados relativos às exposições da FCRB**

Nome da Exposição	Resumo/Ementa	Promoção	Ano	Período	Local	Público visitante	Divulgação	Catálogo	Referência	Observações
Escritores Norte-Americanos	Escritores americanos em reprodução fotográfica (retratos e textos) e de acordo com os temas: Nova Inglaterra, O Americano, O Renascimento Americano, Meio-Oeste, Oeste, Os Modernos, Os Expatriados, O Renascimento Sulino, Um Sulino Universal, Feminismo e Realismo, Dramaturgo, Afro-Americanos e Pós-Segunda Guerra Mundial.	Consulado Americano e Assessoria da FCRB	1987	10 de fevereiro a 28 de março	[Não indicado no relatório]	360	Imprensa, convites (a cargo do Consulado Americano)	[Não indicado no relatório]	Fundação Casa de Rui Barbosa. <i>Relatório de Atividades 1987/Programação 1988</i> . Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], 1988. 96 p. Fundo FCRB, Programação cultural - 1987, 1.3 PROC. 05/87, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, (Rio de Janeiro), 1987.	Teve apoio do Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América/USIS
Os ciganos, sua história e suas tradições	A exposição complementou palestras que tiveram como tema o povo cigano, sua cultura, suas tradições. Foram mostrados livros, fotos, textos, peças do vestuário e do artesanato cigano. Fez parte das atividades do evento Atcho Live: I Semana de Cultura Cigana da América Latina.	Assessoria da FCRB e Centro de Estudos Ciganos	1987	22 de abril a 26 de abril	Sala de Exposições da FCRB	1300	Imprensa, cartaz-programa, visita guiada	[Não indicado no relatório]	Fundação Casa de Rui Barbosa. <i>Relatório de Atividades 1987/Programação 1988</i> . Rio de Janeiro: [Fundação Casa de Rui Barbosa], 1988. 96 p. Fundo FCRB, Programação cultural - 1987, 1.3 PROC. 05/87, Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, (Rio de Janeiro), 1987.	Visita guiada com orientação do Centro de Estudos Ciganos - Estudos do Povo Rom. À FCRB coube a coordenação geral do evento, bem como a cessão do espaço e da infraestrutura, tendo o Centro de Estudos Ciganos se responsabilizado por todo o material teórico, peças para exposição, conferencistas, artistas, etc.

Fonte: A autora (2021).

APÊNDICE B — Temas e acervos - SAHI

Exposição	Tema	Acervos
Imagens da República	Política	Originais e reproduções do Arquivo Histórico (FCRB), Museu Casa de Rui Barbosa (FCRB), Centro e Literatura Brasileira (FCRB), Igreja Positivista do Brasil, Museu da República, Museu Casa de Benjamin Constant, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Biblioteca Nacional
Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa	Rui Barbosa	-
Centenário da Constituição de 1891	Política	Medalhas do Clube da Medalha do Brasil e manuscritos, fotografias, jornais e caricaturas do acervo da FCRB.
O Jornal do Brasil e Rui Barbosa	Rui Barbosa	Reproduções de charges, fotos, exemplares do jornal e manuscritos do arquivo Rui Barbosa.
Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB	FCRB	-
Constituição na Casa de Rui Barbosa	Política	Arquivo Rui Barbosa
Rui Barbosa abolicionista	Rui Barbosa	Originais do arquivo Rui Barbosa e revista da biblioteca Rui Barbosa
O registro da escravidão na vida privada	Escravidão e Abolição	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira, Coleção José Antunes de Oliveira Catramby e Coleção Lucia Sanson
O registro da escravidão na vida privada II	Escravidão e Abolição	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira e Coleção José Antunes de Oliveira Catramby

O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais	hábitos culturais	Acervo Museu Casa de Rui Barbosa, Acervo Biblioteca Rui Barbosa, Arquivo Rui Barbosa, Coleção Lucia Sanson, Coleção Família Barbosa de Oliveira, Arquivo João Pandiá Calógeras, Arquivo Américo Jacobina Lacombe e Coleção José Antunes de Oliveira Catramby
Arquivos do Brasil Memória do Mundo	Rui Barbosa	Arquivo Rui Barbosa
A abolição e seus registros na vida privada	Escravidão e Abolição	Coleção Família Barbosa de Oliveira; Coleção de José Antunes Rodrigues de Oliveira Catramby; Coleção Lúcia Sanson e Biblioteca Rui Barbosa
Café no Brasil: um olhar a partir da vida privada	hábitos culturais	Coleção Família Barbosa de Oliveira; Coleção Lúcia Sanson, Arquivo Rui Barbosa, Arquivo João Pandiá Calógeras
É carnaval na Casa Rui	hábitos culturais	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira, Coleção Lucia Sanson, Coleção José Antunes de Oliveira Catramby, Arquivo Institucional da FCRB, Acervo da Biblioteca Rui Barbosa
A abolição e seus registros na vida privada II	Escravidão e Abolição	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira
Visões do Rio Antigo	Arquitetura e Paisagismo	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Lucia Sanson, Coleção Milton Teixeira
O Registro da Escravidão na vida Privada	Escravidão e Abolição	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira, Coleção José Antunes de Oliveira Catramby
A abolição e seus registros na vida privada	Escravidão e Abolição	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira, Coleção José Antunes de Oliveira Catramby e Coleção Lucia Sanson
O Registro da Escravidão na vida Privada (vol. 2)	Escravidão e Abolição	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira
Meu amor...	hábitos culturais	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira, Coleção César Guinle, Coleção Lucia Sanson, Arquivo Américo Jacobina Lacombe, Arquivo Joaquim Moreira de Sousa

Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem	hábitos culturais	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira, Arquivo Maurício de Almeida Abreu, Arquivo Américo Jacobina Lacombe e Arquivo Joaquim Moreira de Sousa
100 anos do Código Civil de 1916	Política	Arquivo Rui Barbosa
Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados	hábitos culturais	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira, Arquivo João Pandiá Calógeras, Coleção Lucia Sanson, Coleção Milton Teixeira, Coleção Ubaldino do Amaral
A abolição e seus registros na vida privada III	Escravidão e Abolição	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira
Cardápios: séculos XIX e XX	hábitos culturais	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira
25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe	Outros	Arquivo Américo Jacobina Lacombe, Arquivo Institucional
130 anos da abolição da escravidão	Escravidão e Abolição	Arquivo Rui Barbosa, Coleção Família Barbosa de Oliveira, Coleção Lucia Sanson, Coleção José Antunes de Oliveira Catramby, Biblioteca Rui Barbosa

Fonte: A autora (2021).

APÊNDICE C — Equipe profissional, recursos expográficos e financeiros – SAHI

Exposição	Equipe Profissional	Quantitativo de profissionais	Recursos Expográficos	Recurso Financeiro
Imagens da República	coordenadora, pesquisadora, fotógrafos, editor e montador	6	14 painéis e 5 vitrines	-
Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa	-	-	-	-
Centenário da Constituição de 1891	-	-	-	-
O Jornal do Brasil e Rui Barbosa	-	5	7 painéis	-
Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB	-	2	Três vitrines e 1 painel	-
Constituição na Casa de Rui Barbosa	-	2	1 vitrine	-
Rui Barbosa abolicionista	curadores e programadora visual	3	3 vitrines e 3 paineis	-
O registro da escravidão na vida privada	organizadores e programadora visual	5	Vitrines, Transcrições Paleográficas, folder	-
O registro da escravidão na vida privada II	organizadores e programadora visual	4	Vitrines, Transcrições Paleográficas, folder	-

O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais	Organizadoras, pesquisadores, bolsista, digitalizador, museóloga, bibliotecária e programadora visual	8	Vitrines, Banners, Folder	-
Arquivos do Brasil Memória do Mundo	-	-	-	-
A abolição e seus registros na vida privada	organizadoras, pesquisadoras, bibliotecária e programadora visual	5	Vitrines, folder	-
Café no Brasil: um olhar a partir da vida privada	organizadores, pesquisadora, digitalizador e programadora visual	5	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-
É carnaval na Casa Rui	organizadores, pesquisadores, bibliotecária, digitalizador e programadora visual	6	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-
A abolição e seus registros na vida privada II	organizadores, pesquisadores, bibliotecárias, programadora visual	6	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-
Visões do Rio Antigo	organizadores, pesquisadores, bibliotecárias, programadora visual	6	Vitrines, folder	-
O Registro da Escravidão na vida Privada	organizadores	5	Catálogo, Efeito Turn Page	R\$ 299.600,00 foi o custo total de implementação do site.

A abolição e seus registros na vida privada	organizadores, pesquisadores e bibliotecária	4	Catálogo, Efeito Turn Page	R\$ 299.600,00 foi o custo total de implementação do site.
O Registro da Escravidão na vida Privada (vol. 2)	organizadores, pesquisadores, paleógrafo, digitalizador e artista gráfico	5	Catálogo, Efeito Turn Page	R\$ 299.600,00 foi o custo total de implementação do site.
Meu amor...	organizadoras/ pesquisadoras, paleógrafa, digitalizar, programadora visual	5	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-
Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem	organizadoras/ pesquisadoras, paleógrafa, digitalizadores, programadora visual	5	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-
100 anos do Código Civil de 1916	organizadoras/ pesquisadoras, paleógrafa, digitalizadores, programadora visual	5	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-
Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados	organizadores/ pesquisadores, digitalizador, programadora visual	5	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-
A abolição e seus registros na vida privada III	organizadores/ pesquisadores, digitalizador, programadora visual	5	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-
Cardápios: séculos XIX e XX	organizadores/ pesquisadores, digitalizador, programadora	5	Vitrines, folder	-

	visual			
25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe	curadores, pesquisador, paleógrafa, digitalizador e montagem	4	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-
130 anos da abolição da escravidão	curadores, pesquisador, paleógrafa, programador visual, digitalizador e montagem	6	4 Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-

Fonte: A autora (2021).

APÊNDICE D — Recursos expográficos, financeiros e divulgação – SAHI

Exposição	Recursos Expográficos	Recursos Financeiros	Divulgação
Imagens da República	14 painéis e 5 vitrines	-	convite, catálogo
Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa	-	-	-
Centenário da Constituição de 1891	-	-	convite e cartas enviadas a autoridades
O Jornal do Brasil e Rui Barbosa	7 painéis	-	convite
Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB	Três vitrines e 1 painel	-	convite e cartas enviadas a autoridades, reitores de universidades e diretores de arquivos públicos
Constituição na Casa de Rui Barbosa	1 vitrine	-	-
Rui Barbosa abolicionista	3 vitrines e 3 painéis	-	convite
O registro da escravidão na vida privada	Vitrines, Transcrições Paleográficas, folder	-	convite, folder
O registro da escravidão na vida privada II	Vitrines, Transcrições Paleográficas, folder	-	convite, folder

O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais	Vitrines, Banners, Folder	-	convite, folder, divulgação em colégios católicos
Arquivos do Brasil Memória do Mundo	-	-	folder
A abolição e seus registros na vida privada	Vitrines, folder	-	convite, folder
Café no Brasil: um olhar a partir da vida privada	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-	convite, folder
É carnaval na Casa Rui	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-	convite, folder
A abolição e seus registros na vida privada II	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-	convite, folder
Visões do Rio Antigo	Vitrines, folder	-	convite, folder
O Registro da Escravidão na vida Privada	Catálogo, Efeito Turn Page	R\$ 299.600,00 foi o custo total de implementação do site.	-
A abolição e seus registros na vida privada	Catálogo, Efeito Turn Page	R\$ 299.600,00 foi o custo total de implementação do site.	-
O Registro da Escravidão na vida Privada (vol. 2)	Catálogo, Efeito Turn Page	R\$ 299.600,00 foi o custo total de implementação do site.	-
Meu amor...	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-	convite, folder, agenda quinzenal da FCRB, redes sociais da FCRB e do Ministério da Cultura

Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-	convite, folder, agenda quinzenal da FCRB, site e redes sociais da FCRB,
100 anos do Código Civil de 1916	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-	convite, folder, site e redes sociais da FCRB, redes sociais do Ministério da Cultura
Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-	convite, folder, redes sociais da FCRB, redes sociais do IBRAM, agenda quinzenal da FCRB
A abolição e seus registros na vida privada III	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-	convite, folder, site e redes sociais da FCRB, agenda quinzenal da FCRB, site e programação da Semana Nacional de Arquivos, boletim informativo do Ministério da Cultura, site do IBRAM
Cardápios: séculos XIX e XX	Vitrines, folder	-	convite, folder, site e redes sociais da FCRB e do Ministério da Cultura, agenda quinzenal da FCRB
25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe	Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-	convite, folder, boletim informativo do Ministério da Cultura
130 anos da abolição da escravidão	4 Vitrines, folder, transcrições paleográficas	-	convite, folder, site da FCRB, site e programação da Semana Nacional de Arquivos, boletim informativo do Ministério da Cultura, redes sociais da FCRB e do Ministério da

			Cultura
--	--	--	---------

Fonte: A autora (2021).

APÊNDICE E — Duração e público – SAHI

Exposição	Início	Fim	Duração em dias	Público
Imagens da República	17/11/1989	29/12/1989	42	-
Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa	06/11/1990	07/11/1990	1	-
Centenário da Constituição de 1891	25/02/1991	04/03/1991	7	-
O Jornal do Brasil e Rui Barbosa	21/05/1991	22/06/1991	32	-
Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB	28/11/1995	29/11/1995	1	-
Constituição na Casa de Rui Barbosa	05/10/2003	06/10/2003	1	-
Rui Barbosa abolicionista	17/05/2011	30/06/2011	44	-
O registro da escravidão na vida privada	17/05/2012	01/07/2012	45	2725
O registro da escravidão na vida privada II	03/05/2013	09/06/2013	37	1690
O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais	13/06/2013	14/07/2013	31	-
Arquivos do Brasil Memória do Mundo	18/09/2012	28/12/2012	101	-
A abolição e seus registros na vida privada	15/05/2014	13/07/2014	59	-
Café no Brasil: um olhar a partir da vida privada	07/10/2014	07/12/2014	61	-
É carnaval na Casa Rui	03/02/2015	29/03/2015	54	1263

A abolição e seus registros na vida privada II	12/05/2015	09/07/2015	58	1787
Visões do Rio Antigo	27/10/2015	10/01/2016	75	-
O Registro da Escravidão na vida Privada	23/11/2015	31/03/2021	1955	-
A abolição e seus registros na vida privada	23/11/2015	31/03/2021	1955	-
O Registro da Escravidão na vida Privada (vol. 2)	16/05/2016	31/03/2021	1780	-
Meu amor...	26/10/2016	01/12/2016	36	-
Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem	17/11/2016	11/12/2016	24	-
100 anos do Código Civil de 1916	13/12/2016	29/01/2017	47	-
Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados	08/08/2017	06/10/2017	59	1496
A abolição e seus registros na vida privada III	16/05/2017	14/06/2017	29	1612
Cardápios: séculos XIX e XX	11/04/2017	12/05/2017	31	1217
25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe	03/04/2018	04/05/2018	31	1355
130 anos da abolição da escravidão	08/05/2018	29/07/2018	82	5355

Fonte: A autora (2021).

APÊNDICE F — Política, desdobramentos e conservação – SAHI

Exposição	Política e/ou diretriz institucional	Desdobramentos	Conservação
Imagens da República	-	-	-
Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa	-	-	-
Centenário da Constituição de 1891	-	-	-
O Jornal do Brasil e Rui Barbosa	-	-	-
Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB	-	-	-
Constituição na Casa de Rui Barbosa	-	-	-
Rui Barbosa abolicionista	-	-	-
O registro da escravidão na vida privada	-	Livro Tempos Extremos	-
O registro da escravidão na vida privada II	-	-	-
O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais	-	-	-

Arquivos do Brasil Memória do Mundo	-	-	-
A abolição e seus registros na vida privada	-	Programa Globo News Miriam Leitão, Livro Tempos Extremos	-
Café no Brasil: um olhar a partir da vida privada	-	-	-
É carnaval na Casa Rui	-	Matéria da Agência Brasil, Menção na Revista História, Ciências e Saúde - Manguinhos, Matéria no Jornal O Dia, Matéria no Jornal O Globo, Matéria no site do Ministério da Cultura, Matério no Jornal Rio Carioca, Matério no site G1, Matéria no Site UOL, Matéria exibida no programa de TV "Repórter Brasil (TV Brasil)	
A abolição e seus registros na vida privada II	-	Menção na Revista História, Ciências e Saúde - Manguinhos	-
Visões do Rio Antigo	-	Reportagem da TV Câmara Rio, Matéria no Jornal Rio Carioca, Matéria no site Almanaque da Cultura, Matéria no site do Ministério da Cultura, Menção na Revista Museu, Matéria no Jornal O Fluminense, Matéria na Revista Veja Rio,	-
O Registro da Escravidão na vida Privada	-	-	-
A abolição e seus registros na vida privada	-	-	-

O Registro da Escravidão na vida Privada (vol. 2)	-	-	-
Meu amor...	-	Matéria no site Formas e Meios, Menção na Revista Museu, Matéria no site do Ministério da Cultura	-
Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem	-	-	Fotografias receberam tratamento do Serviço de Preservação da FCRB
100 anos do Código Civil de 1916	-	Matéria no site do Ministério da Cultura	-
Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados	-	Menção na Revista Museu	Fotografias receberam tratamento do Serviço de Preservação da FCRB
A abolição e seus registros na vida privada III	-	-	Fotografias receberam tratamento do Serviço de Preservação da FCRB
Cardápios: séculos XIX e XX	-	Matéria no Blog Tempero da Vida, Pedido de reprodução dos documentos da mostra, matéria no site do Ministério da Cultura, menção na Revista Museu, menção no site Manchete Online, inclusão na programação do Guia Rio Show, do Jornal O Globo, matéria no Blog Comida na Cabeça	Fotografias receberam tratamento do Serviço de Preservação da FCRB

25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe	-	menção na Revista Museu, site e redes sociais da FCRB	Suportes especiais produzidos pelo Serviço de Preservação da FCRB
130 anos da abolição da escravidão	-	Visita Mediada a pedido da Escola Municipal Roma, Reexibição da mostra durante o mês de setembro a pedido do Ministério da Cultura, menção na Revista Museu, Matéria no site do Ministério da Cultura	

Fonte: A autora (2021).

APÊNDICE G — Local e acessibilidade - SAHI

Exposição	Local	Acessibilidade
Imagens da República	-	-
Jornalismo, paixão maior de Rui Barbosa	-	-
Centenário da Constituição de 1891	Saguão	-
O Jornal do Brasil e Rui Barbosa	-	-
Acesso e conservação dos documentos do Arquivo da FCRB	Hall do auditório	-
Constituição na Casa de Rui Barbosa	-	-
Rui Barbosa abolicionista	Museu Casa de Rui Barbosa	-
O registro da escravidão na vida privada	Museu Casa de Rui Barbosa	-
O registro da escravidão na vida privada II	Museu Casa de Rui Barbosa	-
O catolicismo presente nos arquivos e nas coleções pessoais	Museu Casa de Rui Barbosa	-
Arquivos do Brasil Memória do Mundo	Arquivo Nacional	-
A abolição e seus registros na vida privada	Museu Casa de Rui Barbosa	-
Café no Brasil: um olhar a partir da vida privada	Museu Casa de Rui Barbosa	-
É carnaval na Casa Rui	Museu Casa de Rui Barbosa	-
A abolição e seus registros na vida privada II	Museu Casa de Rui Barbosa	-
Visões do Rio Antigo	Museu Casa de Rui Barbosa	-
O Registro da Escravidão na vida Privada	Online	Site desenvolvido utilizando técnicas de programação que possibilitam a acessibilidade por parte de pessoas cegas ou portadoras de deficiência

		visual.
A abolição e seus registros na vida privada	Online	Site desenvolvido utilizando técnicas de programação que possibilitam a acessibilidade por parte de pessoas cegas ou portadoras de deficiência visual.
O Registro da Escravidão na vida Privada (vol. 2)	Online	Site desenvolvido utilizando técnicas de programação que possibilitam a acessibilidade por parte de pessoas cegas ou portadoras de deficiência visual.
Meu amor...	Edifício Américo Jacobina Lacombe	-
Educação no Brasil: o que os documentos privados nos dizem	Museu Casa de Rui Barbosa	-
100 anos do Código Civil de 1916	Museu Casa de Rui Barbosa	-
Transporte no Brasil: sua representação nos arquivos privados	Museu Casa de Rui Barbosa	-
A abolição e seus registros na vida privada III	Museu Casa de Rui Barbosa	-
Cardápios: séculos XIX e XX	Museu Casa de Rui Barbosa	-
25 anos da morte de Américo Jacobina Lacombe	Museu Casa de Rui Barbosa	-
130 anos da abolição da escravidão	Museu Casa de Rui Barbosa	-

Fonte: A autora (2021).